



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXV — Nº 001

DOMINGO, 2 DE MARÇO DE 1980

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE MARÇO DE 1980

*Sessão destinada à solenidade de instalação
da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura.*

ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE MARÇO DE 1980 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. LUIZ VIANA

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Gastão Müller — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz; Nabor Júnior; Nosser Almeida; Wildy Vianna.

Amazonas

Joel Ferreira; Josué de Souza; Rafael Faraco; Ubaldino Meirelles.

Pará

Antônio Amaral; Brabo de Carvalho; Sebastião Andrade.

Maranhão

Edison Lobão; Edson Vidigal; Epitácio Cafeteira; Freitas Diniz; João Alberto; Marão Filho; Nagib Haickel; Vieira da Silva.

Piauí

Carlos Augusto; Hugo Napoleão; Milton Brandão; Paulo Ferraz.

Ceará

Cesário Barreto; Cláudio Philomeno; Evandro Ayres de Moura; Figueiredo Correia; Flávio Marcello; Furtado Leite; Gomes da Silva; Haroldo Sanford; Leorne Belém; Manoel Gonçalves; Marcelo Linhares; Ossian Araripe; Paes de Andrade.

Rio Grande do Norte

Djalma Marinho; Henrique Eduardo Alves; João Faustino; Vingt Rosado; Wanderley Mariz.

Paraíba

Ademar Pereira; Antônio Gomes; Antônio Mariz; Ernani Satyro; Wilson Braga.

Pernambuco

Airon Rios; Augusto Lucena; Carlos Wilson; Fernando Coelho; Fernando Lyra; Geraldo Guedes; Inocêncio Oliveira; José Carlos Vasconcelos; José Mendonça Bezerra; Milvernes Lima; Nilson Gibson; Pedro Corrêa; Ricardo Fiuza; Roberto Freire; Sérgio Murilo; Thales Ramalho.

Alagoas

Antônio Ferreira; Geraldo Bulhões; José Costa; Mendonça Neto; Muri-lo Mendes.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00

Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

Sergipe

Francisco Rollemberg; Jackson Barreto; Raymundo Diniz.

Bahia

Afrísio Vieira Lima; Ângelo Magalhães; Fernando Magalhães; Francisco Benjamin; Honorato Vianna; João Alves; José Penedo; Manoel Novaes; Menandro Minahim; Ney Ferreira; Odulfo Domingues; Prisco Viana; Vasco Neto.

Espírito Santo

Feu Rosa; Luiz Baptista; Theodorico Ferrago; Walter de Prá.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira; Benjamim Farah; Celso Peçanha; Darcílio Ayres; Daso Coimbra; Florim Coutinho; JG de Araújo Jorge; Jorge Cury; Jorge Gama; José Frejal; José Maria de Carvalho; Lázaro Carvalho; Léo Simões; Lygia Lessa Bastos; Marcello Cerqueira; Osmar Leitão; Oswaldo Lima; Paulo Rattes; Paulo Torres; Peixoto Filho; Rubem Dourado; Walter Silva.

Minas Gerais

Aécio Cunha; Bento Gonçalves; Bias Fortes; Carlos Cotta; Dário Tavares; Delson Scarano; Homero Santos; Jorge Vargas; José Carlos Fagundes; Juarez Batista; Magalhães Pinto; Melo Freire; Moacir Lopes; Navarro Vieira Filho; Nogueira de Rezende; Pimenta da Veiga; Raul Bernardo; Renato Azevedo; Ronan Tito; Rosemburgo Romano.

São Paulo

Adalberto Camargo; Alcides Franciscato; Antônio Russo; Antônio Zacharias; Athiê Coury; Cantídio Sampaio; Cardoso Alves; Carlos Nelson; Diogo Nomura; Francisco Leão; Freitas Nobre; Gídia Júnior; Henrique Turner; Herbert Levy; Horácio Ortiz; Jayro Maltoni; João Cunha; Jorge Paulo; José Camargo; Natal Gale; Octávio Torrecilla; Pacheco Chaves; Ralph Biasi; Roberto Carvalho; Ruy Codo; Samir Achoa; Tidei de Lima; Valter Garcia.

Goiás

Adhemar Santillo; Anísio de Souza; Fernando Cunha; Siqueira Campos.

Mato Grosso

Carlos Bezerra; Cristino Cortes; Júlio Campos; Milton Figueiredo.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira; Levy Dias; Ruben Figueiró; Ubaldo Barém; Valter Pereira.

Paraná

Antônio Annibelli; Ari Kffuri; Igo Losso; Mário Stamm; Nivaldo Kruger; Norton Macedo; Paulo Pimentel; Sebastião Rodrigues Júnior; Walber Guimarães.

Santa Catarina

Arnaldo Schmitt; Artenir Werner; Francisco Libardoni; Luís Cechinel; Pedro Collin; Victor Fontana; Walmor de Luca.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares; Aldo Fagundes; Alexandre Machado; Carlos Santos; Cláudio Strassburger; Eloy Lenzi; Fernando Gonçalves; Getúlio Dias; Hugo Mardini; Jorge Ueque; Lidovino Fanton; Magnus Guimarães; Nelson Marchezan; Odacir Klein; Pedro Germano; Túlio Barcelos.

Amapá

Antônio Pontes; Paulo Guerra.

Rondônia

Jerônimo Santana.

Roraima

Hélio Campos; Júlio Martins.

Compõem a Mesa, à direita do Sr. Presidente, o Sr. Deputado Flávio Marçílio, Presidente da Câmara dos Deputados, e os Srs. Senadores Alexandre Costa e Lourival Baptista; à esquerda, os Srs. Senadores Gabriel Hermes e Jorge Kalume.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está aberta a sessão. Honra-nos com sua presença o Sr. Ministro Antônio Neder, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a quem convido a compor a Mesa. (Pausa.)

O Sr. Ministro Antônio Neder toma assento à Mesa, à esquerda do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Declaro instalados os trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura.

É executado o Hino Nacional nas galerias. A tropa, no exterior, presta as continências de estilo. É hasteada a Bandeira Nacional nos mastros das duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Encontra-se presente, na Casa, Sua Excelência o Sr. Ministro, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, portador de Mensagem Presidencial.

Solicito aos Srs. Senadores Jarbas Passarinho e Mauro Benevides e aos Srs. Deputados Epitácio Cafeteira e Ary Kffuri que acompanhem Sua Excelência ao plenário, conduzindo-o até à Mesa.

O Sr. Ministro faz a entrega da Mensagem ao Senhor Presidente, indo, em seguida, ocupar o lugar a S. Exª reservado em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Srs. Senadores e Srs. Deputados, ao inaugurar este período legislativo, honra-me exprimir a satisfação, certa-

mente de todos os Srs. Parlamentares, pelo reencontro, que assinala o reinício de nossos trabalhos. Frequentemente, na vida do País, representa ele apenas festiva e esperançosa rotina. De outras feitas porém, como ora acontece, assinala marco de relevo na existência da nacionalidade.

Quando da instalação da atual Legislatura tive razão ao afirmar que, revogado o Ato Institucional nº 5, retomava o Congresso a autonomia e a segurança, essenciais ao normal e adequado desempenho das funções que lhe atribui a Constituição, de acordo com as tradições da cultura política do nosso povo.

Realmente assim foi, e o período legislativo se assinalou por contínua atividade, da qual lembraremos apenas a anistia e a reformulação da legislação dos partidos políticos, diplomas de singular importância na consecução de transformações na vida do Brasil. Da anistia, de cuja benemerência, por contribuir para que somente idéias, e não ressentimentos ou discriminações, separem os brasileiros, falará o reconhecimento da história.

Natural, se não imperiosa contingência da reintegração de milhares de brasileiros na vida pública, foi a implantação do pluripartidarismo, reclamado por amplos segmentos do País, que, em face da variedade de aspirações e opiniões, dificilmente se ajustariam em duas únicas agremiações, por mais que estas houvessem buscado desempenhar vigorosamente o papel a elas reservado em fase tão difícil. Aliás, e não é demais dizê-lo, conquistaram elas, por isso mesmo, o respeito, a admiração e o reconhecimento nacional.

Impossível omitir aqui a transformação, que, graças à nova divisão das bancadas partidárias, irá se operar nos trabalhos do Congresso em decorência do pluripartidarismo. Acredito, porém, que a diversidade ou multiplicidade não prejudicará a impreterível unidade e determinação no sentido da definitiva criação de uma sociedade democrática fundada no império da lei, e da qual legitimamente, jamais emerge o arbítrio, fonte de opressão, violência e injustiça. Sejam quais forem nossas divergências, certamente não deitarão raízes na radicalização, "inimiga mortal da tolerância". Tenho presente, e peço licença para repeti-la, esta evocação de Milton Campós: "Podemos estar juntos, trabalhar juntos e amarmos-nos, sem que seja necessário ter o mesmo pensamento, a mesma opinião, o mesmo altar". Nas assembleias políticas, embora salutareis os debates e as divergências, nem por isso é menos importante preservar-se o equilíbrio, que esclarece o pensamento e prestigia as deliberações.

Em verdade temos hoje o privilégio de testemunhar o reencontro do Brasil com as suas melhores tradições, mediante a implantação de uma ordem política mais democrática, e que, mau grado os altos e baixos das circunstâncias, tal como as avaliaram os responsáveis pelo Poder, jamais deixou de ser reconhecida e proclamada pela Revolução de 1964 como meta a ser atingida, para se assegurar a todos os brasileiros o inalienável direito de livremente escolherem, pelo voto, o seu destino. Certamente será o termo da longa jornada iniciada no Governo do Presidente Castello Branco, e que múltiplos fatores fez bem mais demorada do que se imaginara e desejara. É que, por uma dessas fatalidades da História, já tantas vezes observada, as revoluções raramente se desenvolvem de acordo com os seus planos iniciais.

Hoje, dentro das normas que se traçou no sentido da breve democratização do País o Governo será tanto mais forte quanto mais prestigiado esteja o Parlamento, cujo vigor e independência são inerentes ao nosso regime. Daí a oportunidade, se não a imprescindibilidade, de se ponderar e deliberar sobre atribuições e garantias, que preconceitos ocasionais dele retiraram. Foram resquícios da hora em que se acreditou, por uma errônea visão do fenômeno político, na decadência ou na fraqueza dos Parlamentos, que deveriam ceder o passo a Governos fortes, capazes de decisões prontas. Foi a época das ditaduras, das quais também não escapamos, e que se pensou destinadas a mudar a face dos povos, assegurando-lhes prosperidade e bem-aventurança. O tempo e a alta quota de sofrimento não custaram a pôr a nú o embuste dos pregoeiros dessa nova ordem, cujos enganos e resíduos haveriam de contaminar por algum tempo as próprias democracias renascentes.

Nada impede, porém, que os Parlamentos, fortalecidos, voltem a ocupar o seu lugar, sendo reconhecidos como o instrumento político mais adequado para, dentro da clássica harmonia dos Poderes, proporcionar aos povos o convívio dentro da liberdade, e a tranqüilidade fundada no respeito às maiorias legitimadas pelo voto.

Aos parlamentos, para bem desempenharem a sua alta missão, e melhor ajudarem os governos nas crescentes tarefas que lhes cabe num mundo eivado de problemas e conflitos, fora imperioso não apenas assegurar-lhes garantias impostergáveis, mas ampliar-lhes atribuições e competências sem as quais acabariam por perder a própria razão de existirem. Urge consolidarmos o Governo do povo, para o povo e pelo povo.

Poderia mesmo dizer que tão necessária quanto ampla revisão constitucional, que seja apanágio e coroamento do chamado movimento de abertura, é a renovação e atualização do Legislativo, expressão mais complexa e legítima da opinião nacional. Será o caminho para a projeção de renovadas lideranças, que terão o encargo de, no futuro, polarizar a confiança e as esperanças dos homens de amanhã.

Bem sabemos quanto difícil e trabalhosa a prática de verdadeira democracia, uma democracia sem adjetivos ou apelidos, sobretudo se confrontada com as sedutoras facilidades, frequentemente corruptas e irresponsáveis, dos regimes assentados na força. Em boa hora optamos pela transitoriedade e rotatividade dos governantes através do voto, única fonte de poder numa democracia. Não devemos temer os seus riscos, e sim aceitá-los de boa mente certos de que o vencido de hoje poderá ser o vencedor de amanhã.

Mas, na medida em que cresce nossa liberdade e segurança, maiores são, permitam-me dizê-lo, se não repeti-lo, nossas responsabilidades. Até porque, bem o sabemos todos nós, nenhum poder mais fiscalizado, mais vigiado, por vezes mais agredido pela malediscência do que o Legislativo, cujos erros e falhas, inseparáveis da condição humana, costumam ser vistos e analisados com fortes lentes de aumento, geralmente falsas, malignas e injustas. Bem sei, aliás, estarem quantos aqui representam o povo imbuídos da convicção de que um dos nossos maiores deveres, máxime nesta fase de reformulação e reorganização da vida partidária do Brasil, está em continuarmos, pelo nosso patriotismo, devoção ao trabalho, e sinceridade de propósitos, a merecer o respeito da Nação. Para consegui-lo será imperiosa a nossa capacidade de sopitar paixões, certos de que nada se sobrepõe as horas graves, diria mesmo dolorosas que o País enfrenta para vencer contingências provenientes, em grande parte, de fatos independentes da vontade ou acima da capacidade do Brasil. E não será sem propósito acentuarmos quanto seria frutuoso para a Nação evitarmos ter a casa dividida, para que se multiplicassem nossas forças na árdua batalha, que não é de ninguém, pois é de todos os que almejam superadas as dificuldades sociais, econômicas, financeiras e políticas impossíveis de serem ignoradas ou minimizadas.

Precisamos, porém, aceitar esse desafio do futuro, que reclama uma soma de esforços, que seguramente terão nos trabalhos do Congresso hoje reiniciados, exemplo no qual a Nação encontrará estímulo e confiança.

Se muito foi feito em busca da democracia, nem por isso deixa de haver obstáculos a galgar com firmeza e sabedoria. Ao próprio Governo talvez nem sempre tenha sido fácil transpô-los, tanto é notório existirem remanescentes das extremidades desejosas de um retrocesso político, que acalentam prelibando possíveis dificuldades episódicas, quicá erros providos dos radicais de toda a sorte. Devemos por isso mesmo estar conscientes dos perigos que a conjuntura nacional e a internacional poderão fazer maiores do que os sentimentos, caso nossa prudência e determinação não souberem contorná-los, inclusive através de transações inerentes à política. Por certo, muitos são os caminhos, e cada qual deverá seguir o que lhe pareça melhor. O que não impede admitir a boa fé dos que não acompanham nossos passos. O fundamental é que, sejam quais forem as circunstâncias, sejam quais forem os sacrifícios, permaneçamos convictos de que fora da Lei não há salvação, pois somente ela assegura a Liberdade. *Sub lege libertas.* (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial.

É lida a seguinte

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional

Ao submeter, à alta apreciação do Congresso Nacional, Mensagem em que lhe presto devida conta da evolução dos negócios do Estado em diversos setores da vida nacional no decurso do ano findo de 1979, cumpre-me salientar, nesta introdução geral, aspectos dominantes da conjuntura externa e interna que vivemos e as medidas mais salientes que meu Governo foi levado a adotar a fim de solver problemas e impulsionar, em toda a linha, o progresso do País.

O ano de 1979 caracterizou-se por modificações profundas tanto no setor econômico como no campo político, colocando este último em proeminência indiscutível. Enquanto no primeiro se ajustaram drasticamente parâmetros fundamentais da economia nacional — mas sobretudo para atender sérios desequilíbrios decorrentes, em sua maior parte, de reiteradas e crescentes pressões negativas oriundas do exterior, reagindo decidida e vigorosamente para repô-la em bases sólidas indispensáveis à recuperação em prazo curto e avanços novos a patamares mais altos —, na esfera política, profundas modificações estruturais e de comportamento lançaram verdadeiramente os alicerces de um País renovado em toda a sua dinâmica, cumprindo-se antigos compromissos de um salutar e decisivo aperfeiçoamento democrático.

Não restariam, pois, nem tempo nem recursos, propriamente, para ação mais inovadora e seminal na área social stricto sensu, embora muito de concreto e específico se haja podido realizar, prudentemente embora, em rotas já traçadas, com resultados que avultarão ao somarem-se em futuro não remoto. Imaginativa alteração da política salarial só virá a provar sua validade no ano que se inicia, como de resto confiamos.

Na seara internacional, por outro lado, não nos desviáramos da linha flexível do «pragmatismo responsável» inaugurado pelo Presidente Ernesto Geisel, mais uma vez positivamente testado em face de um panorama externo tão preocupante e mutável como o de nossos dias.

É o que passo a delinear em vários parágrafos, referindo-me, para maiores detalhes e ampliações, aos capítulos discriminados que se seguem a esta introdução geral.

Como já tive oportunidade de salientar ao findar-se o ano de 1979, desde o primeiro momento em que assumi as responsabilidades do governo senti claramente que não poderia realizar os anseios da sociedade brasileira, de prosperidade e bem-estar social, sem atacar, como medida prioritária, o grave problema da inflação. Esta chega-nos, hoje, por sinuosos e variados caminhos.

A frustração das safras agrícolas, principalmente de cereais, nos últimos três anos, gerou forte pressão autônoma sobre a alta dos preços dos alimentos, ao mesmo tempo em que reduziu nossas possibilidades de exportação e nos impôs pesadas importações para garantir o abastecimento do mercado interno.

As limitações orçamentárias da União, no momento em que o Governo Federal se via obrigado a socorrer as economias de muitos Estados e Municípios, assolados por repetidas secas, geadas e inundações, nos obrigaram, por sua vez, a recorrer à expansão monetária, para atender as calamidades e, ao mesmo tempo, sustentar o sistema de subsídios ao consumo de alguns produtos essenciais, de que

são exemplo o trigo, a carne, o açúcar, o leite e outros alimentos.

Agravou-se, assim, seriamente, nos últimos anos, o déficit do setor público, não evidenciado nos orçamentos federais e que assume, atualmente, proporções insuportáveis.

Pouca gente se dá conta, ainda hoje, das dificuldades que confronta o Governo para subsidiar, com cerca de um bilhão de dólares anuais, o consumo de trigo.

Por outro lado, persistia o forte desequilíbrio nos planos das empresas estatais, freqüentemente resolvido, de maneira imprópria e inflacionária, mediante o recurso a fontes de financiamento externo.

Finalmente, destacam-se os efeitos perversos da escalada de preços do petróleo e da inflação, importada, cujas repercussões talvez ainda não possamos avaliar devidamente, tal o impacto que produziu e ainda está produzindo sobre a economia mundial.

O Governo tratou de dar respostas adequadas a fim de conjurar cada uma dessas causas.

A insuficiência da produção de alimentos e à descapitalização da agricultura, respondemos com uma corajosa política de crédito rural e de garantia de preços mínimos.

A racionalidade de uma política salarial justa e equitativa foi reassegurada por lei do Congresso, que coloca sobre a mesa das negociações salariais a produtividade e não a inflação. Na mesma direção, buscamos dar tratamento mais justo à remuneração do servidor público civil e militar.

Os dispêndios do Governo estão sendo disciplinados, ao mesmo tempo em que se exerce rigoroso controle sobre os planos de investimentos das empresas públicas, com o sentido de cortar os excessos inflacionários e subordinar a realização de novos projetos à efetiva disponibilidade de recursos.

Restava-nos, por fim, equacionar a necessidade de reduzir as importações de petróleo, mediante a racionalização do consumo, e de promover a utilização das fontes alternativas de energia de que o Brasil dispõe em abundância.

Todo o esforço da política econômica governamental recente tem sido o de procurar atacar as raízes do processo de desequilíbrio interno e externo, que se vem aprofundando na economia brasileira, nos últimos anos.

A ênfase inicial foi a de atuar intensamente no sentido de recuperar o controle da inflação, cujos níveis atuais — excessivamente altos — contribuem para reduzir a eficiência do sistema produtivo e agravar o peso do ônus social que representa, especialmente para as classes trabalhadoras.

Dentro do mesmo contexto, estabeleceu-se um programa integrado e coerente de controle de preços críticos que, uma vez ultrapassada a fase inicial de reajustes corretivos, deverá contribuir para a atenuação do ritmo inflacionário, especialmente pela harmonização dos reajustes de preços com os reajustes salariais. Finalmente, impôs-se disciplina ao sistema financeiro com a administração flexível das taxas de juro e reestruturação do mercado aberto, dentro do pressuposto de que o redutor de taxas é, antes de mais nada, um importante redutor das expectativas inflacionárias.

A 7 de dezembro último, anunciei o início de um programa gradual, porém firme, de redução da massa de subsídios creditícios que, hoje, estão situados muito acima do que seria justificável para atender aos objetivos prioritários da Nação e que, pelo excesso quantitativo, limitam substancialmente a execução da política monetária.

O objetivo dessa nova orientação é o de quebrar a rigidez das taxas nominais de juro, que tanto contribuíram para a geração de um processo cumulativo e exagerado de deman-

da dos recursos subsidiados e para a realimentação contínua das expectativas inflacionárias.

A redução, assim programada, da massa de subsídios, diretos e indiretos, terá forte impacto em termos de desaceleração da inflação e, o que é igualmente importante, sem afetar a capacidade de crescimento da economia. Assim, os ganhos duradouros representados pelo controle efetivo da política monetária deverão superar os efeitos transitórios e localizados dos aumentos, na fase corretiva de custos financeiros e de preços finais de alguns produtos. Trata-se, em última instância, de caminhar no sentido de eliminar o artificialismo nos preços, que consagra o desperdício de recursos e cria as condições para transferências altamente regressivas no processo de distribuição da renda nacional. É ilustrativo o caso do trigo subsidiado, utilizado como ração animal. Da mesma forma, na área do crédito, objetiva-se inverter a situação atual, em que 80% do total do crédito doméstico é subsidiado, restando apenas 20% para a faixa livre de mercado. A revisão dos subsídios permitirá a expansão gradual da faixa livre de crédito, criando, inclusive, condições objetivas para a queda das taxas de juros.

Finalmente, importa compreender que é na redução do déficit público e concomitante expansão do crédito livre que reside a chave da política de combate à inflação sem crises de liquidez e, portanto, sem caráter recessivo.

Como se pode verificar, houve a determinação do Governo de preparar o terreno para que se possa, ao longo de 1980, inverter a tendência inflacionária. O conjunto de medidas revela o cuidado em não lançar mão de qualquer expediente de conteúdo recessivo, mas, pelo contrário, mostra a preocupação em explorar inteligentemente os graus de liberdade existentes na economia brasileira, resumidos nas margens ociosas do setor agrícola e de alguns setores industriais, assim como em facilitar os canais de acesso ao mercado externo, que constituem os elementos de harmonização entre desaceleração inflacionária e crescimento econômico.

Necessário era assim atacar, também com a mesma objetividade, as raízes do processo de desequilíbrio externo. Não havia dúvida que o sucesso na política de combate à inflação implicitamente iria contribuir favoravelmente para o processo de ajustamento do Balanço de Pagamentos. Era necessário, porém, ir muito além da simples contrapartida monetária desses desequilíbrios, reconhecendo que parcela ponderável do desajuste de nossas contas externas reflete uma mudança de natureza estrutural e de caráter permanente, associada à radical alteração nos preços do petróleo. Esta mudança, sem precedentes em sua intensidade e rapidez, deixou marca profunda e indelével na relação entre preços de exportação e de importação em todos os países dependentes da importação de petróleo. Ela terá de ser assimilada ou absorvida: a longo prazo, pela substituição das fontes externas de energia por alternativas domésticas, em resposta aos estímulos decorrentes da própria alteração nos custos internos de diferentes fontes energéticas; e a curto e médio prazos, por medidas de política econômica que, em última instância, ajustem os níveis internos de consumo e investimento à nova realidade de uma receita global que foi, abruptamente, reduzida pelo imposto externo representado pelo aumento do preço do petróleo.

A política energética brasileira é peça fundamental para a correção, a prazo mais longo, do desequilíbrio externo, na medida em que ela representa, de fato, uma profunda alteração em nossa estrutura interna de produção. Esta mudança, que deverá marcar o curso da economia brasileira nos próximos anos, está sintetizada na possibilidade de exploração de um vasto potencial de recursos naturais, cuja viabilidade econômica é consequência direta da elevação dos preços de petróleo. A fim de acelerar esta transformação, o Brasil vem adotando corajosa política de reajuste em níveis estritamente realistas dos preços dos derivados de petróleo, racionalizan-

do seu uso e criando as condições de rentabilidade para a expansão da oferta de substitutos nacionais. Além deste estímulo por via de preços, estamos consolidando e ampliando recursos tributários e financeiros vinculados especificamente a programas prioritários, como álcool e carvão, além da continuidade do esforço intenso de exploração de novos campos de petróleo, aumento da produção de energia hidrelétrica e implantação do programa nuclear.

Esta estratégia de diversificação das fontes domésticas de energia, além de sua contribuição direta e crescentemente positiva sobre a balança comercial, traz em seu bojo a oportunidade concreta para um surto de expansão e modernização do setor primário da economia, com decisivas consequências no que diz respeito à elevação da capacidade de absorção de mão-de-obra e diminuição dos fluxos migratórios em direção às grandes cidades. Outra importante dimensão qualitativa é aquela representada pela incorporação efetiva do setor privado à área energética, o que representa grande passo na consolidação do sistema de mercado em que se baseia a economia brasileira.

É forçoso reconhecer, contudo, que o processo de reestruturação energética, a despeito de todas as condições excepcionais apresentadas pela economia nacional, exigirá um tempo relativamente longo para sua maturação plena. Nesse ínterim, temos que procurar outros mecanismos de ajuste aos desequilíbrios externos, visando à eliminação gradual do déficit em transações correntes. Alguns países desenvolvidos, como o Japão, e grande parte da Europa realizaram seus ajustamentos de maneira relativamente rápida, através de um deliberado processo recessivo, que reduziu as importações e ampliou os excedentes exportáveis, passando a conviver, daí por diante, com menores taxas de crescimento econômico. Essa fórmula é inaceitável para um país com as características do Brasil, pelo custo social que estaria associado à elevação, ainda que temporária, das taxas de desemprego e à queda nos níveis de renda real da população.

Além disso, a redução do nível de investimentos tornaria ainda mais lento e socialmente doloroso o processo de alteração de nossa matriz energética, no sentido de menor dependência externa. A contrapartida de um ajustamento gradual — único viável social e politicamente — teria de ser um crescimento relativamente mais rápido de nosso endividamento externo. Na realidade, o que de fato está ocorrendo é que o resto do mundo passou a financiar aquela parcela de excesso de consumo e investimento que relutamos em eliminar de imediato, em face da diminuição de nossa renda real, como decorrência do imposto representado pelo aumento do petróleo. Foi justamente por ter acesso a esses recursos no mercado internacional que o Brasil pôde, até agora, atravessar as fases mais difíceis da crise mundial, mantendo sua capacidade de crescimento e de geração de empregos acima da expansão da força de trabalho. Dentro dessa concepção, entende-se o endividamento externo acelerado como uma alternativa estratégica legítima, porém necessariamente temporária, utilizada apenas enquanto se promovem os ajustamentos fundamentais na balança comercial, que não poderá assumir uma feição cronicamente deficitária.

Nosso problema atual é justamente assegurar a continuidade desse processo gradual de ajustamento, criando condições efetivas para, de imediato, sustentar a manutenção do fluxo de recursos que financia nosso déficit em transações correntes e, já ao final do próximo ano, buscar o equilíbrio em nossa balança comercial. Dessa forma, estaremos criando parâmetros objetivos para o equacionamento adequado e não traumático de nosso endividamento externo.

Dentro desta visão — que nos parece absolutamente realista no plano econômico, social e político —, impôs-se decisiva e coordenada ação no âmbito da política fiscal, monetária

ria e de comércio exterior, inclusive drástica atualização de nossa taxa cambial.

Assim, as medidas adotadas em 7 de dezembro de 1979, complementadas pelas de 16 de janeiro passado, buscaram harmonizar os instrumentos de política fiscal, monetária, cambial e salarial com o objetivo de corrigir os desequilíbrios externos e internos, revertendo no prazo mais curto possível as tendências ultimamente manifestadas. Com elas absorveu-se o ônus transitório de uma inflação corretiva e criaram-se condições mais estáveis às decisões dos agentes econômicos, através da redução do nível de «incerteza institucional», evitando-se que a formação de expectativas inadequadas aumentasse as dificuldades para superação dos problemas econômicos básicos.

Por outro lado, atasta-se, com a política seguida, qualquer expediente de conteúdo recessivo, na convicção de que sua característica simplificadora das regras econômicas e a ênfase na necessidade de maior eficiência no uso dos recursos disponíveis deverão criar clima propício para a contínua expansão dos investimentos, especialmente pelo setor privado. Na mesma linha atuam as definições claras das grandes prioridades setoriais, com destaque para os campos da exportação, agricultura e energia.

Com relação à inflação, o início imediato de amplo programa de redução da massa de subsídios creditícios é elemento fundamental de administração da política monetária, como também de aumento da eficiência econômica. Com relação ao Balanço de Pagamentos, procedeu-se a um reajuste cambial de 30%, imprescindível à adaptação de nossa economia à nova realidade estrutural representada pela mudança drástica nos preços externos do petróleo. Feito este ajuste, continua-se com a política de minidesvalorizações segundo a sistemática de correções pequenas e frequentes, tomando-se como critério básico o diferencial entre a inflação doméstica e a inflação mundial, mas adotando-se postura tal que considere fundamentalmente a expectativa da inflação futura, evitando-se que a incorporação sistemática dos resultados passados concorra para a realimentação do processo. Em outras palavras, no percentual de 30% de maxidesvalorização esteve também embutida alguma antecipação das minidesvalorizações que seriam necessariamente feitas, entre final de dezembro de 1979 e março ou abril de 1980, com vistas à compensação das taxas mais elevadas de inflação doméstica observadas nos últimos meses de 1979 e, mesmo, princípio de 1980.

Por isso foi possível estabelecer, sem o mais remoto comprometimento da política de apoio às exportações, o teto de 40% para a correção cambial de 1980, o que representou importante fator de estabilidade nos planos empresariais, facilitando a continuidade de captação de recursos externos pelo setor privado.

Criaram-se, dessa forma, condições mais favoráveis para atingir o equilíbrio na balança comercial já ao fim de 1980 e para manter o fluxo de recursos financeiros imprescindíveis ao financiamento do déficit em transações correntes.

Simultaneamente, dentro de uma estratégia global de evitar artificialismos e caminhar na direção da realidade de preços e custos, foram eliminados, do lado das exportações, todos os subsídios fiscais e, do lado das importações, o depósito prévio (inclusive o de viagens) e as isenções generalizadas de impostos de importação, com vistas à racionalização da política de desenvolvimento da indústria nacional.

A concepção básica é a de atribuir à taxa cambial e às tarifas aduaneiras a função primordial de regular os níveis de exportação e importação, evitando, sempre que possível, decisões de natureza discricionária, que trazem consigo o ônus de pesados custos burocráticos, além de ampliarem desnecessariamente o risco das decisões empresariais. Estas modificações constituem, na área econômica, gigantesco passo no sentido de desburocratização e consolidação dos princípios de uma moderna economia de mercado.

Ainda com relação à necessidade de equilibrar, no período de tempo mais curto possível, a balança comercial, foi aprovado rígido orçamento de importações do setor público (exclusive petróleo, Siderbrás e Eletrobrás) que, em 1980, não poderão ser superiores a 80% do valor nominal em dólares dos gastos realizados em 1979.

A aplicação do imposto de exportação sobre alguns produtos primários foi medida complementar necessária para se evitarem perdas nas relações de troca em função da maxidesvalorização.

Como corolário da maxidesvalorização e objetivando não só evitar ganhos especulativos, como também neutralizar uma fonte de expansão monetária, com potencial suficiente para comprometer a política de combate à inflação em 1980, estabeleceu o Governo o congelamento dos depósitos em moeda estrangeira no Banco Central sob a égide da Resolução nº 432. Com esta medida, os mutuários de empréstimos externos diretamente contratados nos mercados de capitais internacionais, que se haviam utilizado da faculdade prevista na Resolução acima mencionada, só poderão utilizar aqueles recursos para amortizações e pagamentos de juros relativos às próprias operações que lastrearam os respectivos depósitos, ou, no caso de empresas com participação de capital estrangeiro, para transformação da dívida externa em investimento direto; excepcionalmente e a critério do Banco Central, poderá haver liberações para atender a projetos prioritários.

Relativamente aos novos empréstimos da espécie, isto é, contratados diretamente no exterior sem interveniência de instituição financeira sediada no País, permaneceu a faculdade de depósitos no Banco Central, subordinados os saques, entretanto, ao regime acima descrito. Esta alternativa visa a conciliar os interesses do tomador privado, no que diz respeito ao prazo dos empréstimos contratados, com o objetivo de manter um perfil adequado para a dívida externa.

No caso dos depósitos regulados pela Circular nº 230 do Banco Central, ou seja, aqueles resultantes de empréstimos externos com interveniência de instituição financeira sediada no País (Resolução nº 63), passou-se a exigir prazo mínimo de 180 dias entre as datas de constituição e liberação.

Através de tais reformulações, ampliou-se o controle do Governo sobre a base monetária e eliminaram-se os movimentos especulativos que vinham dificultando a implementação da política de redução das taxas de juros e de disciplinamento do mercado financeiro.

De outra parte, suspendeu-se a retenção compulsória de 50% do valor dos empréstimos externos para o setor privado e reduziu-se o imposto de renda sobre a remessa de juros, de 12,5 para 1,25%.

Dessa forma, buscou-se diminuir o diferencial de custos entre o crédito externo e o interno, tornando mais atrativos, especialmente para o setor privado, os financiamentos obtidos no exterior.

Por outro lado, um dos elementos fundamentais em que se baseia a estratégia governamental de combate à inflação é a redução do déficit do setor público, nem sempre explícito nas contas do Tesouro Nacional.

O tradicional objetivo de arrecadar recursos para atender às despesas orçamentárias do Governo Federal tem sido satisfatoriamente atingido, como comprovam os sucessivos resultados equilibrados e até superavitários na execução orçamentária da União durante os últimos anos. Isto, entretanto, não foi suficiente para contrabalançar os subsídios ao crédito e ao consumo, os incentivos fiscais, o giro da dívida pública interna e os déficits das empresas do Governo, estes últimos financiados em parcela ponderável com empréstimos externos.

Com isto, verificava-se uma dicotomia nas contas do setor público da economia brasileira, onde, de um lado havia o Orçamento da União, em geral equilibrado, mas contemplando apenas as atividades da administração direta do Go-

verno Federal, e, de outro, o Orçamento Monetário, através do qual se ratificava o excesso de despesas sobre receita do setor público como um todo, com as conseqüentes repercussões na expansão da base monetária.

Necessário então se fez reorganizar, disciplinar e coordenar as ações das entidades da administração pública federal direta e indireta, de modo a compatibilizar os orçamentos das empresas-estatais, fundações e demais órgãos da administração indireta, com o Orçamento da União e o Orçamento Monetário.

A reorganização e melhor coordenação das atividades do Governo na área financeira propiciará imagem mais abrangente e clara dos usos e fontes de fundos e suas inter-relações, criando bases favoráveis para a execução de uma política financeira adequada, com benefícios globais para a política antiinflacionária, desenvolvimento econômico e equidade social.

Dentro desta filosofia de ação, a criação da Secretaria de Controle de Empresas Estatais — SEST, na estrutura da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em outubro de 1979, assume aspecto de primordial importância na gestão dos vultosos recursos manipulados por aquelas instituições.

Paralelamente a medidas tais como a redução dos subsídios creditícios, limitação dos investimentos e despesas dos diversos setores governamentais, reorganiza-se a máquina governamental no sentido de melhor alocar os recursos e melhorar a eficiência do sistema como um todo.

Buscou-se, ademais, a formulação de uma política de preços mais harmoniosa, procurando-se concentrar em um só órgão as atribuições relativas à política de preços e abastecimento, tornando-a instrumento mais eficaz para evitar os repasses totais e sistemáticos das pressões de custos, que dificultam o controle da inflação.

* *

CAMPO SOCIAL

Além da promissora inovação instituída, como já mencionado, no setor de política salarial, a escassa disponibilidade de recursos, decorrente do persistente e duro combate à inflação e da busca de equilíbrio no balanço de pagamentos, circunscreveu as atividades governamentais no campo social à preocupação de dar continuidade pelo menos aos programas em curso, evitando-se-lhes a desativação e paralisação.

Com o duplo objetivo de promover a criação essencial de novos empregos e valorizar nossos recursos humanos, tratou-se de superar a concepção acanhada de uma política social de cunho exclusivamente assistencial, através de um enfoque global que requereria a convergência de todas as ações a se desenvolverem nos campos econômico, social e político. Para tanto, concorrerem a decisão firme de evitar-se a recessão econômica e assegurar-se nível aceitável de crescimento do País — da ordem de 6,5% e ainda superior, portanto, ao índice de 1978 — e o clima de abertura política que recomendaria maior dinamismo no movimento de sindicalização urbana e rural (216 novas entidades criadas).

Cerca de 10 milhões de trabalhadores viriam a ser beneficiados pela distribuição de um abono salarial, através do sistema PIS/PASEP. Intensificaram-se esforços para erradicação de submoradias nas favelas do País e concentraram-se recursos nas regiões rurais pobres. Procurou-se melhorar a qualidade do ensino e, no setor da saúde pública, promoveu-se maior integração entre os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, através da instituição do Sistema Social de Saúde, com base na Lei nº 6.229, de 1975. Prosseguiu-se em busca da universalização da proteção social, sem descuidar o aperfeiçoamento e igualização dos planos de benefícios. Cuidou-se, muito particularmente, de aumentar a eficiência do Serviço Público Federal, instituindo-se, afinal, um Programa Nacional de Desburocratização que

vai encontrando funda repercussão em todos os setores da sociedade brasileira.

CAMPO POLÍTICO

Em meados de 1978, o eminente Presidente Ernesto Geisel, coroando sua persistente luta em prol do aperfeiçoamento democrático da vida nacional, submeteu à deliberação do Congresso projeto de reforma eliminando do sistema legal, a partir de 1º de janeiro de 1979, todos os diplomas de exceção e promovendo modificações profundas no capítulo da organização e funcionamento dos Partidos Políticos.

Saímos, assim, da excepcionalidade, sempre traumática por mais imperativa que houvesse sido sua instituição, e inaugurávamos fase altamente promissora da vida política nacional.

A Revolução de 1964 incorporava-se à História, assim ficou dito em Mensagem ao Congresso Nacional, «como um acontecimento irreversível que, transformando qualitativamente a sociedade brasileira pelo alcance de sua obra extraordinária, projetaria sobre o futuro um ideário que há de inspirar muitas gerações».

Alargava-se, então, o horizonte político e cabia, pois, proporcionar, tão logo possível, oportunidades iguais a todos os brasileiros que pretendessem oferecer sua contribuição à solução dos problemas nacionais.

Dáí, em junho de 1979, o projeto de anistia encaminhado ao Congresso Nacional, reafirmando que, «ato unilateral de poder (ela) pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja, na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática».

O projeto, submetido a críticas apressadas e nem todas honestas — muito menos sinceras em seus propósitos —, era muito mais amplo que os apresentados anteriormente ao Congresso Nacional, a título de sugestão como proposta de Emenda Constitucional, os quais, como assinalai na ocasião, de forma fragmentária, limitados no tempo e imprecisos nos termos, atendiam a poucos.

Desta amplitude — aliada à liberalização, anteriormente feita, da própria Lei de Segurança Nacional, com significativa redução das penalidades, e complementada, depois, pela aplicação do instituto do indulto natalino com nova dinâmica dos prazos de detenção e reclusão — dizem bem os fatos posteriores. Basta assinalar que, nos dias de hoje, existe no País um único preso político, este mesmo prestes a readquirir sua liberdade.

Faltava, por outro lado, dar conseqüência à Emenda Constitucional nº 11, ainda proposta do Governo Geisel, que encerraria o longo período do bipartidarismo político instituído, por força de circunstâncias históricas bem conhecidas, pela Revolução de 1964. A isso veio atender Mensagem presidencial de outubro do ano findo, alterando dispositivos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Vale aqui registrar alguns tópicos da justificativa do projeto.

Dizia-se:

«Nesta fase de distensão, quando tantos brasileiros readquirem os direitos políticos, é necessário que se proporcionem condições mais favoráveis de militância, abrindo-se a estrutura partidária e modelando-a em bases estáveis, para que, sem barreiras artificialmente construídas, todos possam tomar os caminhos que lhes pareçam mais úteis à luta democrática pelo poder e em favor do desenvolvimento nacional.

Certo que é interesse de alguns, pela ambição de predominância ou por manobra tática, utilizarem-se de um partido, em cujo seio haja líderes de inegável insuspeição, para a aventura da radicalização que desfigura até o convívio parlamentar — caracterizado sempre pelas disputas acirradas que não impedem, antes recomendam, o relacionamento civilizado e respeitoso.

Entre esses, viu-se logo o já previsto: alguns, de notórias origens, voltando a defender, como essencial, não o multipartidarismo, mas a manutenção de uma frente, expediente tão conhecido quanto cediço, através do qual possam impunemente exercer atividades contrárias à lei e mistificadoras da consciência popular.

Por esse raciocínio, o multipartidarismo passou a ser olvidado, a Federação de Oposições passou a significar a única trincheira válida de luta e quantos voltem à atividade política devem pagar tributo ao monopolismo do partido que pretende ser exclusivo na área da Oposição.

Inovar o processo de fundação e organização dos partidos, para atribuir-lhes densidade política pelo condicionamento a linhas programáticas claramente definidas e apoiadas de baixo para cima, é o objetivo que se tem em vista alcançar na reformulação que não destrói, elimina ou extingue as instituições naturalmente enraizadas no solo, na história e na consciência nacional, pois essas terão todas as condições de, em seguida e sem embargos, renascer, reafirmando-se, de acordo com a nova legislação se vier a ser aprovada pelo Congresso.

Os que temem as fórmulas democratizantes sabem que o que não resiste são as entidades mantidas com artifícios ou sob pressões inadequáveis à realidade da política brasileira em constante mutação, ainda voltadas para um passado irreversivelmente superado.

A abertura das estruturas partidárias é indispensável à livre iniciativa e a conseqüente opção de todos, cumprindo ao Governo apenas cuidar da fundação do seu próprio partido, sem qualquer interferência — que seria descabida e impertinente — no plano de interesse e de exclusiva competência da Oposição.

Não procede o argumento de que se a Oposição vier a ter mais partidos sairá enfraquecida, porque será difícil a união.

O sentido de união e os vínculos e compromissos partidários não estão na sigla, — existem, às vezes, apesar dela —, mas nos homens, na consciência do dever a cumprir ou na determinação de ver o partido democraticamente dirigido pelo consenso majoritário.

A sigla não tem força para mudar a natureza dos homens, nem encher o vazio de uma mensagem. Ela pode significar o símbolo de uma luta, de uma idéia ou de um tempo, mas o que lhe garante atualidade e permanência será o programa a que correspondam a ação fiel e coerente de suas lideranças e o apoio continuado do povo.

O que o Governo objetiva com o projeto é criar condições legais para que a realidade flua normalmente sem obstáculos e os políticos venham a constituir os partidos, fazendo-os nascer das idéias e dos princípios a empolgarem todos os líderes, a começar pelos que, na periferia, desenvolvem as árduas tarefas municipais.

Partidos de idéias e organizados de baixo para cima, tão insistentemente reclamados pelos doutrinadores políticos mais categorizados, é o que tem em vista o projeto ora submetido à consideração do Congresso Nacional».

Esperamos que a realidade, hoje ainda em gestação, venha a confirmar tão sadio prognóstico.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Brasil continua orientada de acordo com os vetores do universalismo, da boa convivência internacional e da soberania e dignidade nacionais. A pauta cumprida pela diplomacia brasileira, neste primeiro ano de Governo, evidencia que essa orientação corresponde às necessidades do momento nacional e vem colhendo expressivos frutos, apesar das difíceis realidades internacionais de nossa época.

Nossa política global caracteriza-se pela presença, cada vez mais marcante, dos interesses nacionais em variadas regiões do planeta e na ampla gama de temas em debate no plano internacional. O Brasil de hoje valoriza suas relações tanto com o mundo industrializado, quanto com os países da América Latina, África e Ásia. O universalismo da política externa se expressa pela ampla disposição ao diálogo, com base no respeito mútuo e no princípio da não-intervenção. Em sua ação, o Brasil procura afirmar um novo tipo de relações internacionais, de natureza aberta e democrática, horizontal, sem subordinações nem prepotências.

Com as nações vizinhas e irmãs da América Latina, pratica-se uma política de igualdade, não-intervenção e descontratamento, que visa ao benefício comum. O Brasil assume integralmente sua condição de país latino-americano. Acredita que, em conjunto, as nações latino-americanas devem buscar mais aperfeiçoadas formas de integração regional, que permitam, não só acelerar o desenvolvimento e o intercâmbio entre elas, com realismo e atenção às potencialidades e necessidades de cada país, senão também que lhes facilite presença mais homogênea nas negociações econômicas com os países desenvolvidos. O Governo brasileiro deseja que a convivência regional seja intensa e fraterna. Favorece, por conseguinte, a realização de consultas com os demais países latino-americanos sobre temas de natureza bilateral ou regional, sem exclusivismos ou precondições. O Brasil respeita os direitos soberanos de seus vizinhos de determinarem seus destinos nacionais. Não se coloca em posição de julgá-los; mantém, apenas, seu próprio compromisso com o diálogo e com a democracia. Acredita que a amizade e a cooperação, com vistas a aliviar tensões e a promover benefícios mútuos, são os caminhos para que a região tenha o desenvolvimento histórico desejado por seus povos e necessário à afirmação de sua posição no mundo.

Em 1979, essa política traduziu-se em realizações concretas. O Brasil exerceu amplamente sua vocação para a participação no cenário latino-americano. Intensificamos contactos, em nível presidencial e ministerial. Com os países andinos, iniciamos promissores entendimentos, através da vinda do Presidente Francisco Morales Bermudez ao Brasil e de minha visita oficial à Venezuela, a convite do Presidente Luis Herrera Campíns. O apoio brasileiro a uma solução política, na Organização dos Estados Americanos, por ocasião dos dramáticos acontecimentos da Nicarágua, teve conseqüências positivas para o encaminhamento da crise e reforçou a confiança entre os países da região. Foram alcançados progressos significativos no processo de ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica, o que já justifica a expectativa de que possa, em breve, entrar em vigor. E igualmente expressivo que tenha o Brasil celebrado com a Argentina e o Paraguai o Acordo de Cooperação Técnico-Operativa entre os aproveitamentos hidrelétricos de Itaipu e Corpus, com o qual os três países souberam encontrar uma solução que efetivamente representa uma convergência de interesses e soma de benefícios recíprocos. Fica, assim, encerrada uma questão que se prolongava no tempo, e se abrem novas perspectivas de cooperação com os países platinos.

No tocante ao continente africano, cujos povos têm com os brasileiros tantas e tão importantes afinidades, está se abrindo nova etapa em nossas relações. Estão retomados os

contactos e forjados vínculos de confiança com as nações africanas. Agora, devemos rapidamente operacionalizar nosso relacionamento. Especialmente com as nações de língua comum — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe — estamos passando a uma fase mais produtiva, como evidência a aceleração de contactos, visitas e entendimentos, verificada nos últimos doze meses. O Brasil manteve firme posição no que diz respeito aos problemas da instalação de um verdadeiro regime de maioria no Zimbábue e da autodeterminação e independência da Namíbia. Com o previsível ocaso dos problemas característicos da época colonial, novas questões começam a desafiar países africanos; conseqüentemente, novos campos de cooperação estão sendo identificados, como indica, por exemplo, a vinda ao Brasil, no ano de 1979, de um total de 18 delegações só da Nigéria. O Brasil confia em que seu relacionamento com esses países se vai colocando em bases sólidas, fraternas e mutuamente benéficas. Para tanto, prossegue o esforço de ampliação da rede de Missões diplomáticas brasileiras no continente africano, havendo sido criadas, em 1979, as Embaixadas do Brasil em Lomé e Dar-Es-Salaam. A visita, a nosso País, do Presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, bem ilustrou o espírito que anima o novo relacionamento do Brasil com os países africanos.

Também em nova e importante fase entraram as relações do Brasil com os países do Oriente Médio. Mantém meu Governo as posições de princípio do Brasil quanto à questão do Oriente Médio, a saber: deseja a implementação das Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas; favorece a desocupação dos territórios árabes ocupados pela força; considera que todos os países da região têm o direito de subsistir dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas e negociadas; e defende os direitos do povo palestino à autodeterminação, à constituição de um Estado soberano e ao retorno a seus lares. Ademais, reconhece o Governo brasileiro que a Organização da Libertação da Palestina (OLP) representa o povo palestino e que deve estar presente no processo de negociação que venha a decidir o destino da Palestina. Intensificaram-se, no período, de forma especialmente significativa, as relações do Brasil com os países árabes, como a Arábia Saudita, a Argélia e o Iraque, aos quais foram enviadas delegações brasileiras de nível ministerial. A visita do Vice-Presidente do Iraque, Senhor Taha Maa'rouf, ao Brasil e os contactos subseqüentes entre os dois países bem demonstram a feição positiva que tomaram as relações do Brasil com os países do Oriente Médio.

Dentro de um panorama petrolífero internacional marcado por uma crise generalizada e posições especulativas, o Governo, graças às excelentes relações com seus fornecedores, tem mantido o País a salvo das manifestações negativas do mercado e de possíveis tratamentos discriminatórios. Pelo contrário, tem o Brasil estabelecido novos, variados e promissores contactos com esses fornecedores e recebido firmes indicações de que o suprimento nacional de óleo será assegurado, mesmo diante de eventuais situações extremas. É política do Governo ampliar a cooperação com os países fornecedores, com o objetivo de estabelecer um relacionamento comercial e financeiro mais equilibrado, que permita minorar os atuais problemas do balanço de pagamentos.

Desenvolvem-se as relações do Brasil com as nações do mundo industrializado, tanto os Estados Unidos da América e o Canadá, quanto os países da Europa Ocidental e o Japão. O Brasil deseja intensificar e diversificar esses relacionamentos, que são de fundamental importância para a continuidade de seu desenvolvimento. Nesse contexto, preocupam especialmente os problemas da inflação mundial e da instabilidade monetária, do recrudescimento do protecionismo comercial e das limitações do acesso ao conhecimento científico e às tecnologias de ponta — questões essas que se colocam de forma cada vez mais nítida, à medida que avança o processo de desenvolvimento nacional. No plano bilateral, rece-

bi com especial satisfação, nos primeiros dias de meu Governo, a visita do Vice-Presidente Walter Mondale, dos Estados Unidos da América, e do Chanceler Helmut Schmidt, da República Federal da Alemanha, e, posteriormente, do Senhor Adolfo Suárez, Presidente do Conselho Espanhol.

Prosseguem, igualmente, as relações do Brasil com os países socialistas da Europa Oriental, às quais desejo imprimir maior dinamismo no plano econômico e comercial. Da mesma forma, é intenção do Governo intensificar contactos com os países em desenvolvimento da Ásia, entre os quais sobressai a República Popular da China, com a qual já mantém o Brasil relações de alto significado, como demonstra a visita do Vice-Primeiro Ministro Kang Shien ao Brasil, em maio de 1979.

No campo econômico e comercial, o Brasil teve participação comensurável com seus interesses e com os problemas que a economia mundial atravessa. As grandes reuniões internacionais realizadas em 1979, como a V Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e as Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, não alcançaram resultados satisfatórios para os países em desenvolvimento e, nesse sentido, foram representativas das frustrações que afligem o diálogo Norte-Sul, como um todo. Considero urgente que, diante dos numerosos e alarmantes sintomas de crise econômica internacional, possa o Norte industrializado levar a efeito um diálogo mais consciente e produtivo com os países em desenvolvimento do Sul.

Junto a nossos principais clientes no mundo desenvolvido, realizou o Brasil intenso esforço diplomático no sentido de anular ou, pelo menos, atenuar as pressões protecionistas que pesam sobre as exportações brasileiras de produtos manufaturados. No âmbito de nosso relacionamento com os países em desenvolvimento, a diplomacia brasileira deu respaldo aos esforços para aumentar e densificar o intercâmbio econômico, bem como expandir programas de cooperação técnica e cultural. Assim é que, por exemplo, resultados concretos já foram alcançados com relação ao incremento das exportações brasileiras, principalmente para a América Latina e África, as quais, em conjunto, representam a quarta parte das exportações totais do Brasil. Igualmente, expande-se o programa de cooperação técnica brasileira, beneficiando já cerca de 40 países, enquanto que pelo menos 15 mil estudantes-convênio estrangeiros frequentam as Universidades brasileiras.

A política externa do meu Governo visa à paz, à independência e ao desenvolvimento. Busca apresentar ao mundo um perfil diversificado e confiável do País, por seu senso de realidade e por sua disposição de promover transformações que tornem a ordem internacional mais justa, equitativa e democrática. O Executivo saberá mobilizar-se para, no plano externo, utilizar, de forma positiva, todas as oportunidades que se lhe ofereçam a fim de que o povo brasileiro possa alcançar padrões mais elevados de vida, em condições de liberdade, justiça e democracia.

Está certo de que, também nesses esforços, não lhe faltará o prestigioso e indispensável apoio do Congresso Nacional.

Brasília, 1º de março de 1980.

JOÃO FIGUEIREDO

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

APRECIACÃO GERAL

ESTRATÉGIA GLOBAL E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

Os pressupostos da política econômica

A estratégia de desenvolvimento, no decurso de 1979, foi concebida e executada tendo em vista acelerar a taxa de crescimento

do emprego e do produto interno bruto, sem deixar de combater a pobreza e promover a melhoria da distribuição de renda. Para isso, foi necessário enfrentar simultaneamente problemas de inflação, de adaptação à crise energética, de balanço de pagamentos e de administração da dívida externa, levando-se em conta a natureza das inter-relações existentes entre essas variáveis.

No caso brasileiro a experiência já demonstrou que não existe qualquer relação causal entre taxas de inflação e nível de atividade econômica nacional. Em particular, o Brasil obteve elevadas taxas de crescimento econômico ao longo do período 1968-1973, com reduzidas pressões inflacionárias. Assim, a política monetária e creditícia em 1979 foi executada a partir do pressuposto de que o combate à inflação não deveria inibir o crescimento econômico, e de que a recessão poderia — e, portanto, deveria — ser evitada.

Além disso, partiu-se da noção de que algumas medidas, de grande alcance, poderiam ser acionadas para a consecução de vários objetivos, simultaneamente.

Assim é que o estímulo à produção agropecuária visou, simultaneamente, a promover o incremento do nível de emprego e da atividade econômica interna, combater a inflação e elevar os padrões de bem-estar da população — através do aumento da oferta de gêneros agrícolas essenciais —, a gerar montante adequado de excedentes exportáveis para eliminar os atuais déficits do balanço de transações correntes e, finalmente, estimular a produção agrícola para fins energéticos.

A persecução desses objetivos exigiu, de um lado, que se tomasse um conjunto de medidas coerentes do ponto de vista econômico e social e, de outro, que se aperfeiçoasse consideravelmente o aparelho institucional do Estado.

Desempenho global da economia

Felizmente, apesar da ocorrência de uma série de fatores adversos, do agravamento da inflação e do déficit do balanço de pagamentos, a economia brasileira apresentou crescimento satisfatório em 1979. Logrou-se atingir expansão da ordem de 6,5%, superior à verificada no ano anterior.

O crescimento da produção das lavouras, apesar de muito prejudicado pelas dificuldades climáticas, situou-se em 7%, mais do que compensando o resultado negativo verificado na produção animal e em seus derivados, em vista do que o crescimento global da agropecuária foi superior a 4%.

O setor industrial, apesar de ter sido consideravelmente atingido pela inflação, cresceu cerca de 7,5%, enquanto a construção civil obteve aumento de 5,5%.

Desempenho ainda mais favorável ocorreu no setor dos Serviços de Utilidade Pública, cuja expansão foi superior a 12%, assim como no setor terciário da economia, que cresceu a taxa superior a 7%.

Estes resultados mostram que, a despeito das inúmeras dificuldades que surgiram ao longo do ano, foi possível evitar a recessão, através do manejo adequado da política econômica, mantendo-se a criação do emprego em ritmo superior a 2,4% ao ano.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelo Governo, a inflação brasileira acompanhou a tendência ascendente observada na maioria das economias ocidentais, alcançando a taxa anual de 77,2%. Todavia, mercê das medidas de combate intensificadas sobretudo nos últimos meses do ano passado, é razoável esperar redução substancial no ritmo de crescimento dos preços, em 1980, em especial no segundo semestre.

Finalmente, em razão do vigoroso esforço realizado, as exportações brasileiras se elevaram a US\$ 15,3 bilhões em 1979, apresentando crescimento de 20,6% com relação aos níveis obtidos em 1978. Esse resultado permitiu que o Brasil importasse cerca de US\$ 18 bilhões — matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital indispensáveis à manutenção de elevado nível da atividade econômica interna — com déficit de apenas US\$ 2,7 bilhões na balança comercial. O Governo tem confiança de que o conjunto das medidas adotadas ao longo do ano passado, principalmente de estímulo à exportação e contenção das importações, atenuará o déficit na conta de transações correntes, em 1980, que alcançou US\$ 9,9 bilhões no ano de 1979.

Políticas fiscal, monetária e creditícia

Os principais objetivos das políticas fiscal e monetária do Governo, em 1979 foram o combate às causas da inflação e a reorientação dos fluxos financeiros para fora das atividades especulativas e em direção a utilizações produtivas, especialmente na produção agrícola.

Para isto procurou-se eliminar o déficit do Governo, aperfeiçoar a política de crédito governamental e conter a expansão dos meios de pagamento dentro dos limites indispensáveis à manutenção de nível adequado de liquidez da economia. Além disso, utilizou-se a política de controle de preços como instrumento complementar de combate à inflação, procurando-se aperfeiçoar os instrumentos de controle monetário e fiscal.

A política de controle do déficit do Governo considerou, não apenas as contas consignadas no Orçamento Fiscal, mas também as incluídas no Orçamento Monetário, as relacionadas com a dívida interna, com os fundos federais, como as autarquias e até mesmo com as empresas estatais. Esta diretriz constou explicitamente do projeto do III Plano Nacional de Desenvolvimento, debatido e aprovado pelo Congresso Nacional.

Admite-se que a persistência do déficit global das contas consolidadas do Governo constituiu-se no principal fator de expansão monetária dos últimos anos.

Em primeiro lugar, do ponto de vista do controle do déficit do Governo, foram introduzidas importantes modificações na elaboração do Orçamento da União em 1979. A principal diz respeito à inclusão já no Orçamento de 1980, dos dispêndios relativos aos subsídios ao abastecimento e dos encargos da dívida interna, que até então eram cobertos com recursos monetários ou pela emissão líquida de títulos do Tesouro.

Em segundo lugar, o Governo decretou ou a eliminação pura e simples, na maioria dos casos, ou a redução drástica dos subsídios creditícios. Esses subsídios chegaram a representar mais de 60% do déficit global do Governo em 1979. No caso da agricultura, essa redução de subsídio será levada a cabo de forma gradativa, à medida em que a recuperação dos níveis da atividade agropecuária permita maiores ganhos de produtividade.

Além disso, em termos de receita do Tesouro, uma das medidas de maior repercussão foi a eliminação dos incentivos fiscais às exportações de manufaturados. Estima-se que esta medida trará ao Tesouro, em 1980, economia de recursos um torno de Cr\$ 14 bilhões referentes ao crédito-prêmio do IPI, auxiliando portanto a eliminação do déficit global da União.

Finalmente, outra medida importante para o controle do déficit do Governo foi a criação, no âmbito da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), já em funcionamento. Seu principal objetivo é controlar os programas de dispêndio e de investimento das empresas estatais, com a finalidade de adequá-los à política de combate à inflação.

A reorientação dos fluxos financeiros em direção às atividades produtivas foi realizada, principalmente, mediante aperfeiçoamento da política de crédito governamental e de medidas destinadas a combater a especulação em títulos da dívida pública. Com este propósito foram introduzidas, em 1979, importantes modificações na sistemática de concessão de financiamentos de custeio agrícola.

Como a vinculação dos valores dos empréstimos de custeio agrícola aos preços mínimos dos produtos vinha gerando distorções na alocação dos recursos e na própria fixação dos preços mínimos, instituiu-se o Valor Básico de Custeio, a ser utilizado como padrão de referência para a concessão desses créditos. Este novo parâmetro, fixado a partir de estudos técnicos de orçamentos de custeio da produção em cada uma das zonas produtoras, deverá ajustar-se com maior precisão às necessidades de crédito por parte do produtor.

No que concerne aos juros, a ação do Governo esteve orientada no sentido de promover, de um lado, a redução das taxas praticadas no segmento livre do sistema financeiro e, de outra parte, a eliminação dos subsídios ao crédito, particularmente aqueles que provocam efeitos regressivos sobre a distribuição de renda e ineficiente alocação de recursos creditícios.

Com este propósito foi determinada, em agosto, a redução mínima de 10% nas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras em suas operações ativas. Paralelamente, o Banco Central instituiu sistemática de acompanhamento e controle da evolução das taxas de juros, com vistas à pronta intervenção no caso de não cumprimento dessa determinação.

Conforme já se mencionou, a virtual eliminação de todos os subsídios creditícios rompeu o círculo vicioso da acumulação crescente de recurso, provenientes do crédito subsidiado.

Com vistas a corrigir evidentes distorções, que limitavam sua eficiência como instrumento de política monetária, foram introduzidas profundas modificações na estrutura de funcionamento das operações de mercado aberto, destacando-se, por sua relevância e profundidade, a implantação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Com efeito, após a introdução deste mecanismo, as compras e vendas das Letras do Tesouro Nacional (LTN) passaram a ser feitas simultaneamente com sua liquidação financeira, eliminando-se o pagamento através de cheques compensáveis. Este aperfeiçoamento reduziu consideravelmente o risco nas operações de mercado aberto, além de ampliar sua eficiência como instrumento de política monetária.

A atuação do Conselho Interministerial de Preços durante o ano de 1979 traduziu-se em diversas medidas, de caráter suplementar, que se inserem no esforço de contenção da inflação e são coerentes e compatíveis com a nova política de reajustes semestrais dos salários. As principais medidas tomadas foram as seguintes:

(a) proibição, aos estabelecimentos comerciais varejistas, de elevarem em mais de 30% os preços dos seus produtos, quando vendidos a prazo, relativamente aos preços à vista;

(b) controle pelo CIP da margem de comercialização das empresas que atuam como distribuidoras de produtos industriais e sejam ligadas a empresas produtoras (controladas, subsidiárias ou coligadas);

(c) autorização de reajustes dos preços de produtos e serviços até o máximo de 2 vezes por ano, para os setores industriais e comerciais sujeitos a controle, sendo que o primeiro reajuste somente será autorizado após decorridos quatro meses do último aumento concedido pelo CIP;

(d) revogação da liberação do controle de preços para as indústrias fabricantes de veículos automotores e empresas do setor de autopeças, autorizada em julho de 1977;

(e) revogação das Resoluções que estabeleceram o regime de liberdade vigiada para reajustamento de preços pelo CIP.

Além disso foi criada, no âmbito da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), com a função de assessoramento na formulação e supervisão da política nacional de abastecimento e preços e coordenação da sua execução. A inclusão da SUNAB — Superintendência Nacional do Abastecimento — no âmbito de ação da SEAP, sob sua supervisão direta, irá conferir maior amplitude ao sistema de controle e maior efetividade à sua ação.

Por fim, coerentemente com as necessidades de liquidez da economia, expandiu-se a oferta monetária em 73,7% de janeiro a dezembro e ampliou-se consideravelmente o apoio do sistema financeiro oficial à atividade produtiva interna.

As aplicações do Banco Central junto às instituições financeiras destinaram-se principalmente a apoiar a exportação de produtos manufaturados, tanto no que se refere à produção quanto à comercialização desses bens no exterior.

O crescimento dos empréstimos do Banco do Brasil esteve associado, principalmente, à prioridade estabelecida para o setor agropecuário, para cujo atendimento foram criados Postos Avançados de Crédito Rural nas regiões mais desassistidas, além de unidades itinerantes destinadas a atender mutuários estabelecidos nas regiões mais distantes.

Além disso, parcela crescente das operações do Banco foram conduzidas tendo em vista promover a redução das disparidades regionais, seja pela assistência às regiões menos desenvolvidas com crédito mais barato, seja através de programas específicos, como o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo, orientados principalmente para o atendimento aos produtores de baixa renda do Nordeste. Vale mencionar o importante papel do PROTERRA, que tem proporcionado inestimáveis benefícios ao desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, além de contribuir para a recuperação de produtores prejudicados por adversidades climáticas.

De igual modo, merece destaque a agilização promovida pelo Banco do Brasil na implantação do Sistema de Apoio Integrado às Pequenas e Médias Empresas, que conjugará o crédito com a assistência técnica nas áreas de produção, gerência, mercado, fiscal e financeira, de modo a induzir ao incremento da produtividade daquelas empresas. Este sistema dará continuidade ao esforço empreendido pelo Governo no sentido de obter o fortalecimento da empresa privada nacional, para o que muito vem também contribuindo a execução do PROGIRO, a cargo da Caixa Econômica Federal.

No que concerne à política de financiamento das instituições financeiras oficiais, merece referência a nova orientação na ação financeira do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, principal banco de desenvolvimento do País que, em consonância com a prioridade conferida pelo Governo ao setor agrícola, destinou o montante de Cr\$ 100 bilhões, a serem desembolsados no período 1980-1982, para apoio à agropecuária e agroindústria, especialmente através de convênios com órgãos e entidades públicas e privadas. Os desembolsos do Sistema BNDE, em 1979, alcançaram Cr\$ 111,9 bilhões.

Também mostrou-se relevante a ação da Caixa Econômica Federal na execução de projetos de grande alcance social, a exemplo dos financiamentos habitacionais, do Fundo de Assistência Social (FAS), do Programa de Crédito Educativo (PCE) e do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSU).

No que concerne aos financiamentos habitacionais, novas diretrizes foram traçadas visando a direcioná-los às populações de menor poder aquisitivo, dando-se ênfase aos programas das Casas Econômicas, Cooperativas Habitacionais e a iniciativas pioneiras como o Projeto CURA.

No âmbito do Banco Nacional de Habitação cabe ressaltar, entre outras importantes medidas de aprimoramento dos mecanismos de execução da política habitacional, a assinatura de contratos para financiamento de cerca de 295 mil unidades habitacionais com prioridade para a área de interesse social: desse total foram financiadas cerca de 200 mil habitações para as populações de baixa renda.

No campo do saneamento básico, registre-se a integração ao PLANASA de novos municípios, atingindo-se ao final de 1979 cerca de 2.010 municípios com seus sistemas de abastecimento de água equacionados ou resolvidos.

Em 1979, as aplicações efetuadas pelo BNH em saneamento básico atingiram Cr\$ 15,2 bilhões.

Como principais agentes financeiros da política de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste do País, o Banco da Amazônia S.A. (BASA) e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) tiveram destacada atuação durante 1979.

O BASA, objetivando maior agilização e desburocratização na concessão do crédito rural a pequenos produtores rurais, utilizou com êxito novo instrumento de crédito, o Carnê Rural, que não exige apresentação de títulos de propriedades ou oferecimento de garantias reais. O Carnê Rural beneficiou 2.607 pequenos produtores rurais, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 263,6 milhões.

Cabe também mencionar o significativo desempenho do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) principal agente financeiro do Governo para apoio ao desenvolvimento da política cooperativista no País. O saldo dos empréstimos do BNCC, em dezembro de 1979, atingiu Cr\$ 11,2 bilhões, o que correspondeu a incremento nominal de 115,4% em relação à posição de dezembro de 1978.

Política tributária e execução orçamentária

A política tributária foi conduzida, de um lado, no sentido de eliminar algumas desigualdades que afetavam importante parcela de contribuintes e de diminuir o custo de aquisição de produtos essenciais e populares; de outro lado, procurou-se através dela auxiliar o combate à inflação e ao déficit no balanço de transações correntes.

Durante o exercício de 1979, importantes medidas foram tomadas destacando-se, no âmbito do Imposto sobre a Renda: a extensão do imposto em bases correntes aos profissionais liberais e aos locadores de imóveis; a redução da tributação incidente sobre pequenas e médias empresas; o abrandamento do recolhimento na fonte do imposto sobre o trabalho assalariado, através da elevação significativa do limite de isenção; a elevação do grau de progressividade do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, com aumento da alíquota de 30% para 35% e criação de adicional temporário de 5% para lucros superiores a Cr\$ 30 milhões. Com essas modificações o tributo tornou-se instrumento mais eficaz para redistribuir a renda.

No âmbito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a redução das alíquotas de mais de quatro mil produtos de consumo popular destinou-se a beneficiar as classes de renda mais baixa da população. Por outro lado, a elevação das alíquotas de mais de uma centena de produtos considerados supérfluos objetivou tanto, melhorar a equidade do imposto quanto compensar a perda de receita decorrente do tratamento favorável concedido ao primeiro grupo de produtos.

Tendo em vista atenuar os efeitos negativos sobre o custo de vida, decorrentes dos aumentos nos preços do petróleo, teve sequência a redução gradativa das alíquotas do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IULCLG). Essas alíquotas, que haviam sido diminuídas em 20% em 1977, foram reduzidas em 30% em agosto de 1979 e em 48% a partir de janeiro de 1980. Por outro lado foi prorrogado até 1985 o prazo de isenção deste imposto para os álcoois etílico e metílico para fins carburantes.

Mencione-se, finalmente, entre as medidas de política tributária adotadas em 1979, a instituição do Imposto sobre Exportação, cujas alíquotas gravarão seletivamente as rendas do País ao exterior.

Do ponto de vista da execução orçamentária o Tesouro, com receita arrecadada da ordem Cr\$ 516.040,0 milhões e despesa de Cr\$

513.040,0 milhões, encerrou o exercício financeiro em 1979 com superávit de caixa de Cr\$ 3.000,0 milhões.

A receita arrecadada, exclusive incentivos fiscais, cresceu 47,8% em relação a 1978, com expansão inferior à da inflação, o que exigiu reajuste nas alíquotas de alguns impostos.

O Imposto sobre a Renda manteve, no exercício, sua posição de tributo mais importante na formação da receita, com uma arrecadação líquida de Cr\$ 195.489,2 milhões em 1979, ou seja 39,7% da receita tributária.

Apesar da progressiva redução verificada na posição relativa da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), este continua a ocupar o segundo lugar como fonte de receita do Tesouro, com arrecadação de Cr\$ 162.480,0 milhões no ano de 1979, correspondentes a 33% da receita tributária. Esta perda de importância relativa é explicada, fundamentalmente, pela maior utilização deste tributo como instrumento de política fiscal.

Em virtude da redução ocorrida na alíquota do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IULCLG), sua participação relativa na receita, que era de 14% em 1970, caiu para 10,7% em 1979, totalizando Cr\$ 52.503,1 milhões.

Os recursos de incentivos fiscais, oriundos do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, totalizaram Cr\$ 40.564,6 milhões no exercício e tiveram a seguinte destinação: FINOR: Cr\$ 7.505,2 milhões; FINAN: Cr\$ 3.202,0 milhões; FISET: Cr\$ 8.275,3 milhões; PIN e PROTERRA: Cr\$ 19.443,8 milhões; e outros fundos, Cr\$ 2.136,7 milhões.

Os incentivos fiscais de que trata o Decreto-lei nº 157/67 alcançaram, por seu turno, montante de Cr\$ 8.340,0 milhões até dezembro de 1979, correspondendo a 9,0% da arrecadação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas no exercício.

Do total das despesas do Tesouro 32,3% referiram-se a gastos com Pessoal e Encargos Sociais, enquanto quase 50% destinaram-se a Transferências vinculadas a programas específicos. No exercício de 1979, 40% desses recursos foram transferidos aos estados e municípios através dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios do Fundo Especial e através dos mecanismos de distribuição dos impostos únicos e da Taxa Rodoviária Única.

Os Fundos de Participação dos Estados e Municípios absorveram Cr\$ 45.829,0 milhões de recursos orçamentários do Tesouro em 1979. Desse montante 55,0% destinaram-se às regiões Norte e Nordeste, 22,7% à região Sudeste e 22,3% às regiões Sul e Centro-Oeste. Os recursos à conta do Fundo Especial no montante de Cr\$ 3.619,0 milhões foram distribuídos exclusivamente às unidades federadas das regiões Norte e Nordeste e aos estados do Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso.

A política de comércio exterior e a administração da dívida externa

A despeito do grande esforço desenvolvido pelo Governo as principais contas das transações do Brasil com o exterior apresentaram-se deficitárias em 1979.

Tais déficits, igualmente registrados pela maioria dos países ocidentais não-produtores de petróleo — notadamente os países em desenvolvimento — são explicados, no caso brasileiro, pela conjugação de uma série de fatores adversos. Entre eles devem-se ressaltar: as elevações substanciais no preço do petróleo; as ocorrências de fenômenos climáticos desfavoráveis e consequente frustração de safras agrícolas — o que exerceu efeito duplamente negativo nas contas externas, pois levaram o País a aumentar a importação de alimentos e reduzir as exportações agrícolas; os aumentos das taxas de juros vigentes nos mercados financeiros internacionais; e a evolução desfavorável das relações de troca no comércio exterior brasileiro.

Em consequência, o balanço comercial apresentou déficit de US\$ 2,7 bilhões. Somando-se o déficit da conta serviços, estimado em US\$ 7,2 bilhões, eleva-se a cerca de US\$ 9,9 bilhões o saldo líquido negativo da conta transações correntes.

Apesar de as exportações de produtos primários terem sido muito prejudicadas pelas quebras das safras agrícolas — do que resultou crescimento dessas exportações de apenas 7,3% — cumpre destacar o excepcional aumento das exportações globais, da ordem de 19%, expressivo quando se considera a conjuntura internacional desfavorável. Este resultado foi possível em razão da grande expansão das vendas de produtos industrializados que, ao aumentarem 31%, elevaram a participação desta categoria de produtos a percentagem recorde de 50%.

As importações brasileiras foram duramente afetadas pela elevação dos dispêndios com aquisição do petróleo, que passaram a responder por 34% do valor total das compras no exterior. O valor global das importações ascendeu a US\$ 17.961,3 milhões, com crescimento de 31,7%.

No que concerne aos demais dispêndios de divisas, merecem referência os gastos com pagamentos de juros ao exterior, da ordem US\$ 4,2 bilhões, como consequência do crescimento da dívida externa do País, cujo saldo bruto atingiu US\$ 49,4 bilhões ao final de 1979.

Em janeiro de 1979 procedeu-se a profunda modificação nas diretrizes das políticas cambial e fiscal. Pelo Decreto-lei nº 1.658, de 24.1.79, o Governo provocou importante mudança em sua política de incentivos fiscais à exportação, determinando que no prazo de 5 anos todos os incentivos seriam gradualmente eliminados, a partir de uma redução inicial de 10%. Da mesma forma, o depósito prévio sobre importações seria objeto de idêntico esquema de eliminação. Esta legislação teve vigência até 7.12.79, quando o Governo tomou medidas de maior alcance: desvalorizou o cruzeiro em 30%, de uma só vez, eliminou os créditos-prêmio do IPI e do ICM relativos às exportações, elevou os juros nominais do crédito às exportações para 40% da variação das ORTN's, suspendeu o depósito prévio sobre importações e sobre viagens internacionais, isentou em 95% o pagamento do imposto de renda sobre juros, comissões e despesas resultantes de financiamentos externos para importação e empréstimos em moeda, vinculou a liberação de depósitos já efetuados em moeda estrangeira no Banco Central ao vencimento do principal e encargos, salvo casos de conversão em investimento direto ou casos especiais a critério dessa Instituição e, finalmente, criou o imposto de exportação de 30%, incidente sobre a pauta do valor mínimo dos principais produtos primários exportados pelo País.

O propósito básico dessas providências foi restituir, à taxa cambial e às tarifas aduaneiras, a função primordial de regular os níveis de exportação e importação, eliminando grande número de controles burocráticos, além de tornar a estrutura de estímulo as exportações mais equitativa entre os diferentes setores e gerar excedentes de arrecadação capazes de reduzir o déficit público, com efeitos também positivos no combate à inflação.

Até 5 de dezembro de 1979, haviam sido realizados 17 reajustes do cruzeiro em relação ao dólar norte-americano, perfazendo desvalorização acumulada de 56,7%. Com o reajuste de 30% efetuado em 10 de dezembro de 1979 a variação anual da taxa de câmbio atingiu 103,7%. Assim, a desvalorização real do cruzeiro, em relação ao valor nominal do dólar norte-americano, foi da ordem de 15%.

A dívida externa bruta atingiu, ao final do primeiro semestre de 1979 US\$ 45.518 milhões, representando acréscimo de US\$ 9.519 milhões em relação à posição de 30 de junho de 1978. A maior parte da elevação da dívida nesses doze meses ocorreu ainda em 1978, uma vez que no ano passado as autoridades monetárias optaram por captação mais moderada de recursos do que aquela praticada no ano anterior, apesar de a liquidez internacional continuar elevada. Por isso, nos seis primeiros meses de 1979 a dívida externa bruta aumentou em US\$ 3.007 milhões (6,9%), a menor evolução semestral registrada nos últimos dezoito meses. Ao final do ano a dívida bruta alcançou US\$ 49,4 bilhões.

Em termos líquidos o endividamento externo sofreu variações frequentes, em função das oscilações observadas nas reservas internacionais do País. Essas reservas alcançaram US\$ 9,7 bilhões em 31 de dezembro de 1979, e, neste caso, a dívida líquida, ao final do exercício, foi de US\$ 39,7 bilhões.

As operações regidas pela Lei nº 4.131 somaram US\$ 32.068,8 milhões em 30 de junho de 1979, sendo US\$ 1.264,7 milhões correspondentes a obrigações do setor público. O saldo dos empréstimos na forma da Resolução nº 63 atingiu US\$ 8.077,2 milhões, em sua maior parte de responsabilidade de instituições financeiras privadas.

O grau de confiança que o Brasil destruiu nos círculos financeiros internacionais continua elevado, do que é prova o grande interesse demonstrado pelos banqueiros internacionais na consorciação do empréstimo levantado pelo Tesouro Nacional em fins de novembro de 1979, no valor de US\$ 1,2 bilhão, para o Programa Energético Nacional.

AGRICULTURA

Embora seja um setor relativamente pequeno em termos de geração de renda, a agricultura, induzida por política coerente e sustentada de forma a criar e manter a confiança dos produtores, é capaz de contribuir positivamente para a solução dos principais problemas da economia do País. Para tanto procura-se tornar rentável a atividade agrícola, através de política setorial coerente internamente e, ao mesmo tempo, sintonizada com a política global, sem perder de vista a prioridade assumida para o desenvolvimento agrícola.

A queda dos preços dos alimentos

O que se espera da agricultura é a expansão quantitativa e qualitativa da produção de forma a se obterem ganhos de renda real graças à queda dos preços dos alimentos. Este aspecto é particularmente im-

portante no Brasil, dado o alto peso das despesas com gêneros alimentícios no orçamento familiar — o que torna uma redução dos preços dos alimentos forma significativa de distribuição de renda.

Na área de produção, a política agrícola procura garantir a rentabilidade, levando o produtor a assumir maiores riscos de investir na sua atividade. Na área de abastecimento procura-se diminuir a margem entre os preços recebidos pelo produtor e os preços pagos pelo consumidor; as altas margens de comercialização são explicadas, em grande parte, por imperfeições de mercado, deficiências de infraestrutura, tecnologias obsoletas de comercialização, mercado reduzido e geograficamente difuso.

O problema do mercado está ligado ao abastecimento das populações urbanas periféricas. Por deficiências de escala a estrutura de comercialização, quando chega à periferia, opera com custos mais altos — comparativamente aos observados nos centros das cidades — que são repassados ao consumidor mais carente. Isto significa deterioração da renda real das populações urbanas que recebem salários mais baixos.

A comprovação de que o custo de alimentos é superior, em termos relativos e absolutos, para as camadas mais pobres, levou o Governo a determinar que toda a atuação da COBAL seja efetuada nas áreas de baixa renda. Esta determinação compreende atuação não somente nas áreas consumidoras, mas também junto às populações produtoras mais carentes, que enfrentam sérios problemas para comercialização de suas safras.

Assim, foram criadas pela COBAL a Rede SOMAR de Abastecimento e o "Cestão da Economia", visando a reduzir os custos de comercialização via operações em larga escala. Estes mecanismos operam com um conjunto básico de mercadorias distribuídas pelo sistema de comercialização oficial e por uma rede voluntária de varejistas. A intervenção direta do Governo nos sistemas de comercialização objetiva reduzir as imperfeições de mercado de modo a deixar a este o papel de determinador de preços, a exemplo das medidas com vistas à melhoria do grau de concorrência nas CEASAS. A ação no abastecimento deu ênfase à redução da forte sazonalidade na oferta de hortigranjeiros, através da criação do Programa Nacional de Abastecimento de Produtos Hortifrutigranjeiros.

Além dos mecanismos da COBAL, o Governo vem utilizando simultaneamente outros instrumentos específicos para as populações de baixa renda, como o PRONAN. Este programa, que funciona entre produtores e consumidores de baixa renda, operou com recursos substancialmente ampliados.

Merece destaque especial a atuação da SUDEPE, que, com o apoio da CFP, estendeu as operações de financiamento com recursos da Política Nacional de Preços Mínimos à comercialização de pescado. É possível agora garantir, ao mesmo tempo, melhor remuneração à atividade pesqueira e abastecimento regular dos centros urbanos.

Como atividade fundamental no abastecimento, a armazenagem requer política consistente com a expansão da produção agrícola. Nesse sentido a CIBRAZEM vem atuando, direta e indiretamente, na expansão da infra-estrutura de armazenagem no País que hoje dispõe de rede de 650.620 toneladas a ambiente artificial e de 52.744.190 toneladas a ambiente natural (48,4% de uso público). Destaque-se que a capacidade existente em 1974 correspondia a cerca de 35 milhões de toneladas, em cujo incremento o PRONAZEM participou diretamente com 7,7 milhões de toneladas.

A política a ser seguida pela CIBRAZEM nos próximos períodos, volta-se com maior ênfase para os investimentos em armazenagem de pescado e hortigranjeiros, armazenagem na fazenda, expansão da capacidade de conservação e guarda nas regiões de fronteira agrícola, na agilização da movimentação de safras e em melhorias qualitativas nos processos de armazenagem.

Em síntese, a atuação do Governo com respeito à oferta de produtos agrícolas objetiva expandir a produção, garantir a estabilidade dos preços e reduzir as margens de comercialização.

No estágio atual, a economia brasileira atravessa fase em que se expande, a taxas elevadas, a demanda por produtos agrícolas. A escassez de fatores tradicionais, principalmente de terra em algumas regiões, passa a indicar a necessidade de melhorias acentuadas da produtividade.

A pesquisa e a assistência técnica podem propiciar tais ganhos de produtividade. A EMBRAPA vem desenvolvendo estudos, em cooperação com as Universidades, a iniciativa privada e as instituições estaduais de pesquisa, que visam a gerar e difundir uso racional de inovações tecnológicas adaptadas aos diversos ecossistemas existentes no País. A orientação básica busca aumentos de produtividade no setor de alimentos, estimulando iniciativas regionais no sentido de promo-

ver por conta própria sistemas públicos e privados de adaptação, produção e difusão de tecnologias avançadas.

A EMBRAPA tem conseguido resultados concretos no lançamento de novas variedades, como novos híbridos de milho recomendados para a região dos cerrados, que produzem 40% mais do que os híbridos convencionais, e a produção de sementes genéticas e básicas de novas variedades de soja, que substituirão as antigas, com vantagens, na região Centro-Oeste.

Na área de controle biológico, as pragas conseguiram-se excelentes resultados na cultura da soja, com a criação de sistema de controle que proporciona redução de 50% no uso de produtos químicos. O mesmo sistema está sendo aplicado ao algodão.

As sementes melhoradas têm sido produzidas em larga escala pela EMBRAPA que, na função de agente difusor das novas variedades, distribuiu sementes básicas de algodão, milho, sorgo e feijão, especialmente nas regiões mais carentes.

A EMBRATER e suas associadas estão desenvolvendo trabalho fundamental em articular os resultados da pesquisa com os instrumentos de crédito e comercialização, para sua difusão. O atendimento a pequenos e médios produtores é a diretriz básica e o apoio total ao cooperativismo, e sua forma de concretização.

Revestem-se de grande importância para a agricultura as mudanças ocorridas na política cambial. Ao longo deste ano, duas alterações contribuíram para o aumento da rentabilidade. Inicialmente, a aceleração do regime de minidesvalorizações em substituição aos incentivos à exportação, gradualmente efetuada — como a agricultura não goza de incentivos à exportação, houve mudança favorável em termos de rentabilidade relativa. A segunda alteração refere-se à maxidesvalorização cambial adotada em dezembro, que também veio acompanhada da eliminação dos estímulos não-cambiais ainda existentes à exportação. Embora de imediato fosse colocado um imposto de exportação para uma série de produtos agrícolas, com o objetivo de evitar a deterioração das relações de troca e a internalização do aumento de preços de exportação, o saldo cambial abre perspectivas muito favoráveis à expansão da agricultura.

É relevante salientar que a ação da agricultura nos ajustes externos não repousa somente na exportação, ou seja, na geração de divisas. A substituição de importações de produtos agrícolas e de outros itens da pauta encontra-se entre os objetivos da política agrícola, a exemplo dos programas de substituição das importações de petróleo.

Entretanto, é no tocante à energia que a agricultura tem novo e importante papel a desempenhar, no sentido de poupar divisas na importação de petróleo. Como o atendimento da demanda do PROÁL-COOL requer aumento significativo na produção de matéria-prima energética, as medidas tomadas pelo Governo determinam que as áreas destinadas às demais culturas não sejam reduzidas.

Esta é uma atitude de curto prazo, visando a evitar imediata redução na oferta de alimentos. Mas, numa perspectiva de médio e longo prazos, investe-se na pesquisa agrícola com o objetivo de desenvolver inovações tecnológicas que aumentem a produtividade dos fatores empregados no cultivo de matérias-primas energéticas.

Neste trabalho, a EMBRAPA atualmente conta com vários programas de pesquisa, envolvendo cultivos de mandioca, sorgo sacarino, cana-de-açúcar, dendê, batata doce e beterraba açucareira. No caso específico da mandioca, a concentração dos esforços de pesquisa já conseguiu resultados concretos, tendo-se selecionado variedades resistentes aos fatores limitantes do cultivo nas regiões centro-oeste, sudeste e sul do país.

A biomassa florestal surge como outra matéria-prima para a produção de álcool, cuja tecnologia disponível foi levantada pelo IBDF no Brasil e no exterior, concluindo-se que é viável economicamente a implantação de um programa de produção de álcool da madeira no País. Para a exploração desse programa está sendo instituída uma empresa de economia mista, com participação acionária de empresas privadas.

Com relação às reservas florestais do País, dada sua importância econômica e ecológica, o IBDF está executando política de exploração não-predatória desses recursos, através da criação de unidades de conservação e de programas como o de reflorestamento de pequenos e médios imóveis rurais, avaliação permanente dos recursos florestais e acompanhamento dos planos de corte, a fim de avaliar o rendimento dos projetos de reflorestamento.

Ainda com respeito aos recursos naturais, a expansão da agricultura exige trabalho sistemático de levantamento, conservação e fertilização do solo. As pesquisas de solos efetuadas pela EMBRAPA procuram levantar as aptidões agrícolas das regiões, já tendo sido concluída a Carta de Solos do Brasil, a qual fornece visão global da distribuição das várias classes de solos. Outras pesquisas voltadas para a conservação do solo procuram levantar métodos de plantio adequado.

O crescimento da agricultura voltada para exportação e para o abastecimento interno incorpora um objetivo de geração de empregos. A política ora em andamento direciona o crescimento da produção para as pequenas propriedades, cuja absorção de mão-de-obra é bastante superior relativamente às unidades de maior porte. Note-se ainda que o perfil produtivo das pequenas propriedades se concentra em alimentos que compõem o consumo padrão do brasileiro. Ou seja, a incorporação efetiva dos pequenos produtores na ampliação da oferta agrícola traz, ao mesmo tempo, efeitos positivos em termos de emprego, redistribuição direta de renda da agricultura e de redistribuição indireta de renda via redução da inflação. Os instrumentos principais da política agrícola estão sendo reorientados para o pequeno produtor, através de crédito, recursos fundiários, comercialização, preços mínimos e outros. Na realidade criou-se uma política agrícola seletiva, voltada para os pequenos produtores e que pretende reduzir as disparidades de renda dentro da agricultura.

O cooperativismo necessário ao apoio de uma estrutura agrária de pequenos produtores, requer atualmente nível mais elevado de capitalização e, às vezes, o processamento industrial do produto, para sua posterior comercialização. Neste sentido, o BNCC, está canalizando volume adicional de recursos externos e alterando suas linhas normais de crédito de investimento para atender a esta nova realidade.

Para atingir os objetivos dessa política tem o Governo procurado garantir a ampliação da fronteira agrícola, principalmente visando a corrigir distorções reconhecidamente graves na distribuição e utilização de recursos fundiários.

Uma dessas distorções referia-se ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, como vigia até 1979. Apesar de criado com objetivos meritorios, sua efetiva aplicação era restrita. Ao longo de sua vigência observou-se que se ressentia de baixa incidência, possuía pequeno impacto sobre a alocação de recursos fundiários ociosos na produção e, ademais, incidia mais fortemente sobre as pequenas propriedades — vale dizer, não estava alcançando os objetivos para os quais fora criado.

O novo Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, resultado de reformulações introduzidas em 1979, tem como preocupações básicas induzir a melhoria da estrutura agrária, aumentar a oferta de terra produtiva para a agricultura — via penalização da utilização especulativa de recursos fundiários — e promover o uso mais intensivo e eficiente da terra.

Cumprir, ainda, na área fundiária, a dinamização do processo de titulação de terras pelo INCRA que expediu no ano passado aproximadamente 2 mil títulos nominais correspondentes a 2,37 milhões de hectares. Para o próximo ano está prevista a ampliação dessa atuação, inclusive às terras devolutas estaduais, em convênio, com vistas à expedição anual de 100 mil títulos e à aceleração do processo de regularização fundiária.

Paralelamente, estão sendo desenvolvidos pelo INCRA vários projetos de colonização de novas terras, contando inclusive com recursos externos, a exemplo do projeto da região da rodovia Cuiabá — Porto Velho. Como a ação fundiária, para ser efetiva, deve ser acompanhada de políticas complementares, o INCRA ampliou seus investimentos na montagem de infra-estruturas, assistência técnica e organizacional e extensão rural.

Medidas de curto prazo

A tônica da política agrícola deste ano repousou preferencialmente sobre instrumentos de curto prazo — as medidas de maior impacto foram as ligadas aos preços mínimos e ao crédito rural. Entretanto, a ênfase em instrumentos de curto prazo não significa abandono das metas de longo prazo: apenas traduz prioridade agrícola em atitudes iniciais rapidamente difundidas pelo setor agrícola. Como essas medidas vieram atender aos anseios mais imediatos do produtor rural, montou-se o cenário para o aproveitamento da capacidade ociosa existente e a consequente difusão dos benefícios daí oriundos. As principais providências de curto prazo são a seguir apresentadas.

Crédito rural

Expansão e difusão do crédito são fundamentais para o crescimento de qualquer atividade econômica. Para o setor rural o crédito oficial possui participação ainda mais significativa, pois a agricultura tem menor número de fontes alternativas de recursos, quando comparada a outros segmentos econômicos. Isto significa que o crédito rural, em certas fases do desenvolvimento agrícola, deve ser acelerado, visando a eliminar restrições externas de capital com que se defrontam as unidades produtivas.

As medidas tomadas procuraram facilitar o acesso ao pequeno produtor e minimizar as distorções existentes na política de crédito rural. Nesse sentido, cumpre destacar:

(a) os financiamentos para o custeio agrícola passaram a ser considerados sem limite pelo Banco do Brasil;

(b) a porcentagem dos depósitos à vista dos bancos comerciais compulsoriamente aplicados na agricultura passou de 15% para 17%;

(c) os valores dos financiamentos de custeio deixaram de ser determinados pelos preços mínimos, mas por uma fórmula que incorpora os valores efetivamente desembolsados, de acordo com o nível de produtividade de cada produtor;

(d) as aplicações pelos bancos de crédito rural para os pequenos produtores passaram de 10% para 25%, destinados 10% desse montante para os miniprodutores; e

(e) os subsídios foram parcialmente eliminados e alterou-se a estrutura das taxas de juros, que passam a ser maiores para os médios e grandes produtores e nas regiões mais desenvolvidas do país.

Tomando como indicador da evolução do crédito rural os empréstimos à agricultura efetuados pelo Banco do Brasil, verifica-se em 1979 expansão acentuada da alocação de recursos financeiros ao setor, tanto em termos absolutos como relativos. O saldo das operações de crédito rural normais do Banco do Brasil cresceu, em termos anuais, 74,3%.

Saliente-se, ainda, que o crédito de custeio agrícola evoluiu para 99,6%, enquanto o índice de preços pagos pelos produtores fora do setor agrícola, em São Paulo, cresceu 68,6% no ano encerrado em setembro de 1979. Para efeito de comparação, deve-se destacar que o crédito bancário total expandiu-se 54,7% entre outubro de 1978 e outubro de 1979, o que indica que as operações do sistema financeiro refletem com bastante evidência a prioridade dada ao setor agrícola.

Seguro rural

A nível nacional, o único instrumento que cobre algum tipo de risco agrícola físico é o PROAGRO (que opera somente com riscos de crédito), cuja adesão era optativa por parte do produtor usuário de crédito rural e cobria apenas 80% do montante financiado.

Visando a aperfeiçoar o sistema de cobertura de riscos agrícolas, algumas medidas foram tomadas:

(a) tornou-se compulsoria a cobertura das operações de crédito rural pelo PROAGRO;

(b) alterou-se a parcela coberta pelo PROAGRO de 80% para 100%, naquelas culturas que desejem obter incrementos substanciais de produção;

(c) estendeu-se a cobertura do PROAGRO para a parcela dos recursos próprios do produtor, previstos no instrumento de crédito; e

(d) concessão, aos mini e pequenos produtores, da faculdade de reter até 30% da produção colhida para consumo familiar, no caso de frustração de safra, quando do cálculo de indenização do PROAGRO.

Preços mínimos

O setor agrícola também está sujeito a riscos de preços, devido às peculiaridades do mercado de seus produtos. A redução destes riscos através da garantia de preços é uma das funções consideradas tradicionais da política de preços mínimos, mas é preciso que ela atue ativamente no sentido de alterar a oferta agrícola. Nesse sentido, os preços de garantia fixados para a safra 1979/80 tiveram incrementos bastante significativos para os principais produtos.

Os preços mínimos devem direcionar o nível e a composição da oferta agrícola para os objetivos desejados de abastecimento, exportação e estocagem. Frequentemente a eficiência desta política é comprometida pela dificuldade de acesso aos pequenos produtores, o que levou a criação de mecanismos que aumentem a capilaridade da política de preços mínimos. Neste sentido, pode-se destacar que os recursos destinados às cooperativas para financiamentos de pre-comercialização aos pequenos e miniprodutores (PRE-EGF) tornaram-se extra-limites. Além de aperfeiçoar o grau de abrangência do instrumento entre os produtos já constantes da pauta, ampliou-se o campo de ação através da inclusão de proteínas de origem animal, com o estabelecimento de preços mínimos para trigos e pescado. Decidiu-se também aumentar o alcance da política de preços mínimos mediante inclusão de novos agentes na operacionalização da política autorizada a adquirir produtos em nome da CFP, aos preços mínimos oficiais, atuando em complemento às agências do Banco do Brasil.

Tabelamento dos preços

Alternativamente, segundo os princípios de menor intervenção e maior coerência global da política agrícola, começou-se a liberar os preços dos produtos agrícolas tradicionalmente tabelados. Esta medida fundamenta-se no princípio de que o mercado possui mecanismo autorregulador e que a política desejada, na área de comercialização dos produtos agrícolas, é o aumento do grau de concorrência.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Incumbe ao Ministério da Indústria e do Comércio importante papel a desempenhar, cabendo-lhe a condução de programas setoriais nas áreas industrial, tecnológica, energética e de desenvolvimento comercial, apoio e financiamento a atividades e setores prioritários, além de estímulo e implementação de atividades econômicas colocadas sob a sua esfera de competência, tais como siderurgia e metalurgia dos não-ferrosos, turismo, café, açúcar, construção civil, borracha, barreira e sal.

Para dirimir disparidades regionais estão sendo direcionados estímulos a regiões menos desenvolvidas, notadamente o Nordeste, exercendo-se eficaz ação de fomento aos empreendimentos ligados à vocação da região, ao aproveitamento de recursos naturais e à superação de pontos de estrangulamento na infra-estrutura, inibidores do desenvolvimento regional.

O estímulo à iniciativa privada visa a criar condições para que a empresa nacional assuma a parcela de responsabilidade que lhe cabe no processo de desenvolvimento do País. Nesse sentido, ressaltar-se a necessidade de reaparelhamento da atividade empresarial, com vistas a seu fortalecimento, modernização e aumento de produtividade, especialmente no que se refere àquelas de pequeno e médio portes.

Na área tecnológica, os esforços concentram-se no desenvolvimento e na criação de tecnologia própria, em segmentos industriais nos quais é viável buscar-se autonomia, promovendo-se, ao mesmo tempo, transferência cada vez mais seletiva de tecnologia do exterior, conjugada a crescente esforço interno para sua absorção e adaptação.

Com o objetivo de tornar mais fluente o processo de distribuição de mercadorias, transferindo ao consumidor final os ganhos de produtividade gerados em outros segmentos, é tarefa de grande relevância a implementação, no âmbito do MLC, de medidas de promoção e desenvolvimento do comércio interno.

Em correspondência às medidas redistributivas que estão sendo adotadas nas áreas fiscal e salarial, tem sido dedicada grande prioridade ao aumento da oferta de bens de consumo essenciais, especialmente alimentos, confecções, calçados populares e medicamentos de uso generalizado. O estímulo à produção de alimentos implica, também, aumento da oferta de bens e serviços demandados pela atividade rural, tais como fertilizantes, corretivos, defensivos, máquinas, equipamentos agrícolas, estradas vicinais, irrigação, infra-estrutura, de transportes, armazenagem, pesquisa e experimentação agropecuárias.

Deu-se continuidade à execução de programas de produção de insumos básicos, notadamente no campo da siderurgia, metalurgia dos não-ferrosos, petroquímica, papel, celulose e fertilizantes.

Ao lado das medidas alinhadas anteriormente, preocupou-se o Ministério da Indústria e do Comércio com a ampliação do mercado de exportação de produtos manufaturados, cujo parque produtor, em alguns segmentos, indica capacidade para absorver encomendas em nível superior à demanda do mercado interno.

Medidas de natureza fiscal e cambial adotadas em dezembro pelo Governo representaram passos efetivos na busca de instrumentos eficientes e de aplicação mais ampla, no que se refere à condução da política industrial do País. A par do maior realismo econômico obtido em decorrência do ajustamento cambial, as simplificações efetuadas na área de incentivos fiscais propiciaram vantagens substantivas para melhoria da balança comercial e, aliadas à revisão do sistema do "similar nacional", constituíram-se em apoio de grande alcance ao empresariado brasileiro. Essas medidas deverão ser completadas com a reestruturação institucional do Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Objetivando estabelecer eficiente mecanismo de articulação entre iniciativas do Governo Federal e dos Estados, o Ministério da Indústria e do Comércio instituiu, em 1979, o Sistema Nacional dos Órgãos Governamentais da Indústria e do Comércio (SISNIC).

Desenvolvimento industrial

O Conselho de Desenvolvimento Industrial aprovou, em 1979, 130 projetos, totalizando investimentos da ordem de Cr\$ 44,6 bilhões, com crescimento nominal de 55% em relação a 1978.

Os desembolsos realizados pelo sistema operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) atingiram o montante de Cr\$ 111,9 bilhões, o que representa incremento nominal de 51% sobre o valor de 1978, cabendo Cr\$ 56,3 bilhões a desembolsos efetuados exclusivamente pelo BNDE (operações diretas e via agentes) e Cr\$ 55,6 bilhões pelas subsidiárias. Com relação ao montante aplicado por estas últimas, Cr\$ 43,6 bilhões (39% do total do Sistema) foram desembolsados pela FINAME na comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no País, representando um aumento de 55% em relação a 1978. As aplicações das subsidiárias FIBASE, IBRASA e EMBRAMEC totalizaram, respectivamente, Cr\$ 7,3 bilhões, Cr\$ 2,7 bilhões e Cr\$ 2,0 bilhões.

As tentativas de desestimular-se investimentos nas áreas de grande concentração econômica deram bons resultados, observando-se apreciável decréscimo na participação do eixo Rio — São Paulo no montante global dos recursos de projetos incentivados pelo CDI. Esta região, que detinha 38% dos investimentos totais em 1978, teve reduzida a sua participação a menos de 25% em 1979. Por sua vez os desembolsos realizados pelo BNDE, em 1979, registraram incrementos nominais, em relação ao ano anterior, de 64% para a região Norte, 74% para o Nordeste e 47% para o Centro-Oeste, contra 33% verificados para a região Sudeste. Observou-se sensível crescimento da participação da empresa privada nacional nos projetos aprovados pelo CDI: em 1978 estas empresas absorveram 36,9% dos investimentos fixos incluídos nesses projetos, enquanto em 1979 sua participação elevou-se para 72,1%, com um investimento total de Cr\$ 32,2 bilhões.

O setor privado da economia viu-se contemplado com mais de 70% dos recursos desembolsados pelo BNDE no exercício de 1979. Neste contexto cumpre também mencionar a implementação do Programa de Alienação de Participações Acionárias, com a constituição e início de funcionamento da Comissão de Privatização.

Sob o ponto de vista da aplicação setorial, os desembolsos do BNDE refletiram, em larga medida, o volume de aprovações verificado em anos anteriores, voltando-se particularmente para empreendimentos situados nos setores de insumos e equipamentos básicos, que absorveram respectivamente 31% e 42% do montante dos desembolsos efetivados pelo Banco em 1979.

Através de Resolução específica, o BNDE passou a considerar o componente energético como um dos fatores preponderantes para aprovação de financiamentos e investimentos, estabelecendo forte restrição ao auxílio a projetos que impliquem uso de derivados de petróleo e atribuindo prioridade aos de conservação de energia e conversão de processos técnicos para uso de fontes energéticas alternativas.

A nova definição dada à política econômica nacional, com as medidas adotadas em dezembro de 1979, posicionam definitivamente o CDI como órgão formulador e coordenador da política industrial, deixando em segundo plano os procedimentos da concessão de benefícios fiscais, mantidos especificamente para os programas de exportação de manufaturados, através do BEFLEX e CIEEX.

Bens de capital

A política governamental para o setor, direcionada para o desenvolvimento qualitativo da produção interna de maquinária, equipamentos e componentes, permitiu que o parque industrial mecânico pesado do País atingisse a produção de 70% de suas necessidades. Esforços adicionais estão empreendidos visando à sua consolidação e a aumentar-lhe a competitividade, através da melhoria dos padrões de eficiência, produtividade e desenvolvimento tecnológico, tudo isso com crescente índice de nacionalização.

Merece destaque a aprovação em 1979, pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, de 30 projetos nos setores mecânico e eletroeletrônico, nos quais deverão ser investidos cerca de Cr\$ 3 bilhões.

Paralelamente, desenvolvem-se estudos nas áreas de instrumentação, medição e controle de processos industriais, processamento de dados, equipamentos para extração e beneficiamento de carvão mineral e, ainda, o estabelecimento de políticas mínimas de compras governamentais ao setor.

Na indústria de construção naval, a ação do governo tem sido no sentido de promover a substituição de componentes importados por similares nacionais, o que proporcionou, em 1979, economia de divisas de US\$ 10,7 milhões.

INSUMOS BÁSICOS

Siderurgia

A produção siderúrgica brasileira atingiu 13,8 milhões de toneladas em 1979, registrando crescimento de 13,9% em relação ao ano an-

terior. Com um nível de exportações da ordem de US\$ 470 milhões, a balança comercial de produtos siderúrgicos apresentou, pela primeira vez, saldo positivo (cerca de US\$ 49 milhões).

Os investimentos do setor siderúrgico atingiram cerca de Cr\$ 86 bilhões, sendo 84% em empresas do Grupo SIDERBRAS, notadamente na área de laminados.

Merece destaque o programa energético para o setor siderúrgico, com vistas à diminuição do consumo específico de energia e substituição das fontes importadas por alternativas nacionais. Com esse objetivo foi firmado recentemente acordo entre as empresas siderúrgicas e a Comissão Nacional de Energia, substituindo-se por fontes energéticas nacionais, até 1985, todo o óleo combustível utilizado como fonte de calor, o que levará a uma economia de 9% do consumo nacional deste produto. Especial apoio está sendo dado, também, à área de carvão vegetal.

No que diz respeito ao setor de fundição, a produção brasileira de peças fundidas de ferro, aço e não-ferrosos que foi de 1,5 milhão de toneladas em 1978, elevou-se para 1,6 milhão de toneladas em 1979, com crescimento de cerca de 7%. Constituindo-se o setor, predominantemente, de pequenas e médias empresas, a ação do CONSIDER vem-se direcionando no sentido de proporcionar apoio técnico e gerencial, com vistas à melhoria dos processos produtivos e da produtividade final; com isto, criam-se condições para exportação, aliviando a situação de ociosidade verificada atualmente. A produção de peças fundidas de ferro, aço e não-ferrosos deverá ser da ordem de 1,7 milhão de toneladas em 1980.

Não-ferrosos

A produção brasileira dos metais primários não-ferrosos apresentou em 1979 significativos acréscimos em relação ao ano anterior: 27,9% para o alumínio, 16,6% para o chumbo, 8,8% para o estanho, 13,2% para o zinco e 7,6% para o níquel. Com relação a metal secundário produziram-se 50 mil toneladas de cobre, 46 mil de alumínio, 15 mil de zinco e 40 mil de chumbo.

Petroquímica

Em continuidade à política de obtenção da auto-suficiência de produtos petroquímicos destacou-se em 1979, o início da operação, em escala comercial, das empresas componentes do Pólo Petroquímico do Nordeste, alcançando algumas, logo de início, os níveis de capacidade de produção do projeto, o que propiciou excedentes exportáveis que geraram cerca de US\$ 100 milhões em divisas. Paralelamente, é de se registrar o excelente desempenho das empresas do setor no eixo Rio — São Paulo.

Quanto ao Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, em fase de implantação, foram investidos, em 1979, aproximadamente US\$ 190 milhões.

Fertilizantes

A indústria nacional vem perseguindo com empenho as metas propostas, podendo-se observar progressiva participação da produção nacional no consumo brasileiro. Com a entrada em operação, em 1980, de projetos na área de fosfatados, possibilitando atingir uma capacidade instalada de 721 mil toneladas/ano, estima-se que o Brasil possa reduzir substancialmente sua dependência externa desse importante insumo agrícola.

A produção brasileira de matérias-primas para fertilizantes até outubro de 1979, alcançou 802,4 mil toneladas de nutrientes, com um aumento de 30,5% em relação ao mesmo período de 1978, apresentando a seguinte composição: amônia — 213,5 mil toneladas (crescimento de 26,9%); concentrado de rocha fosfática — 444,6 mil toneladas (+45,7%); ácido fosfórico — 144,3 mil toneladas (+1,2%). Para estas matérias-primas registrou-se redução da dependência externa, passando a participação dos nutrientes nacionais de 40% para 48%.

Também a análise dos resultados já obtidos com a implementação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas permite afirmar que as metas de ordem física estabelecidas serão superadas.

Papel e celulose

A produção brasileira de celulose, em 1979, situou-se em torno de 2,4 milhões de toneladas, representando acréscimo da ordem de 23% em relação a 1978. O consumo foi de pouco mais de 1,7 milhão de toneladas, gerando-se excedente exportável de 600 mil toneladas.

O País já atingiu auto-suficiência na produção de pasta mecânica e papéis, excetuando-se o destinado à imprensa periódica e alguns ti-

pos especiais. A produção brasileira de papéis, em 1979, foi de cerca de 3 milhões de toneladas, correspondendo a incremento da ordem de 14%, enquanto o consumo situou-se em 2,8 milhões de toneladas, proporcionando excedentes para exportação de 200 mil toneladas.

Cimento

Em 1979, a produção cimenteira registrou acréscimo de 7,9% em relação ao ano anterior, permitindo-se prever, com base nos projetos aprovados pelo CDI, que os déficits no suprimento interno projetados para o setor deverão ser atenuados a partir de 1982/83. Os investimentos programados até 1983 montam a cerca de Cr\$ 4,9 bilhões.

A política de racionalização e substituição de produtos derivados do petróleo repercutiu intensamente no setor cimenteiro, por ser este, isoladamente, o maior consumidor de óleo combustível do País. Assim, em setembro de 1979, foi firmado protocolo visando à substituição, em etapas, daquele produto por carvão mineral, além da transformação dos fornos via úmida em via seca ou semi-seca e aumento da produção de cimento pozolânico.

Produtos farmacêuticos

No âmbito da política de estímulo à modernização e ao desenvolvimento tecnológico do setor foram aprovados em 1979 diversos projetos para a produção de matérias-primas, tais como enzimas, esteróides, vitamina C, antibióticos e insulina (estes dois últimos localizados, respectivamente, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais entraram em operação no ano passado).

Bens de consumo

Refletindo a prioridade concedida, os investimentos no setor de produtos alimentícios, móveis, gráfico e têxtil atingiram Cr\$ 1,3 bilhão, salientando-se que o segmento têxtil cresceu 7% em relação ao ano anterior.

As exportações de produtos têxteis mantiveram seu dinamismo em 1979, atingindo US\$ 700 milhões, o que representou incremento de 30% em relação a 1978. As vendas externas de calçados apresentaram, da mesma forma, expressivo resultado, gerando divisas da ordem de US\$ 450 milhões.

Indústria automotiva e de material de transporte

A indústria automotiva apresentou em 1979 crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior, cabendo maior aumento percentual à produção de caminhonetes de carga. Cerca de 10% da produção do setor destinou-se à exportação.

A fabricação de tratores agrícolas e colheitadeiras foi 14% superior à de 1978. O setor de máquinas para construção obteve também desempenho satisfatório, registrando-se aumentos na produção de caminhões fora-da-estrada (18%), moto-scrapers (54%), pás carregadeiras (24%) e tratores de esteira (61%).

Com vistas à economia de combustíveis derivados de petróleo foi dada nova orientação à indústria automotiva, consubstanciada em medidas como:

(a) início de produção de automóveis e caminhões originalmente fabricados para utilização de etanol;

(b) operação de duas novas fábricas de locomotivas elétricas e diesel-elétricas;

(c) aumento da produção e nacionalização de carros ferroviários para passageiros;

(d) ênfase às pesquisas para o desenvolvimento de motores Otto e Diesel para utilização de combustíveis não derivados de petróleo; e

(e) atuação direta do CDI no exame de todos os projetos industriais, visando à substituição de máquinas e equipamentos consumidores de derivados de petróleo por outros movidos a energia elétrica ou derivada de carvão.

Exportação de manufaturados

A promoção das exportações de manufaturados teve resposta no desempenho das empresas vinculadas à BEFIEX, as quais contribuíram com divisas da ordem de US\$ 1,3 bilhão, com aumento de 23% relativamente ao ano anterior. Os programas da BEFIEX representaram 15% do total de produtos industrializados exportados e significaram 8% das exportações brasileiras. No decorrer do ano foram aprovados 23 novos projetos, envolvendo compromissos de exportação de cerca de US\$ 3,0 bilhões e criando 8.500 novos empregos.

Desenvolvimento científico e tecnológico

O financiamento da pesquisa tecnológica que vem sendo executada em 30 órgãos atingiu valor global de Cr\$ 800 milhões e compreendeu 100 projetos.

Na área da substituição de combustíveis derivados de petróleo, a atuação da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) voltou-se para a viabilização ao uso do álcool em substituição à gasolina, registrando-se, neste sentido, a homologação de 13 modelos de motores a etanol hidratado, a criação de 12 Centros de Apoio Tecnológico e o credenciamento de 30 empresas convertedoras de motores, com capacidade de 50 mil conversões anuais, cobrindo 65% da meta estabelecida para 1980.

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), vem substituir, de fato, o Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM) nas ações que visam, por um lado, a criar e consolidar mecanismo de defesa do consumidor e, por outro, dotar o País de sistema metrológico compatível com o atual estágio de desenvolvimento de seu parque industrial.

A função de geração de tecnologia é exercida pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT), através de grande número de projetos cuja execução contou com co-participação da Fundação de Tecnologia Industrial, destacando-se sua atuação na busca de alternativas energéticas, em atividades referentes à solução de problemas industriais relativos à prevenção e combate à poluição, no desenvolvimento de tecnologia de produção de novos materiais e no aperfeiçoamento de processos e produtos já existentes.

Comércio interno

Mediante a implantação, pelo Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC), do Sistema Operacional do Comércio, pretende-se dotar o setor de modelo de planejamento que envolva a diversidade das entidades que atuam na área, bem como assegure unidade e coesão no desenvolvimento das atividades mercantis, em harmonia com as demais atividades econômicas.

Procura-se, também, identificar oportunidades de simplificação dos procedimentos burocráticos e ampliação das normas técnicas brasileiras, visando à criação de mecanismos que disciplinem as relações comerciais.

Em 1979, o Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) deu continuidade, através de aditivos contratuais firmados com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), a seu programa de reorganização dos setores de arquivo das Juntas Comerciais dos Estados e Territórios.

ÁREAS ESPECÍFICAS*Programa Nacional do Alcool*

O Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) vem correspondendo às expectativas nacionais, pois o produto já está sendo utilizado como combustível direto, e dispõe de tecnologia bastante desenvolvida para seu emprego, também, na indústria química.

A produção de 3,6 bilhões de litros de álcool na safra em curso (1979/80), a média de 20% de mistura à gasolina, alcançada em 1979 em 18 Estados da Federação e o atendimento à demanda da indústria química asseguraram o pleno atendimento das metas inicialmente propostas pelo Programa.

Em função dos resultados alcançados, o Conselho de Desenvolvimento Econômico reformulou os objetivos fixados anteriormente para o PROÁLCOOL, estabelecendo como meta inicial, a partir do ano de 1985, produção de 10,7 bilhões de litros/ano, para a seguinte utilização:

- (a) 6,1 bilhões de litros de álcool hidratado para uso exclusivo em 1,7 milhão de carros;
- (b) 3,1 bilhões de litros de álcool anidro para adição à gasolina;
- (c) 1,5 bilhão de litros de álcool para a alcoolquímica e outros usos.

Destaca-se, no ano de 1979, no contexto da política de redução do crescimento do consumo de derivados de petróleo, a celebração de protocolo entre o Governo e a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) para fabricação de 900 mil veículos movidos exclusivamente a álcool nos próximos três anos e, com as Associações de Retífica de Motores, para a conversão de 270 mil veículos a gasolina para uso do álcool hidratado até 1982.

Até 14 de dezembro de 1979 foram enquadrados no PROÁLCOOL 243 projetos de implantação e ampliação de destilarias, dos quais 48 no último exercício. Existem ainda, em fase final de análise, outros 36 projetos, que deverão ser aprovados no decorrer do primeiro trimestre deste ano. Este conjunto proporcionará ao País mais 5,4 bilhões de litros por safra, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 39,3 bilhões, sendo Cr\$ 30,9 bilhões financiados pelo PROÁLCOOL. Para a implementação destes projetos, os agentes financeiros do Programa já desembolsaram recursos da ordem de Cr\$ 9,3 bilhões.

Barrilha

A política governamental para o setor de barrilha tem-se orientado para a redução da dependência externa desta matéria-prima utilizada principalmente pela indústria vidreira. Neste sentido, a Companhia Nacional de Alcalis (CNA) vem dando continuidade à ampliação de sua fábrica em Cabo Frio, visando aumentar a capacidade instalada de 150 mil para 200 mil toneladas anuais.

Paralelamente, através da Alcalis do Rio Grande do Norte S.A. (ALCANORTE), subsidiária da CNA, prossegue a implantação da primeira etapa da unidade de fabricação de carbonato neutro de sódio, em Macau (RN), com capacidade de 200 mil toneladas/ano. Estuda-se, ainda, a implantação de nova unidade fabril no Nordeste, para produção de 400 mil toneladas/ano.

A CNA vem desenvolvendo importantes pesquisas com vistas à exploração econômica de jazidas de trona (barrilha natural) nos Estados de Goiás e Maranhão (zona do Parnaíba).

O consumo de barrilha, no exercício de 1979, situou-se em 302 mil toneladas; a produção nacional contribuiu com 107 mil toneladas — ou seja, 36% da oferta.

Sal

A produção do setor situou-se em 2,7 milhões de toneladas, destacando-se os desempenhos dos Estados do Rio Grande do Norte (79%) e Rio de Janeiro (17%). Quanto ao consumo, que foi de 2,3 milhões de toneladas, a pecuária e correlatos absorveram 35% e a indústria química 32%, sendo esses os principais componentes da demanda.

A indústria salineira, participando do esforço nacional de exportação e respondendo a um mercado externo em expansão moderada, contribuiu com a geração de divisas no montante de US\$ 2,4 milhões (FOB), com a exportação de 139 mil toneladas de sal.

Construção civil

A Comissão Nacional da Indústria de Construção Civil, entre os vários trabalhos técnicos realizados em 1979, concluiu análises para estabelecimento de índices de reajustamento de preços e custos de obras civis para os setores hidroelétrico e montagem industrial, e iniciou estudos preliminares para fornecimento desses dados para o setor de saneamento (água, esgoto e drenagem urbana); além disto, pesquisou e compilou dados sobre as ocupações referentes à indústria da construção civil e está efetuando, no momento, estudos de profundidade para melhor adequar sua ação às necessidades desse importante setor.

Café

A ação governamental em relação ao setor cafeeiro, empreendida através do Instituto Brasileiro do Café (IBC) caracterizou-se, no campo da produção e comercialização interna, pela adoção de medidas capazes de assegurar remuneração justa ao produtor, através do estabelecimento de preços de garantia escalonados e melhoria das condições creditícias.

Paralelamente, deu-se prosseguimento ao Programa de Renovação e Revigoração de Cafezais, com prioridade aos pequenos cafeicultores e em áreas de menor desenvolvimento econômico-social. Considerou-se, também, a concessão de créditos específicos para instalações, equipamentos e programas de ampliação de infra-estrutura, tendo sido aplicados recursos da ordem de Cr\$ 2,0 bilhões.

Correspondendo aos esforços empreendidos na área de produção, a safra 1979/80 totalizou 21,6 milhões de sacas, superior em 8% à safra anterior.

Na área externa, a política desenvolvida em 1979 direcionou-se, prioritariamente, para os objetivos de receita, impostos pelas necessidades da balança comercial. Assim, as exportações atingiram

12,0 milhões de sacas, equivalentes a US\$ 2,3 bilhões. O Brasil continuou a defender, junto à Organização Internacional do Café, a implementação de medidas econômicas que organizem adequadamente o comércio de café mediante sistema de quotas de exportação, vinculado aos preços de mercado.

Açúcar

As medidas adotadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) no atual Governo já começam a refletir-se em todas as áreas da agroindústria canavieira com resultados animadores no decorrer da safra 1979/80, não só pelo aumento da produção, como pela fixação de preço mais justo para o açúcar.

A produção nacional autorizada para a safra 1979/80 foi de 6,6 milhões de toneladas métricas de açúcar centrifugado, equivalentes a 110 milhões de sacas de 60 quilos, sendo 2,04 milhões de toneladas métricas (44 milhões de sacas) para o Norte-Nordeste e 3,96 milhões (66 milhões de sacas) para o Centro-Sul. Ao mercado interno foram destinadas 4,68 milhões de toneladas métricas (78 milhões de sacas) e, ao externo, 1,92 milhão (32 milhões de sacas).

O IAA procurou, em 1979, reestruturar o Plano Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR), através do aprimoramento de seu esquema operacional, adaptando-o às novas condições decorrentes do impulsionamento do PROALCOOL e à necessidade de preservação do dinamismo do setor açucareiro.

Borracha

A Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), durante o ano de 1979, deu continuidade aos programas de incentivo à produção de borracha natural e sintética, visando ao aumento da produção e da produtividade do setor, à economia de divisas e à diminuição progressiva da dependência de importação destas matérias-primas.

O Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (PROBOR-II), executado a partir de 1978, prevê, a custos daquele ano, investimentos da ordem de Cr\$ 4,2 bilhões, até 1982, sendo Cr\$ 3,1 bilhões para financiamento diversos (sobressaindo-se o subprograma para formação de 120 mil hectares de seringais de cultivo) e Cr\$ 1,1 bilhão para atender as atividades de apoio como assistência técnica, pesquisa, assistência médico-hospitalar e educacional aos seringueiros.

Contrataram-se no âmbito do PROBOR-II, em 1979, cerca de 17 mil hectares para formação de seringais de cultivo (3.100 já implantados), 1.200 hectares para recuperação de seringais cultivados e 11 mil «colocações» de seringais nativos a serem recuperados.

Durante o exercício foram produzidos internamente 242,3 mil toneladas de borrachas novas, sendo 217,1 mil de borracha sintética e 25,2 mil de natural representando, respectivamente, decréscimo de 5,5% e acréscimo de 0,3% sobre 1978.

As importações de borracha situaram-se em torno de 81,0 mil toneladas, 8% inferiores às 88,0 mil importadas em 1978, acarretando dispêndio de divisas da ordem de US\$ 111,9 milhões. O consumo foi de 298,8 mil toneladas registrando aumento de 1,4% se comparado ao do exercício passado.

O setor de transformação vem otorgando à economia brasileira razoável tranquilidade na produção de todos os artefatos de borracha, participando alguns deles da pauta de exportação como pneumáticos e câmaras-de-ar, que contorreram com mais de 2,5 milhões de unidades exportadas em 1979, gerando receita cambial superior a US\$ 50 milhões.

Turismo

A seleção de zonas e centros prioritários, pela identificação do espaço turístico nacional, permitiu estabelecer, em 1979, novas dimensões ao turismo externo e interno, aí incluído o inter-regional com a ampliação dos setores industriais e de atividades correlatas.

A política de concessão de incentivos locais e de financiamentos, bem como a participação acionária da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em determinados empreendimentos envolveu recursos que somados aos da iniciativa privada do setor totalizaram Cr\$ 1,5 bilhão propiciando geração de cerca de 9 mil empregos diretos e indiretos. As participações acionárias da EMBRATUR situaram-se em torno de Cr\$ 477 milhões.

Atendendo a reivindicações de ordem interna e externa e visando a facilitar as negociações para a ampliação do turismo, foi de-

cidada pelo Governo a extinção do Depósito Restituível para Viagens ao Exterior. Tal medida, entretanto, não afetará a continuidade dos projetos de expansão da infra-estrutura turística desenvolvidos pela EMBRATUR, uma vez que estão sendo alocados, pelo Governo, recursos próprios.

Em relação ao turismo externo vale salientar a entrada de 908 mil turistas no País, em 1979, representando um crescimento em torno de 19% em relação ao ano anterior, contra 410 mil que viajaram ao exterior, correspondendo a um aumento de 0,3% sobre o mesmo período.

MINAS E ENERGIA

Em vista da crise energética mundial, o Governo brasileiro decidiu realizar esforços de coordenação global das atividades do setor energético. Para isto, foi instituída, pelo Decreto nº 83.681 de 4 de julho de 1979, a Comissão Nacional de Energia, com a finalidade de formular a política energética nacional.

Complementarmente, criou-se, com o Decreto-lei nº 1.091, de 2 de agosto de 1979, o Programa de Mobilização Energética, para coordenar a aplicação de recursos orçamentários no setor.

Os investimentos no campo energético evoluíram de maneira coerente com a prioridade conferida ao setor. Somente em petróleo aplicaram-se Cr\$ 531 bilhões, a preços correntes, sendo que mais de 51% deste total destinaram-se a atividades de exploração e desenvolvimento de produção.

Deve-se considerar, ademais, que, embora o petróleo tenha recebido as maiores atenções, não se deixou de desenvolver outras fontes — o que é atestado, por exemplo, com os investimentos realizados pelo Sistema ELETROBRAS, da ordem de Cr\$ 115 bilhões, visando a ampliar a oferta de energia elétrica.

Recursos Minerais

Diversos programas de pesquisa e produção de recursos minerais foram continuados ou iniciados em 1979, visando a aumentar o conhecimento geológico do País, as reservas conhecidas e a produção de minerais.

Esforços especiais foram despendidos em pesquisa e produção de carvão mineral, tendo em vista o importante papel que esse mineral desempenhará na substituição de derivados de petróleo. O Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM realizaram 8.196 metros de sondagem que resultaram em aumento das reservas conhecidas de carvão mineral de 21 para 22,6 bilhões de toneladas. Além disso, a CPRM vem desenvolvendo sondagens no Rio Grande do Sul, tendo encontrado excelente carvão metalúrgico. A COPELMI executou trabalhos de perfuração na Bacia Morungava, permitindo assegurar a existência de 300 milhões de toneladas de carvão «in situ», dos quais 10 a 20% possuem características de carvão metalúrgico.

A produção nacional de carvão mineral alcançou, em 1979, 5.800 mil toneladas, representando expressivo acréscimo (48,7%) em relação ao ano anterior. É intenção governamental promover, num primeiro estágio, a substituição pelo carvão, ou por produtos dele derivados, do óleo combustível em importantes segmentos industriais (cimento, siderurgia, cerâmica, etc.), do GLP e da geração termelétrica.

Respondendo aos incentivos governamentais, as companhias mineradoras encetaram significativo programa de expansão que resultou num aumento de 14% da produção de carvão bruto minerado.

Pesquisas realizadas pela CPRM e pela Companhia Vale do Rio Doce em Pernambuco, Pará, Goiás e Bahia indicaram promissoras reservas de fosfato (estimada em 05 milhões de toneladas), cassiterita (80 mil toneladas), ouro (30 toneladas) e ampliaram as reservas conhecidas de bauxita na região de Paragominas (PA) para 1,1 bilhão de toneladas. Ocorrências significativas de chumbo, zinco e cobre foram identificadas nos Estados do Rio Grande do Sul e Goiás.

A produção de minérios aumentou 15% em 1979 e o prosseguimento dos projetos de exploração de cobre e fosfato reduzirão, brevemente e de maneira significativa, a dependência externa destes bens. De-taque especial deve ser dado à descoberta de reservas de cobre avaliadas em 1 bilhão de toneladas, com teor médio de 1%.

Por fim, apesar das condições desfavoráveis do mercado internacional, as exportações de minérios atingiram em 1979 a cifra recorde de US\$

2,2 bilhões. O minério de ferro, principal produto mineral de exportação, participou deste total com US\$ 1,5 bilhão. Vale registrar que se iniciaram em 1979 as exportações de bauxita e caulim provenientes da região Amazônica.

Energia Elétrica

Cumpriu-se em 1979 nova etapa da expansão do sistema elétrico nacional. A capacidade instalada cresceu de 25 300 MW em 1978 para 28.500 MW em 1979, o que equivale a aumento de 12,6%. O crescimento médio do mercado foi, no mesmo período, de cerca de 13%.

O programa de obras de usinas em construção no final de 1979 correspondeu a 32.000 MW. Entre os empreendimentos que contribuíram para a expansão do parque gerador nacional cabe mencionar a entrada em operação das primeiras unidades das hidrelétricas de Sobradinho, Paulo Atonso IV e das termelétricas de Jorge Lacerda, Salvador e São Luís.

Foi elaborado pela ELETROBRÁS o «Plano 95», no qual se apresentam medidas necessárias à expansão segura do setor até 1995, bem como à substituição progressiva do consumo de derivados de petróleo na geração elétrica.

O programa nacional de eletrificação rural propiciou no ano de 1979, atendimento de 33.627 consumidores adicionais, aos quais foram distribuídos 246.619 KVA.

Outro programa prioritário do Governo para o setor, o de Interligação dos Sistemas Elétricos, também foi desenvolvido normalmente, cabendo observar entre suas principais realizações o reforço da interligação Sul-Sudeste, com a entrada em operação do terceiro circuito (230 KV) no sentido Sudeste-Sul e o início da construção da linha de transmissão de Itaipu (750 KV), que também servirá ao subsistema Sul-Sudeste. Quanto ao subsistema Norte-Nordeste, foram concluídos os trechos Imperatriz-Marabá-Tucuruí (500 KV) e Boa Esperança — Presidente Dutra — Imperatriz (500 KV), o primeiro de responsabilidade da ELETRO-NORTE e o segundo, da CHESF.

As obras de construção de Itaipu, maior empreendimento nacional no setor da energia elétrica, prosseguiram em ritmo acelerado apresentando ao final de 1979 avanço de quatro meses em relação ao seu cronograma. Do custo total do projeto, estimado a preços de janeiro de 1979 em US\$ 9,9 bilhões, já se encontram assegurados recursos da ordem de US\$ 7,6 bilhões; nele foram investidos US\$ 3,3 bilhões até o final de 1979.

Outra importante realização para o setor elétrico nacional foi a assinatura de acordo tripartite entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina em 19 de outubro de 1979, pelo qual se harmonizaram os interesses nacionais dos três países no que diz respeito à compatibilização técnico-operativa da hidrelétrica de Itaipu com a hidrelétrica de Corpus (Paraguai-Argentina).

Prosseguiram em 1979 os trabalhos para inventários hidrelétricos em diversos locais, notadamente na Amazônia. No trecho nacional do rio Uruguai, foram inventariados 23 locais onde poderão ser instalados 7 752 MW, enquanto que na bacia do rio Xingu foram inventariados 6 locais, onde poderão ser instalados 19.624 MW.

Petróleo

Como consequência dos esforços que o Governo tem desenvolvido nos últimos anos no setor petrolífero, a produção nacional de petróleo vem aumentando gradativamente, com expressiva participação da plataforma continental, que, no final de 1979, bateu o recorde dos últimos cinco anos, com uma produção diária de 191 mil barris, mais do que compensando o decréscimo ocorrido nos campos terrestres. A produção nacional em 1979, incluído o líquido de gás natural, atingiu cerca de 10 milhões de metros cúbicos, (4% a mais do que em 1978), enquanto que as reservas avaliadas em junho de 1979 cresceram para 197,9 milhões de metros cúbicos, 9% acima das existentes ao final de 1978.

Apesar desses resultados altamente favoráveis, a PETROBRÁS intensificou ainda mais seus investimentos nas áreas de pesquisa, exploração e desenvolvimento da indústria petroquímica.

Assim é que, foram realizadas 37,3 mil Km de linhas sísmicas (35% a mais do que em 1978), sendo 4,4 mil em terra (+83%) e 32,9 mil no mar (+31%), e foram perfurados 345,2 mil metros (+24%) dos quais 75,2 mil metros em terra (+27%) e 270,0 mil metros (+23%) no mar.

No desenvolvimento dos campos produtores e nos trabalhos de estimulação dos campos mais antigos, foram perfurados 352 mil metros (+42%), dos quais 221 mil metros em terra (+15%) e 131 mil metros no mar (+134%).

Em suma, em decorrência dos objetivos e diretrizes do Governo visando à diminuição da dependência externa de petróleo, a PETROBRÁS

passou a dar maior ênfase aos investimentos de exploração e desenvolvimento da produção, os quais absorveram em 1979 mais de 51% do total dos recursos investidos pela Empresa (cerca de Cr\$ 53,1 bilhões).

Ampliaram-se as áreas a serem negociadas sob a modalidade de contrato de risco, com o início da 4ª licitação internacional para empresas nacionais e estrangeiras, totalizando 1 milhão e duzentos mil quilômetros quadrados.

Nesse sentido, foram adotadas várias medidas visando a incentivar a participação de empresas nacionais públicas e privadas nos contratos de risco. Além disso, estimulou-se a fabricação interna dos materiais e equipamentos utilizados pela PETROBRÁS, participando a indústria nacional atualmente com 80% do total das aquisições da Empresa.

Na área de substituição de derivados importados, a PETROBRÁS Química S.A. — PETROQUISA, durante 1979, consolidou a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (Bahia), deu continuidade à operação de suas controladas e coligadas em São Paulo e no Rio de Janeiro e à implantação do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. Registrou-se, também, o início de funcionamento da Polipropileno S.A., da Salgema Mineração Limitada e da Companhia Petroquímica de Camaçari — CPC. A produção global de produtos petroquímicos das controladas da PETROQUISA alcançou 1.600 t (+34% do que em 1978).

Relativamente à utilização de matérias-primas alternativas do petróleo, destacam-se os projetos de implantação de unidades alcoquímicas da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — COPERBO e da SALGEMA, e a participação da PETROQUISA na composição acionária da BRASALCOOL.

Prosseguiram os trabalhos de implantação, pela Petrobrás Fertilizantes S.A. — PETROFERTIL, das fábricas de amônia e uréia em Araucária (PR) e Laranjeiras (SE), bem como os estudos de microlocalização da unidade que será construída no Norte Fluminense. As empresas controladas em operação, ULTRAFERTIL — NE e Indústria Carboquímica Catarinense S.A. — ICC, produziram, no conjunto, 1.940 mil t de fertilizantes, no valor de Cr\$ 10 bilhões, proporcionando economia de divisas da ordem de 200 milhões de dólares.

Prosseguiram em 1979 os trabalhos da PETROBRÁS visando ao aproveitamento das grandes reservas de xisto do País, destacando-se a construção da usina industrial de São Mateus (PR) e os estudos de reconhecimento de outras ocorrências do mineral no País, tais como as de São Gabriel e de Dom Pedrito, ambas no Rio Grande do Sul.

Finalmente, as refinarias da Petrobrás processaram, em 1979, cerca de 64,8 milhões de metros cúbicos de petróleo bruto e gás natural; a importação de petróleo bruto atingiu 58,2 milhões de metros cúbicos e a de derivados, 1,3 milhão, e o consumo nacional aparente ficou em apenas 65 milhões de metros cúbicos, refletindo a política de economia combustível adotada pelo Governo.

Energia Nuclear

No âmbito do Programa Nuclear Brasileiro cabe ressaltar, em 1979, as descobertas de novos depósitos de urânio no território nacional. O programa de prospecção e pesquisa mineral da NUCLEBRAS, durante o ano, foi concentrado nas regiões de Figueira-PR, Quadrilátero Ferrífero-MG, Lagoa Real e Alenquer-BA, Amarópolis e Rio Preto-RS, novas áreas com grande possibilidade de mineralização de Urânio. As reservas conhecidas aumentaram em 51%, alcançando agora 215 300 toneladas.

Deu-se continuidade à implantação do complexo industrial de Poços de Caldas, a primeira instalação industrial brasileira de produção de concentrado de urânio.

Foi também completada a infra-estrutura de sustentação do complexo industrial de Resende (RJ), onde serão montadas as usinas de conversão, enriquecimento e fabricação de elementos combustíveis, que representam o início do esforço nacional no domínio tecnológico do chamado «ciclo do combustível nuclear».

Dando sequência ao esforço de formação de pessoal qualificado em energia nuclear, o Governo, através da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), concedeu 1.050 bolsas de estudo para cursos de especialização (mestrado e doutorado) no País e no exterior.

Alcool

Com referência ao programa de substituição dos derivados do petróleo por álcool etílico, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) distribuiu cerca de 2 milhões de m³ de álcool anidro para mistura com gasolina e cerca de 252,5 m³ de álcool hidratado para programas de adaptação e construção de motores movidos a álcool.

Segundo o cronograma de adaptação do sistema de distribuição do álcool, sob a responsabilidade do CNP, em 1979 já existiam no País 300

postos capacitados para a venda do álcool hidratado, aos quais serão acrescentados mais mil postos em 1980. A rede formada por estes postos cobrirá os Estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, os Estados do Nordeste e o Distrito Federal.

Para viabilizar a meta de 10,7 bilhões de litros de álcool, prevista para 1985 — que permitirá naquele ano economia de 66,4 milhões de barris de petróleo — o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) elevou, em 5 de julho de 1979, a antiga Comissão Nacional do Alcool a condição de Conselho Nacional do Alcool (CNAL) cuja finalidade é de formular e fixar diretrizes do Programa Nacional do Alcool bem como coordenar a aplicação dos recursos a ele destinados.

Paralelamente, esforços foram realizados para viabilizar a produção do etanol a partir da mandioca principalmente através da Usina Integrada de Curvelo (MG). Além disso vem-se pesquisando a utilização de outras formas de biomassa. Destaque especial neste particular deve ser dado a aprovação, no final de 1979, do projeto de lei da criação da COALBRA — Coque e Alcool da Madeira S/A.

Fontes não convencionais de Energia

Em apoio ao esforço nacional de substituição de petróleo, o Governo vem desenvolvendo programa de pesquisa para a utilização de fontes energéticas disponíveis internamente, tais como energia solar, energia eólica, energia das mares e aproveitamento energético da biomassa, dando-se ênfase a utilização de fontes regionais com vistas a evitar o transporte de energia, cuja tendência é tornar-se cada vez mais dispendioso.

Programa de utilização do carvão mineral para fins energéticos foi elaborado pelo Grupo Executivo para Utilização do Carvão Nacional — GECAN, tendo como objetivo a produção de 22 milhões de toneladas de carvão energético e de 5,5 milhões de toneladas de carvão siderúrgico. Em 1979 foram produzidas 13 milhões de toneladas de carvão bruto para fins energéticos.

Quanto à utilização das fontes não-convencionais, destacam-se, em 1979, a construção de coletores solares para fins domésticos e a instalação de biodigestores para fins industriais e domésticos.

TRANSPORTES

O ano de 1979 foi marcado pelo redirecionamento do esforço governamental na área dos transportes, objetivando voltar-se prioritariamente para as modalidades de transporte de menor consumo de petróleo por unidade transportada e para o apoio aos demais setores da economia, em seu esforço de substituição de petróleo por fontes energéticas alternativas. Mais que definição de novos objetivos, em verdade, buscou-se assegurar mecanismos executivos e financiamento de projetos como os de desenvolvimento ferroviário, as ferrovias metropolitanas e o melhoramento dos serviços de transportes coletivos urbanos.

Respondendo por mais da metade do consumo de petróleo do País, os transportes merecem, também por isto, especial atenção. Assim sendo, foi aprovado pelo Governo, em 17 de setembro do ano passado, o Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis, que define prioridades de ação para o Ministério dos Transportes nos próximos anos.

Estabeleceu-se programação para garantir continuidade aos projetos prioritários, tais como os da Ferrovia do Aço, dos metrô de Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como para iniciar outros empreendimentos de grande expressão, a exemplo da pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho, da construção da Ferrovia da Soja e da implantação de ferrovias metropolitanas, que deverão responder por parcela significativa dos transportes de massa nas maiores cidades do Brasil.

Cabe registrar os resultados alcançados na operação dos transportes, que mostrou desempenho positivo quanto a mercadorias, principalmente nas ferrovias e na marinha mercante de longo curso, na cabotagem e na navegação interior e, conseqüentemente, na movimentação portuária. O transporte de passageiros intermunicipal e interestadual, por ônibus, mereceu atenção especial e tem oferecido, em média, adequado nível de serviço à população.

É nos transportes urbanos de passageiros, porém, que se devem concentrar as atenções do Governo, a partir de 1980. A dimensão do problema, sua complexidade, seus reflexos no campo social e no campo energético transformam-no em um dos mais importantes problemas nacionais, exigindo, assim, mobilização dos esforços dos Governos Federal, Estaduais e, principalmente, dos Municípios, das empresas privadas e das comunidades.

Transportes ferroviários

Os resultados alcançados pela Rede Ferroviária Federal S.A. em 1979 foram, globalmente, satisfatórios e mostram o esforço continuado do Governo para, gradualmente, dar a esta modalidade de transporte a participação que lhe impõe a realidade energética do País.

O transporte de mercadorias, medido em toneladas transportadas por quilômetro útil (TKU), passou de 25,1 bilhões em 1978 para 28,0 bilhões em 1979, portanto com crescimento de 11,6%. O mesmo transporte, medido em toneladas úteis, atingiu 61,0 milhões de toneladas em 1979, com um crescimento de 12,8% em relação ao ano anterior (54,1 milhões de toneladas).

O transporte de passageiros de subúrbios atingiu, em 1979, a 322 milhões, com um crescimento de 5,8% em relação ao ano anterior, quando 314 milhões de passageiros foram transportados.

A produtividade da mão-de-obra da empresa cresceu de 10,6%, passando de 273 mil TKU por empregado, em 1978, para 302 mil em 1979.

A receita operacional, que foi de Cr\$ 7,3 bilhões em 1978, alcançou Cr\$ 12,6 bilhões no ano de 1979 (em cruzeiros correntes).

Deve-se observar que os níveis de preço dos derivados de petróleo começam a estimular a transferência de cargas para as ferrovias. No ano de 1979 avolumaram-se as solicitações de serviços ferroviários por parte de antigos e novos usuários. Dois tipos de transporte apresentam tendência a excepcional crescimento: o de carvão mineral e o de passageiros — estes nas regiões metropolitanas. A capacidade de transporte da RFFSA deverá ser significativamente ampliada para atender a essa demanda.

Durante o exercício de 1979 foram tomadas pelo Governo decisões de grande significação para o desenvolvimento ferroviário cabendo destacar:

(a) a configuração final da malha de bitola larga que atenderá à demanda de transporte ferroviário na área do triângulo econômico Rio — Belo Horizonte — São Paulo (Ferrovia do Aço, trecho Jeceaba — Itutinga — Volta Redonda; ampliação da ferrovia Rio — Belo Horizonte — Linha do Centro para 45 milhões de toneladas úteis por ano; ramal de São Paulo) — esta decisão permitiu que as obras da Ferrovia do Aço fossem retomadas;

(b) a inclusão, no Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis, dos seguintes objetivos essenciais para o desenvolvimento ferroviário brasileiro: desenvolvimento de ferrovias metropolitanas, modernas e confiáveis, nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza; construção da Ferrovia da Soja (Paranaguá — Curitiba — Guarapuava — Cascavel), com melhoramento e modernização de sua malha ferroviária alimentadora; programa de ferrovias em apoio ao aproveitamento do carvão; e

(c) o equacionamento da dívida da RFFSA, pelo Governo — no que se refere à dívida externa mediante absorção pela União dos encargos de financiamento referentes aos anos de 1979/80/81 (somente em 1979 esta absorção representou apoio da ordem Cr\$ 8,2 bilhões), e quanto à dívida interna através de reescalonamento das dívidas com o Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Caixa Econômica Federal, estabelecendo-se novo prazo de carência, de 4 anos, e prazo de 10 anos para amortização.

Os recursos empregados pela RFFSA em 1979 totalizaram aproximadamente Cr\$ 51 bilhões. Desse total foram destinados a investimentos Cr\$ 16,7 bilhões (em 1978 os investimentos alcançaram a Cr\$ 9,1 bilhões).

Entre as principais realizações, destacam-se as seguintes:

(a) continuidade da programação de estudos e projetos, envolvendo, entre outros, os estudos da malha ferroviária da área abrangida pelas cidades de Campinas, Sorocaba, Santos, São Sebastião e São José dos Campos, da viabilidade da ligação ferroviária norte-noroeste do Rio Grande do Sul, o estudo técnico-econômico do Corredor de Paranaguá, a modernização do transporte suburbano da Grande São Paulo, o planejamento estratégico e estudo da demanda de transporte ferroviário;

(b) retomada dos trabalhos de construção da Ferrovia do Aço — concluindo-se, até o final de 1979, 60% da terraplenagem, 35% dos túneis e 20% das pontes e viadutos e prosseguimento das obras e serviços de ampliação de capacidade da Linha do Centro (Rio — Belo Horizonte);

(c) conclusão dos ramais da Arafertil e de Sangão, do sub-ramal da Mina União e da primeira etapa do acesso à margem esquerda do porto de Santos;

(d) incorporação de 2.160 vagões novos e encomenda de mais 1.300;

(e) recebimento de 10 locomotivas, encomenda de 187 unidades e negociação para aquisição de 60 locomotivas diesel-elétricas e 11 locomotivas a vapor, para a área de mineração de carvão;

(f) assinatura de contratos para aquisição de 150 trens-unidade, destinados aos subúrbios do Rio de Janeiro (prevê-se recebimento de 14 a 18 unidades no segundo semestre de 1980); negociações com o BNDE/FINAME para financiamento de 150 trens-unidade adicionais, a serem adquiridos à indústria nacional; e

(g) prosseguimento das obras de remodelação das linhas ferroviárias dos subúrbios do Rio de Janeiro.

Transportes rodoviários

Considerando que, em 1973, se concluiu a pavimentação da rede rodoviária básica, apta a atender às principais necessidades de então, a expansão da malha rodoviária federal pavimentada vem-se realizando, a partir daquele ano, de acordo com as novas exigências da economia brasileira. Assim, a rede pavimentada cresceu de 43,9 mil quilômetros em 1973, para 44,9 mil quilômetros em 1979.

Os principais resultados da atuação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no ano passado, foram a elaboração de projetos de construção de 3.745 Km de novas rodovias e restauração de outros 438 Km, implantação de 627 Km e pavimentação de 1.029 Km, restauração de 1.800 Km de rodovias, conclusão de 7 mil Km de sinalização horizontal e 17 mil Km de sinalização vertical.

Entre as obras-entregues ao tráfego em 1979 destacam-se as de pavimentação dos seguintes trechos: BR-262 — Aquidauana — Miranda (70 Km); BR-020 — Fortaleza — Canindé (113,7 Km); BR-070 — contorno de Cuiabá (subtrecho Ponte Nova) — Barro Duro (10 Km); BR-110 — Paulo Afonso — Barragem de Itaparica (29,1 Km); BR-135 — Gilbués — Corrente (76,9 Km); BR-153/369 — contorno de Ourinhos (1 etapa, 12,4 Km); BR-235/BR-230 — contorno de Campina Grande — Entroncamento BR-235/SE 211 — divisa Sergipe — Bahia (71,2 Km); BR-364 — Canal de São Simão — Jataí (197,0 Km); BR-402 — Umirim — Itapipoca — Granja (subtrecho Itapipoca) — Amontada (40,0 Km); BR-111 — Carangola — Faria Lemos — Tombos (34,1 Km); acesso a Porto Franco (12,0 Km); BR-405 — Mossoró — Pau dos Ferros (subtrecho Jucuri) — Apodi (61,0 Km); pavimentação da duplicação das rodovias BR-040 — divisa Minas Gerais — Rio de Janeiro — Areal (38,8 Km); BR-116 — Divisa São Paulo — Paraná — Curitiba (subtrecho Estrada Velha de Paranaguá) — Atuba (31,0 Km); BR-263/381 — anel rodoviário de Belo Horizonte (26,6 Km) e das pistas laterais de tráfego local da BR-116 — Porto Alegre — São Leopoldo (40,6 Km).

Além das realizações anteriores foram entregues ao tráfego, sem pavimentação e com revestimento primário, os trechos: BR-226 — Teresina — Presidente Dutra (202,3 Km); BR-352 — Patos de Minas — Coromandel (subtrecho Patos-Rocinha, 60,2 Km). No que se refere a obras de arte destacam-se, entre as concluídas, a ponte da Ilha do Príncipe, inclusive viadutos de acesso a Vitória (1.458 metros), e a ponte sobre o rio Gurupi, na Divisa Pará — Maranhão.

Na área de transportes coletivos de passageiros as ações no setor envolveram, basicamente, a promoção de uso desta modalidade de transporte; a melhoria da eficiência energética, pela ampliação do fator de carga, através de revisão de horários e da introdução de serviços de «Ponte Rodoviária»; a implantação de novas linhas nos trechos Rio de Janeiro — São Sebastião, Cuiabá — Santarém, Campo do Mourão — São Paulo, Florianópolis — Barão de Grajaú, Boca do Acre — Rio Branco, Itatiba — Lajinha e, no âmbito internacional, Curitiba (BR) — Assunção (PY); Mundo Novo (BR) — Salto Del Guairá (PY); Conjunto Habitacional de Itaipu (BR) — Conjunto Habitacional de Itaipu (PY); Campo Grande (BR) — Concepción (PY); e mais apoio técnico e financeiro para a construção de terminais rodoviários de passageiros em Porto Velho (RO), Loderina (PR), Blumenau (SC), Maceió, Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR), Apucarana (PR), Pelotas (RS), São Luís.

Na área do transporte de carga, as medidas mais importantes a destacar são a implantação do Registro e Cadastro dos Transportadores Rodoviários Nacionais de Cargas (RTRC) e o planejamento de centros rodoviários de cargas e fretes e de terminais rodoviários de carga, nas principais regiões metropolitanas.

TRANSPORTES HIDROVIÁRIOS

Marinha mercante e construção naval

No campo da construção naval cabe destacar a entrega, pelos estaleiros nacionais, de 63 navios, com um total de 1.413.830 toneladas

de porte bruto — novo recorde na produção deste setor industrial (o total de 1978 foi de 554.580 tpb).

Adicionalmente, foram lançadas ao mar, em adiantado estágio de construção, 60 embarcações, equivalendo a 829.960 tpb, garantindo por antecipação outro bom resultado para 1980.

Essas realizações não só tornaram possível ampliar e modernizar a frota mercante, com incorporação de novos navios construídos no País, mas também viabilizaram a exportação, em larga escala, de máquinas, equipamentos e produtos industriais diversos.

Na navegação de cabotagem registrou-se aumento de 15% no transporte (expresso em toneladas/milhas). Novas medidas de incentivo à navegação de cabotagem vêm sendo implementadas, dentre as quais se destaca a introdução do sistema roll-on/roll-off, com objetivo de ampliar o volume de carga transportada por esta modalidade, em substituição ao transporte rodoviário.

Na navegação interior registrou-se expansão de 11%, com a evolução de 3,8 milhões para 4,2 milhões de toneladas transportadas.

Cabe registrar a realização da IIª Feira Marítima Internacional do Rio de Janeiro — II Riomar, com grande êxito, confirmando o prestígio internacional já alcançado pelo País no campo da construção naval.

Foram exportados, em 1979, 9 navios, com um total de 322.840 tpb, adquiridos por armadores estrangeiros de várias nacionalidades.

A participação da bandeira brasileira no total das cargas transportadas e dos fretes marítimos gerados pelo comércio exterior brasileiro (exportação e importação) atingiu, em 1979, US\$ 1,4 bilhão, crescendo 21% em relação ao ano anterior, transportando 50,8% das mercadorias que entraram ou saíram do País por via marítima. Na exportação, a participação da bandeira brasileira cresceu de US\$ 307,8 milhões em 1978 para US\$ 421,1 milhões em 1979, enquanto na importação atingiu US\$ 1.014,7 milhões, contra US\$ 876,1 milhões no ano anterior.

Vale assinalar que, apesar do desempenho positivo da marinha mercante brasileira, aumentou o déficit da conta «Fretes» do balanço de pagamentos, que passou de US\$ 576 milhões em 1978 para US\$ 741 milhões em 1979. Espera-se, porém, que tais despesas venham a reduzir-se no período 1981/1983, com a incorporação à frota brasileira dos novos navios atualmente em construção.

Ao final de 1979 a frota mercante nacional compreendia 1.078 embarcações (65 a mais que 1978), totalizando 7,2 milhões de tpb (6,2 milhões de tpb em 1978). Essas embarcações são utilizadas para longo curso (139, com um total de 5,8 milhões de tpb), cabotagem (166, 1,1 milhão de tpb) e navegação fluvial e lacustre (773, 300 mil tpb). A frota brasileira é moderna, constituída de navios na sua maioria com menos de cinco anos. A essa frota estão sendo incorporados navios sofisticados para transporte especializado, como o de produtos da indústria petroquímica e para roll-on/roll-off.

Portos e vias navegáveis

A Empresa de Portos do Brasil S.A. (PORTOBRÁS) deu continuidade à política de estruturação do conjunto de portos em um sistema único, de mesmo regime jurídico, ao mesmo tempo em que se dedicou ao desenvolvimento de terminais especializados e ao aparelhamento portuário.

Cerca de 234 milhões de toneladas foram movimentadas nos portos brasileiros no ano de 1979, com crescimento, em relação ao anterior, de 13,7%. No que se refere ao tipo de transporte, foram movimentadas 170 milhões de toneladas no longo curso, 59 milhões de toneladas na cabotagem e 15 milhões de toneladas na navegação interior.

Dentre as realizações da PORTOBRÁS no ano de 1979, cabe destacar a conclusão do silo de grãos do porto de Paranaguá (PR), com 100 mil toneladas de capacidade estática, e do terminal de grãos líquidos do porto de Aratu (BA).

Entre os principais projetos em execução no setor portuário destacam-se: terminal de trigo e soja de Rio Grande (RS), com a conclusão prevista para 1980; Complexo Portuário e Industrial de Sepetiba, previsto para atender ao programa siderúrgico do eixo Rio de Janeiro — Minas Gerais, devendo atender também ao carvão-vapor para indústria de cimento; terminal de containers do porto de Santos, com conclusão prevista para 1980; e Complexo Portuário de Capuaba com aproximadamente 80% das obras concluídas.

No que se refere a dragagem, foram concluídos, em 1979, os seguintes serviços: barra do porto do Recife; cava para embrecha-

to de trecho de cais do porto de Paranaguá; bacia de evolução do porto de Laguna (SC); canal de acesso ao porto de Rio Grande (RS); canal de acesso ao Porto de Paranaguá; aprofundamento do canal de acesso ao porto de São Francisco do Sul (SC); e dragagem de manutenção do porto de Belém.

As principais realizações no setor de vias navegáveis foram, as obras de melhoramentos nos rios São Francisco, Paraguai, Jacuí, Taquari e nos das bacias do Maranhão, construção do terminal para minérios e carga geral, no porto de Ladário, Mato Grosso do Sul; prosseguimento dos estudos, projetos e obras na hidrovia do Tietê — Paraná; conclusão da eclusa de Sobradinho (rio São Francisco); e assinatura de convênio PORTOBRÁS — ELETRONORTE para construção das eclusas de Tucuruí.

Transportes urbanos

Através da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU), o Governo Federal busca redirecionar a política de transportes urbanos, segundo as seguintes diretrizes:

- (a) maior economicidade no uso de energia propulsora, em relação ao volume de carga ou de passageiros transportados;
- (b) utilização mais acentuada de energia derivada de fontes renováveis;
- (c) atendimento prioritário às populações de baixa renda;
- (d) estímulo ao transporte coletivo de massa, em substituição ao transporte individual;
- (e) criação de faixas exclusivas para circulação de ônibus;
- (f) melhoria dos serviços e das vias para transportes por ônibus;
- (g) implantação de sinalização sincronizada nas vias de maior densidade de fluxo;
- (h) campanhas de educação de trânsito, nas comunidades;
- (i) desenvolvimento dos transportes hidroviários;
- (j) ampliação das ferrovias metropolitanas; e
- (k) desenvolvimento da tecnologia ligada aos transportes urbanos.

Os programas da EBTU, em 1979, beneficiaram as Regiões Metropolitanas 13 capitais de estado e cerca de 150 cidades de porte médio.

Os recursos aplicados, no valor de Cr\$ 9.461,2 milhões, destinaram-se, aos programas de ferrovias metropolitanas (Cr\$ 800,00 milhões); metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo (Cr\$ 3.080,0 milhões); trólebus em São Paulo, Santos, Araraquara, Ribeirão Preto e Recife (Cr\$ 649,0 milhões); infra-estrutura viária urbana (Cr\$ 2.650,0 bilhões); racionalização dos transportes por ônibus (Cr\$ 674,4 milhões); aumento de capacidade e segurança do tráfego (Cr\$ 654,5 milhões); terminais de carga e passageiros (Cr\$ 317,5 milhões).

A pesquisa tecnológica para o transporte urbano recebeu parcela substancial de recursos, alcançando o montante de Cr\$ 635,8 milhões.

Planejamento dos transportes

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) deu prosseguimento às suas atividades de elaboração de estudos, planos, pesquisas e projetos, abrangendo as diversas modalidades de transportes e sua integração intermodal, cabendo destacar, dentre outros, os seguintes trabalhos:

- (a) Estudo da Malha Vicinal dos Mercados Expedidores;
- (b) Estudo Integrado de Transportes para o Vale do Rio São Francisco — Região do Itacaré;
- (c) Corredores de Exportação, compreendendo acompanhamento e reformulação do sistema, adaptando-o às exigências da política governamental;
- (d) Programa Integrado do Desenvolvimento do Nordeste do Brasil;
- (e) Estudo do Transporte do Alcool — Fase II;
- (f) Estudo de Padronização de Ônibus Urbanos;
- (g) Pesquisa sobre Impactos de Rodovias Vicinais;
- (h) Estudo sobre Transporte e Armazenamento de Grãos;
- (i) Pesquisa do Inter-Relacionamento de Custos de Construção, Conservação e Utilização de Rodovias;
- (j) Estudos de Transportes Urbanos das Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e das cidades de Natal, Aracaju, Campina Grande (PB), Bauru (SP), Montenegro (RS), Lajes (SC), Volta Redonda e Barra Mansa (RJ);

(l) Estudo do Trem de Subúrbio para a Região Metropolitana de Belo Horizonte;

(m) Estudos dos Corredores de Transportes Urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre;

(n) Estudo da Malha Ferroviária da área abrangida pelas cidades de Campinas, Sorocaba, Santos, São Sebastião e São José dos Campos, em São Paulo;

(o) Plano Operacional do Carvão;

(p) Plano Operacional de Transportes — Fase II;

(q) Estudos de Transportes Urbanos das cidades de Florianópolis e Cuiabá;

(r) Estudo do Trem de Subúrbio da Região Metropolitana de Recife — Fase I.

COMUNICAÇÕES

As atividades do Governo Federal na área das comunicações orientaram-se, em 1979, para o exercício da função social que cabe ao setor desempenhar e para a implantação de eficiente infra-estrutura, capaz de dar suporte ao desenvolvimento econômico e consolidar a integração nacional.

Para isso, buscou-se aperfeiçoar os sistemas postal e de telecomunicações, de forma a que atendam a parcelas cada vez mais amplas da comunidade brasileira, promovendo sua integração e ligando-a aos sistemas internacionais de telecomunicações.

Considerando que a consecução destes objetivos pressupõe, também, autonomia em relação a fatores conjunturais do mercado externo, o desenvolvimento das comunicações no país baseou-se na criação e aperfeiçoamento de tecnologia nacional, bem como em efetiva absorção de recursos técnicos estrangeiros. Para isto estimularam-se atividades de pesquisa científica e tecnológica e treinamento de recursos humanos.

Sistema de telecomunicações

Na área de telecomunicações públicas os projetos vêm sendo orientados para obtenção de real melhoria da qualidade de vida da população, compatibilizando-se a confiabilidade e o padrão dos serviços prestados com as necessidades ditadas pelo desenvolvimento social e econômico.

Foram adotadas medidas para a implementação de redes rurais de telecomunicações, em coordenação com o Ministério da Agricultura, tendo-se designado comissão para orientar a elaboração do Plano Nacional de Telecomunicações Rurais, atendendo inicialmente às áreas prioritárias identificadas por aquele Ministério.

Conferiu-se prioridade ao atendimento das pequenas e médias comunidades ainda desprovidas de serviços telefônicos, bem como das necessidades de caráter social, como as relativas aos usuários residenciais das áreas urbanas periféricas. A instalação de telefones públicos (TP) e postos de serviços telefônicos (PS), além da utilização de centrais telefônicas de pequeno porte e baixo custo, foram algumas das medidas adotadas para a consecução desse objetivo da política setorial.

O número de terminais telefônicos instalados, que foi da ordem de 4,4 milhões em 1978, passou a 4,9 milhões em 1979 (cerca de 0,1 milhões de telefones), enquanto o número de telefones públicos em serviço atingiu a cifra de 45 mil unidades, correspondendo a um acréscimo de 20% em relação a 1978. Da mesma forma, o número de terminais de telex instalados ao final de 79 situou-se em torno das 38 mil unidades, representando crescimento de 58% em relação ao ano anterior, tendo-se efetivado o atendimento de 331 localidades com a maior interiorização da rede.

Ainda ao final de 1979, o número de municípios atendidos pelo serviço telefônico chegou a 3.200 com a ligação de 230 municípios. Desse total, contemplaram-se mais 941 municípios com o sistema de discagem direta a distância (DDD) no serviço interurbano, dos quais 722 foram interligados ao sistema de discagem direta internacional (DDI), representando incrementos de 29% e 23%, respectivamente, em relação a 1978.

No que concerne ao tráfego telefônico pelo Sistema Nacional de Telecomunicações a taxa de chamadas interurbanas completadas passou de 509 milhões em 1978 para 649 milhões, sendo 529 milhões realizadas através do DDD, representando acréscimo de 33,0% no período. Foram ainda completadas cerca de 4,5 milhões de chamadas internacionais em 1979, correspondentes a acréscimo de 39,0% em relação a 1978, graças à ativação do DDI para grande número de países da América Latina.

Quanto ao tráfego telex, o crescimento no período foi de 16% no serviço nacional e de 23% no serviço internacional, representando um total de respectivamente 127 milhões de minutos e 13,5 milhões de minutos, em 1979.

Comunicações postais e telegráficas

Dentro das diretrizes estabelecidas, enfocando primordialmente o aspecto social dos serviços postais e de telegramas, procurou-se ampliar a rede de agências fixas, incluindo a instalação de agências pré-fabricadas nas localidades onde a mão-de-obra é escassa, principalmente na Amazônia, de modo a atingir-se o total de 4.500 agências ao final de 1979, intensificando-se ainda a utilização de agências postais móveis nas zonas periféricas das grandes cidades.

Com o aumento do tráfego postal, ênfase foi também concedida à ampliação da rede de centros de triagem, tendo-se iniciado estudos para a instalação de tais centros em Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Manaus, procurando-se implementar a automatização da triagem nas áreas de maior densidade de tráfego ainda não contempladas.

Com a mesma precedência, tratou-se da ampliação da rede de centros de distribuição domiciliária, para atendimento das grandes cidades e sua extensão a todos os municípios brasileiros com população urbana superior a 5 mil habitantes, tendo sido instalados 94 centros de distribuição em 1979.

Outras metas foram estabelecidas no sentido de se promoverem coleta e distribuição postais nas áreas rurais e desenvolver infraestrutura adequada à implantação de serviço de encomendas em condições de absorver parcela maior do mercado, fortalecendo a integração de regiões economicamente menos privilegiadas pela expansão do serviço de vale postal às localidades ainda não atendidas.

Na área telegráfica, as diretrizes básicas foram a de tornar cada vez mais rápida a mensagem telegráfica e facilitar a utilização desse serviço, redimensionando a rede secundária e otimizando os centros de retransmissão de mensagens, ao mesmo tempo em que se expande o serviço telegráfico ao nível municipal. A expansão e aprimoramento do serviço de telegramas foneados vêm sendo perseguidos, atingindo-se 109 cidades ao final de 1979.

A vasta rede de unidades postais e a distribuição domiciliária tornaram a área de comunicações postais uma das principais geradoras de empregos do país, contribuindo, desta forma, para a elevação do nível de emprego e renda.

Prioridade especial foi conferida à política de pessoal e recursos humanos, intensificando-se formação e aperfeiçoamento da mão-de-obra, através do desenvolvimento de programas de treinamento, com cursos específicos ou profissionalizantes, e melhoria constante do ensino superior especializado, ministrado pela Escola Superior de Administração Postal (ESAP), mantida pela Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos (ECT).

Rádiodifusão

Tendo em conta que é na área de rádiodifusão que se torna mais patente o caráter social dos meios de comunicação, a concessão de novos canais foi vinculada ao atendimento das áreas geográficas ainda não cobertas e à garantia do necessário suporte econômico-financeiro dos empreendimentos, nas áreas de maior concentração de serviços.

O Ministério das Comunicações estimulou a formação de redes nacionais capazes de estabelecer concorrência salutar, na disputa pela preferência da população, e a utilização extensiva de infraestrutura do Sistema Nacional de Telecomunicações, na formação de rede de repetição para interiorizar os serviços de televisão.

Desenvolvimento industrial e tecnológico

A atuação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da TELEBRÁS merece destaque especial, pela relevância dos projetos em andamento e pelos resultados já obtidos, com a integração de esforços com Universidades e a indústria nacional.

Em 1979, iniciou-se a produção do telefone brasileiro, desenvolvido por indústria nacional, com apoio financeiro e supervisão do CPqD. Foram também iniciados testes de campo do multiplex telegráfico por divisão de tempo (MDT 101 B), a definição da arquitetura do Sistema Trópico (CPA temporal) e da rede de transmissão de dados para utilização no País.

Cabe também destacar, em 1979, o início do desenvolvimento do Programa LAFES — Laboratório de Filmes Espessos — fundamental para a produção nacional de componentes eletrônicos modernos. Os programas relativos a equipamentos de transmissão digital de 30 canais

(MCP-30) e de 120 canais (MCP-120) estão igualmente em fase adiantada.

Como indicador importante das realizações do CPqD, cabe mencionar que o número de patentes depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial atingiu em 1979 cerca de 70.

INTERIOR

Desenvolvimento da Amazônia

A política de desenvolvimento da Amazônia vem sendo orientada no sentido de concretizar a ocupação ordenada e seletiva do seu território, concentrando as ações de desenvolvimento em áreas selecionadas. Por outro lado, busca-se consolidar a infra-estrutura social, efetivando a integração da Região ao resto do País, e procura-se viabilizar o aproveitamento de suas potencialidades econômicas, com a preocupação de preservar e conservar seus recursos naturais, sobretudo florestais.

Para atender à política de utilização racional dos recursos naturais da Amazônia foram realizados, em 1979, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) vários estudos, destacando-se: a apresentação e discussão do relatório final sobre pesquisas realizadas na região leste do Estado do Pará, objetivando avaliar o impacto, sobre o ambiente, da implantação da atividade pecuária; prosseguimento do mapeamento cartográfico da Amazônia, com realização da cobertura de áreas em Tucuruí e Imperatriz; continuação dos trabalhos relativos ao Projeto de Hidrologia e Climatologia da Amazônia, executado com participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; levantamento estatístico anual, para avaliação e administração de recursos pesqueiros; conclusão do estudo do ciclo biológico das espécies de camarões marinhos na costa do Estado do Maranhão; prosseguimento da instalação do Laboratório de Pesquisas Minerais; e continuação dos projetos Silvicultura Tropical e Exploração Florestal e Criatório da Fauna Silvestre, o primeiro com a colaboração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o segundo com a Universidade Federal Fluminense.

No que se refere à infra-estrutura básica, merece destaque, no setor de energia, a expansão da Hidrelétrica Coaracy Nunes e, no setor dos transportes, o prosseguimento da construção de uma carreira de reparos navais, em embarcações de até 175 toneladas de deslocamento, na base Naval de Val-de-Cans, em Belém, bem como dos aeroportos de Plácido de Castro e Assis Brasil, no Estado do Acre. Foram também iniciadas obras do atracadouro da Cidade de Salvaterra, Estado do Pará.

Dando continuidade ao desenvolvimento do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), devem-se destacar, na área da agricultura, as pesquisas relacionadas com pimenta-do-reino, cana-de-açúcar, juta, soja, seringueira, dendê, guaraná, pecuária bovina e bubalina, pastagens, solos e culturas de subsistência.

No que se refere à infra-estrutura econômica, cabe registrar a construção, através do POLAMAZÔNIA, de 100 Km de rodovias, a conclusão dos aeroportos de Cori (AM) e Altamira (PA) e prosseguimento da construção das pontes sobre os rios Araguaia e Itacaiúnas, bem como do atracadouro de Carauari, todos projetos com conclusão prevista para março de 1980. No campo do desenvolvimento urbano, saúde e saneamento, foi ampliada a rede de abastecimento d'água e de esgotos sanitários; foram realizadas várias obras de saneamento geral e conduzidas pesquisas sobre doenças tropicais envolvendo arbovirose, leptospirose, leishmaniose, síndrome hemorrágica e febre negra de Lábrea.

A criação da infra-estrutura do Complexo ALBRÁS / ALUNORTE continuou a merecer da SUDAM a atenção que é requerida para viabilizar a definitiva instalação do Complexo Alumínio na Região, havendo sido tomadas várias providências relacionadas com diferentes projetos, inclusive o do novo núcleo urbano de Barcarena (PA).

A SUDAM aprovou, no exercício de 1979, 19 novos projetos, sendo 8 do setor industrial, 5 do agropecuário, 3 projetos setoriais e 3 agroindustriais.

Paralelamente, foram aprovados, aí incluindo-se reformulações e atualizações financeiras, 59 projetos de empreendimentos em implantação, objetivando sua consolidação.

Com vistas ao atendimento dos cronogramas dos projetos aprovados no período, foram comprometidos recursos da ordem de Cr\$ 7.457,8 milhões, sendo Cr\$ 1.474,9 milhões de recursos próprios, Cr\$ 1.892,2 milhões de outros recursos, Cr\$ 263,4 milhões de reinversões e Cr\$ 3.827,3 milhões de incentivos fiscais do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM).

O Banco da Amazônia S.A. (BASA), no exercício de 1979, cumpriu sua missão de apoio ao desenvolvimento da Região, merecendo destaque ações creditícias junto a pequenos produtores rurais, através da utilização do Carnê Rural, novo instrumento de crédito, ágil e desburocratizado, que não exige títulos de propriedades e difíceis garantias reais.

O Carnê Rural beneficiou 2.607 pequenos produtores rurais da Região, envolvendo Cr\$ 263,6 milhões. O valor médio de Cr\$ 101,1 mil por proprietário bem ilustra a dimensão da ação redistributiva que o BASA empreende, com recursos próprios.

Cabe destacar, ainda, a atuação do BASA no POLAMAZÔNIA, cujas operações de crédito somaram Cr\$ 560,0 milhões. Além disso existem propostas já analisadas, dependendo de recursos, no valor de Cr\$ 453,0 milhões.

Em apoio aos Territórios Federais, o BASA firmou, com o Governo de Rondônia e a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU), convênio destinado a criação de fundo rotativo para financiar a adequação e renovação da frota de ônibus coletivos urbanos de Porto Velho.

As principais aplicações realizadas pela SUFRAMA, no exercício de 1979, em programas de desenvolvimento regional, atingiram Cr\$ 310,2 milhões, sendo Cr\$ 241,8 milhões provenientes de recursos orçamentários e Cr\$ 68,3 milhões através de recursos gerados pelo Fundo Comunitário das Indústrias da Zona Franca de Manaus (FUNCOMIZ), especialmente constituído para promover o reinvestimento de parcelas de lucro das empresas que o integram em atividades no campo da educação, saúde pública e assistência ao menor.

O exercício de 1979 foi marcado por esforço conjunto, da SUFRAMA e das empresas industriais da Zona Franca de Manaus, no sentido de ampliar os níveis de nacionalização da produção, logrando-se em muitos casos, superar os índices mínimos estabelecidos oficialmente e de melhorar a posição da balança comercial da Zona Franca de Manaus, utilizando-se os incentivos do Programa Especial de Exportação. Em 1979, a SUFRAMA aprovou 61 programas especiais de exportação de 13 empresas, no total de aproximadamente US\$ 11 milhões de exportações, para um montante de US\$ 0 milhões de importações.

Durante o exercício de 1979, foram aprovados 23 projetos industriais: 13 de implantação e 10 de ampliação, envolvendo investimentos da ordem de Cr\$ 700,0 milhões e a geração de aproximadamente 5 mil empregos diretos nos próximos anos, contribuindo para a consolidação do pólo industrial de Manaus, hoje constituído por 184 projetos já implantados, de um total de 227 aprovados, com investimentos em torno de Cr\$ 70 bilhões e mais de 40 mil empregos diretos. Foram também aprovados 23 projetos de pequenas indústrias que empregam 357 pessoas e realizam investimentos em torno de Cr\$ 37 milhões, ampliando-se para 83 o número de projetos aprovados de pequenas empresas.

Para a Amazônia foram programados, em 1979, recursos especiais da ordem de Cr\$ 6,7 bilhões, sendo Cr\$ 3,3 bilhões do FINAM, Cr\$ 3,3 bilhões dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional e Cr\$ 0,1 bilhão de outros recursos do PIN-PROTERRA.

Desenvolvimento do Nordeste

O exercício de 1979 assinalou, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o início de uma nova fase de atuação dinâmica visando a acelerar os níveis de desenvolvimento regional e uma melhor repartição social dos frutos do desenvolvimento, com significativa redução da pobreza rural e urbana.

O desenvolvimento industrial do Nordeste foi orientado no sentido da implantação e consolidação de complexos industriais integrados. Durante o exercício, foi expedido o Decreto nº 84.239, de 23 de novembro de 1979, permitindo a transferência de equipamentos e componentes de unidades industriais de outras regiões para o Nordeste desde que se encontrem em condições normais de funcionamento, cujo valor pode ser considerado como contrapartida de recursos próprios, para efeito das aplicações dos incentivos fiscais do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

No setor de siderurgia, foram concluídos estudos para instalação no Nordeste, até 1984, de dois laminadores a frio e linhas de estanhamento para fabricação de tochas-de-flandres, um no Ceará e outro em Pernambuco. Por outro lado, esforços vêm sendo realizados para permitir, até fins de 1980, a duplicação da capacidade de produção da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA).

No que concerne a política de incentivos fiscais, duas importantes medidas foram adotadas no exercício de 1979. A primeira diz respeito

à autorização concedida às empresas públicas e sociedades de economia mista federais e suas subsidiárias para aplicarem, em 1980, 75% dos seus incentivos fiscais exclusivamente no FINOR e no FINAM, percentual que deverá elevar-se para 100%, a partir de 1981. A outra medida refere-se à modificação na sistemática do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) — Florestamento e Reflorestamento, para que sejam aplicados no Nordeste recursos desse Fundo de no mínimo 30% em 1980, 40% em 1981 e 50% a partir de 1982.

Foram aprovados pela SUDENE, em 1979, 172 projetos, sendo 62 industriais, 29 agropecuários, 77 agroindustriais e 4 setoriais. Esses projetos representam investimentos totais de Cr\$ 16,8 bilhões, dos quais Cr\$ 6,7 bilhões correspondem a recursos do FINOR. Após sua implantação, esses projetos deverão propiciar a criação de cerca de 22 mil empregos diretos. Um total de 119 cartas-consulta foram deferidas no exercício, o que poderá representar novos investimentos na Região no valor de aproximadamente Cr\$ 22,9 bilhões, sendo Cr\$ 9,3 bilhões do FINOR.

As realizações da SUDENE, no âmbito dos recursos naturais, envolveram a continuidade dos levantamentos cartográficos básicos, levantamento básico integrado de recursos naturais, estudos de solos e vegetação, recursos pesqueiros, geologia, hidrologia e meteorologia. Destacam-se, entre os levantamentos cartográficos básicos, o recobrimento aerofotogramétrico e a construção de cartas topográficas no Saliênte Nordestino.

Medida de mais alta significação para o Nordeste foi a transferência, para a SUDENE, da responsabilidade pela administração, coordenação e acompanhamento dos programas especiais de desenvolvimento regional.

O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) teve suas ações dirigidas, basicamente, para o atendimento de 100 mil produtores, por meio da ação integrada de prestação de serviços adequados à expansão de áreas cultivadas e melhoria de sua produtividade. Foram programados recursos da ordem de Cr\$ 4,1 bilhões, dos quais Cr\$ 1,3 bilhão procedente do PIN e Cr\$ 2,1 bilhões do PROTERRA. Outros recursos, cerca de Cr\$ 0,7 bilhão, foram obtidos através de financiamentos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Programa compreende, atualmente, 32 Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado e 4 Projetos de Colonização e deve ser acrescido de mais 13 Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado, nos próximos anos.

O Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste — Projeto Sertanejo contou com recursos de cerca de Cr\$ 420,0 milhões. Esses recursos foram aplicados na operação e manutenção dos 40 núcleos sertanejos já instalados no Programa.

O Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste vem financiando projetos que utilizam matéria-prima produzida nos perímetros de irrigação no Nordeste Semi-Árido e no Vale do São Francisco. O Programa está sendo executado de forma integrada com o POLONORDESTE e com o Programa de Irrigação.

O Programa da Agroindústria promoveu a implantação de 17 empreendimentos aprovados no exercício, prevendo-se a criação de 4,6 mil empregos diretos e investimentos estimados em Cr\$ 1,3 bilhão, sendo Cr\$ 441,2 milhões à conta dos recursos do Programa.

No Programa de Pesquisas sobre o Trópico Semi-Árido, foram realizadas pesquisas científicas e tecnológicas em 19 projetos nas áreas de geociências, agropecuária, saúde, climatologia e meteorologia, energia não-convencional, tecnologia urbana e habitação. O Programa também apoiou as ações do POLONORDESTE, do Projeto Sertanejo e do Programa de Agroindústria.

O Programa de Apoio à Pequena e Média Empresa teve 15 projetos aprovados, durante 1979, pela SUDENE e o BNB. Os investimentos totais previstos para esses empreendimentos montam a Cr\$ 95,7 milhões. O BNB liberou Cr\$ 28,2 milhões a fim de permitir a continuidade da execução do Programa.

O Programa Especial para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste instituído em 1979, tem por objetivo a intensificação do aproveitamento dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, do Nordeste. É um programa complementar ao POLONORDESTE, ao Projeto Sertanejo e ao Programa de Irrigação do Nordeste. Envolve recursos, para o período 1980-1981, no montante de Cr\$ 9,9 bilhões, sendo Cr\$ 6,4 bilhões de investimentos governamentais diretos, à conta do Programa de Integração Nacional (PIN), e Cr\$ 3,5 bilhões de crédito rural subsidiado.

No tocante à irrigação, durante o exercício de 1979, foi definida nova estratégia para os programas a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). As novas medidas es-

tão consubstanciadas na Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a política nacional de irrigação, e em diretrizes aprovadas para a CODEVASF e o DNOCS, enfatizando a participação dos pequenos irrigantes nos grandes projetos privados de irrigação de que participa a CODEVASF, sua organização em cooperativas, a titulação dos seus lotes familiares e a participação de cooperativas ou de pequenos irrigantes no capital dos empreendimentos agroindustriais privados.

O DNOCS realizou, durante 1979, diversas obras de açudagem pública, beneficiando, principalmente, os Estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará. O DNOCS vem tendo importante participação executiva no Projeto Sertanejo, programa de elevado alcance social e econômico para o meio rural nordestino. No decorrer de 1979, o número de núcleos em funcionamento foi acrescido de novas unidades, beneficiando todos os Estados compreendidos no Polígono das Secas. O DNOCS elaborou 2.000 projetos de melhoramento de propriedades rurais, tendo sido aprovados 1.200. Prosseguiram, em caráter prioritário, os trabalhos relativos à implantação de 943 projetos.

Os projetos de irrigação a cargo da CODEVASF permitiram a implantação, até 1979, de 14.649 ha, beneficiando 1.183 famílias. Este número refere-se apenas aos projetos totalmente implantados, não incluindo os projetos em andamento, alguns dos quais em final de implantação e em condições de permitir a incorporação de mais 10.250 ha de terras irrigadas, com a conclusão dos projetos Maniçoba, Coruçã e Tourão prevista para 1980.

Atuando como principal agente financeiro da política de desenvolvimento da Região, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) prosseguiu, no exercício de 1979, na sua tríplice função de banco industrial e rural (crédito especializado a médio e longo prazos), banco comercial (crédito geral e a curto prazo) e instituto de fomento (atividades de pesquisa e promoção).

O saldo global de empréstimos destinados a empresas industriais e a projetos de infraestrutura elevou-se de Cr\$ 15,3 bilhões, em dezembro de 1978, para Cr\$ 27,0 bilhões, em dezembro de 1979.

No tocante ao crédito rural, o saldo devedor de empréstimos atingiu a Cr\$ 12,0 bilhões, no final do ano.

Com relação ao setor terciário, o saldo de aplicações, em fins de 1979, foi de Cr\$ 11 bilhões, dos quais Cr\$ 9,0 bilhões foram destinados ao setor privado.

Os recursos próprios do BNB passaram de Cr\$ 5,8 bilhões, em fins de 1978, para Cr\$ 8,0 bilhões no final de 1979. De outra parte, os recursos de repasse, no mesmo período, cresceram de Cr\$ 11,5 bilhões para Cr\$ 23,7 bilhões.

Para o Nordeste foram programados, em 1979, recursos especiais da ordem de Cr\$ 27,4 bilhões, sendo Cr\$ 13,7 bilhões do FINOR, Cr\$ 4,8 bilhões dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, Cr\$ 2,8 bilhões do Programa de Irrigação, e Cr\$ 5,9 bilhões destinados a assistência às populações atingidas pelas secas e enchentes.

Desenvolvimento do Centro-Oeste

O esforço de aproveitamento das grandes potencialidades regionais que a SUDECO vem promovendo lastreia-se, em grande parte, na execução dos programas especiais de desenvolvimento regional: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o POLAMAZÔNIA, o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso (PROMAT), o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul (PROSUL) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, através dos quais foram executados importantes projetos nos diversos setores econômicos da Região.

Considerando-se a vocação natural do Centro-Oeste para a agropecuária, no decorrer de 1979 foram enfatizadas ações visando a uma maior assistência à pequena e média empresas agropecuárias, à implantação e montagem de centros de leite e soja, ao apoio a diversos distritos agroindustriais e à criação da bolsa de cereais em Dourados (MS).

Os projetos de desenvolvimento urbano foram conduzidos de forma a propiciar os melhores resultados no tocante à promoção e ordenação da urbanização. A esse respeito, cumpre salientar a execução do programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio da Região, cujos benefícios alcançaram 18 cidades. Quanto aos projetos de saneamento básico, as ações se concentraram, basicamente, em 27 localidades, com investimentos totais de aproximadamente Cr\$ 30,0 milhões.

A SUDECO assumiu, também, as responsabilidades que lhe foram cometidas pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de

1977, relativas à divisão do Estado do Mato Grosso e à criação do novo Estado do Mato Grosso do Sul. Os trabalhos referiram-se, especialmente, à participação patrimonial, ao censo dos servidores estaduais, à organização administrativa e judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul e aos estudos referentes ao redimensionamento administrativo do novo Estado. Foram implementados os programas especiais de desenvolvimento para os dois Estados: o PROMAT, para o Mato Grosso e o PROSUL, para o Mato Grosso do Sul, os quais se encontram em execução.

O diagnóstico sócio-econômico da área compreendida pela Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai também ficou concluído durante o exercício de 1979. Trata-se de empreendimento de grande significado para a Região, pois abrange cerca de 190.000 km² na parte norte do Mato Grosso do Sul e 200.000 km² na parte sul do Mato Grosso.

Por último, a SUDECO passou a coordenar os trabalhos relativos ao Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (área de influência da ligação rodoviária Cuiabá-Porto Velho), com o objetivo de definir a estratégia de ocupação da região e propor programas específicos de colonização e consolidação da infraestrutura, compreendendo rodovias alimentadoras e vicinais, armazéns e silos, e a implantação definitiva, inclusive pavimentação, da rodovia BR-364.

Para o Centro-Oeste foram programados, em 1979, recursos dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional da ordem de Cr\$ 4,0 bilhões.

Desenvolvimento do Sul

A Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) orientou suas ações, em 1979, para execução de projetos sub-regionais prioritários, que absorveram Cr\$ 350,0 milhões e se destinam a apoiar, tanto técnica como financeiramente, as atividades vinculadas a estudos e pesquisas de interesse para o desenvolvimento da Região.

Dois programas especiais de desenvolvimento encontram-se em execução na Região Sul: o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná, e o Programa Especial do Oeste do Paraná. Quanto ao primeiro, foram realizadas e contratadas obras de controle da erosão urbana para 51 cidades da área, além de terem prosseguido as atividades de assistência técnica para prevenção da erosão no meio rural. Os recursos aplicados foram da ordem de Cr\$ 400,0 milhões. Com relação ao Programa Especial do Oeste do Paraná, que contou com recursos de Cr\$ 112,0 milhões, em 1979, cerca de 60% desse total foram aplicados em obras de melhoria da infraestrutura econômica e social de Foz do Iguaçu e sua região de influência, necessária à implantação da hidrelétrica de Itaipu.

Prosseguiram as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, compreendendo projetos de controle e operação da Barragem do Canal de São Gonçalo, irrigação e geração de energia elétrica.

Quanto ao Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, cabe destacar a conclusão de diversos estudos de viabilidade para implantação de diversas unidades industriais, merecendo referência especial o início de operação da indústria Carboquímica Catarinense (ICC), destinada à produção de ácido sulfúrico.

O projeto de Desenvolvimento do Sudoeste I teve firmado convênio transferindo ao Estado do Rio Grande do Sul a responsabilidade pela implantação de unidades interdisciplinares, visando à assistência técnica integrada, a nível de propriedade rural.

Com relação às ações no campo do desenvolvimento urbano, cabe ressaltar as atividades de apoio técnico e financeiro aos municípios e a associações de municípios. Em colaboração com o Banco Nacional da Habitação, a SUDESUL elaborou, para o Rio Grande do Sul, o Programa de Erradicação de Submoradias (PROMORAR), que já conta com a adesão de aproximadamente 100 municípios.

No campo das migrações internas, a SUDESUL deu prosseguimento às atividades de atendimentos às populações migrantes de baixa renda. Foram assistidas mais de 10 mil pessoas nos Centros de Triagem e Treinamento de Migrantes de Foz do Iguaçu (PR) e Montenegro (RS). Um amplo programa de pesquisas, no campo das migrações internas, foi realizado em Convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Para o Sul foram programados, em 1979, recursos especiais da ordem de Cr\$ 346,9 milhões, destinados a Programas e Projetos Especiais de Desenvolvimento Regional.

Desenvolvimento do Sudeste

O Escritório de Representação do Ministério do Interior, no Rio de Janeiro, por força do Decreto nº 83.839, de 13 de agosto de 1979,

foi reestruturado para transformar-se na Secretaria Especial da Região Sudeste (SERSE) que, por sua vez, assumiu importantes atribuições nos campos da administração dos programas especiais e do desenvolvimento regional e urbano.

Prosseguiu a execução do Programa Especial do Norte Fluminense, que visa a implantar a necessária infra-estrutura na região, com obras de saneamento geral, desenvolvimento agrícola, assistência e extensão rural, com recursos comprometidos, em 1979, da ordem de Cr\$ 246,4 milhões.

Para o Sudeste foram programados, em 1979, recursos especiais da ordem de Cr\$ 1,8 bilhão, sendo Cr\$ 246,4 milhões do Programa Especial do Norte Fluminense e Cr\$ 1.533,5 milhões destinados a atender às populações afetadas pelas enchentes.

Desenvolvimento urbano

O ano de 1979 teve, no aspecto institucional, as ações mais marcantes na área do desenvolvimento urbano. Foi atribuída ao Ministério do Interior a responsabilidade pela condução da política nacional de desenvolvimento urbano, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). Instalado no final de maio o Conselho realizou 6 reuniões, para definição da política urbana no período 1980-1985.

Tiveram prosseguimento os investimentos programados para as regiões metropolitanas, assim como teve continuidade o programa de apoio às capitais e às cidades de porte médio, cabendo salientar o contrato assinado com o Banco Mundial tendo em vista o financiamento do referido programa em 8 cidades médias.

No que concerne à legislação, merecem referência a promulgação da Lei nº 6.760/79, disciplinando os loteamentos urbanos, além dos estudos de anteprojeto de lei de diretrizes para desenvolvimento urbano.

Habitação

O Banco Nacional da Habitação (BNH) no ano de 1979, firmou contratos para financiamento de cerca de 295 mil unidades habitacionais com ênfase em habitações de interesse social. Desse total foram financiadas cerca de 200 mil habitações para as populações de baixa renda.

Dentre as medidas adotadas em 1979 tendo em vista aperfeiçoar os instrumentos da política habitacional cabe ressaltar: a reorganização da Rede de Unidades Descentralizadas do BNH para agilizar as operações do Banco, abrangendo maior número de unidades da Federação; a adoção da Tabela Price, para os financiamentos até 2.000 UPC, e de um sistema de amortização com prestações em progressão aritmética decrescente, para os demais valores, como medida para reduzir os encargos iniciais com a aquisição da casa própria; ampliação das possibilidades do uso do FGTS; o apoio a empresas de menor porte produtoras e distribuidoras de materiais de construção, localizadas em regiões menos desenvolvidas; a aprovação do Plano Inquilino, permitindo às entidades do Sistema Financeiro da Habitação concederem financiamentos a inquilinos para a aquisição das habitações onde residem, e outras medidas com vistas a facilitar o acesso da população de baixa renda à aquisição de casa própria, como a redução das taxas de juros, e a ampliação dos prazos de financiamentos.

Considera-se de maior importância o início da execução do PRO-MORAR — Programa de Erradicação de Submoradias, nas favelas do País. O Programa envolve o BNH e o DNOS, entidade responsável pelas obras de saneamento nas áreas alagadas.

Desenvolveram-se ações visando a dar início ao Plano da Casa Rural, que objetivará a melhoria das condições de moradia nas áreas rurais, em apoio aos programas especiais de desenvolvimento regional, ora em implantação.

Cabe destacar a instituição do Programa Habitacional para os Servidores Públicos Cíveis da União (PROHASP), elaborado com a colaboração do BNH e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que visa a resolver, em escala nacional, o problema da moradia para os servidores públicos cíveis da União, da Administração Direta e das Autarquias.

Ao final de 1979, foi constituído um grupo de trabalho, integrado por representantes do Ministério do Interior, representado pelo BNH, e do Ministério do Trabalho, tendo em vista a elaboração de um programa de habitação para trabalhadores sindicalizados.

Os recursos aplicados, no ano de 1979, nos diversos programas habitacionais do BNH, somaram Cr\$ 67,3 bilhões.

Saneamento básico e geral

No campo do saneamento básico foram integrados novos municípios ao PLANASA atingindo-se, ao final de 1979, cerca de 2.010 municípios, para os quais os problemas de abastecimento d'água encontravam-se equacionados ou resolvidos, significando o atendimento de aproximadamente 80% da população urbana do País.

Em 1979, elevou-se para 190 o número de municípios dotados de sistema de esgotos sanitários representando o atendimento de cerca de 33% da população urbana do País.

As aplicações efetuadas pelo BNH em saneamento básico, no ano de 1979, atingiram o montante de Cr\$ 15,2 bilhões.

O Departamento Nacional de Obras de Saneamento, por seu turno, desenvolveu diversos projetos merecendo referência, no âmbito do Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales, a conclusão do Projeto Pacoti-Riachão (CE), as obras de drenagem, irrigação e dragagem no Vale do Rio Tubarão (SC) e a conclusão dos projetos das barragens de Armazém, Braço do Norte e Pedras Grandes. Por outro lado, o Programa de Saneamento Ambiental em Áreas Urbanas, permitiu a execução de obras de drenagem, de canalização de córregos e de galerias pluviais nos Estados do Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Finalmente, dentro do Programa de Saneamento Ambiental em Áreas Rurais, foram executados trabalhos de saneamento geral, drenagem e recuperação de terras em bacias de rios situados nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Meio ambiente

Os esforços desenvolvidos pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) voltaram-se, principalmente, para a preservação de ecossistemas, o controle da poluição e a educação ambiental.

Procurou-se operacionalizar nove estações ecológicas, situadas nos Estados do Rio Grande do Sul (2), Mato Grosso (2), Bahia (1), Piauí (1), Ceará (1), Amazonas (1) e Território Federal de Roraima (1).

No tocante ao controle da poluição, concentraram-se esforços no desenvolvimento de estudos sobre o impacto dos poluentes metálicos em ambientes aquáticos, gerenciamento das bacias hidrográficas dos rios federais e a criação e implantação de Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, tendo-se atingido o total de 51 Conselhos Ambientais, criados a nível de municípios.

No exercício de 1979, foram aplicados nos diversos projetos a cargo da SEMA recursos da ordem de Cr\$ 131 milhões.

Migrações internas

As ações relacionadas com a execução da política de migrações internas, a cargo do Ministério do Interior, voltaram-se para os objetivos de proporcionar apoio e orientação imediata aos migrantes carentes recém-chegados a centros urbanos, áreas de colonização, áreas de programas especiais de desenvolvimento regional e de implantação de grandes projetos hidrelétricos, siderúrgicos, petroquímicos e outros.

Foi intensificado o atendimento a essas populações através dos Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREMIS), compreendendo assistência relativa às necessidades imediatas como alojamento, assistência médica, odontológica e ambulatorial, documentação e outras. Novos centros de atendimento, num total de 21, tiveram iniciada sua implantação. Foram desenvolvidos estudos que visam a coletar e sistematizar informações sobre os fluxos migratórios no País, assim como o treinamento de pessoal para as diversas atividades requeridas pelo Programa Nacional de Migrações Internas.

Assistência e proteção ao índio

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) deu continuidade, no ano de 1979, aos programas de assistência à população indígena do País. No âmbito do Programa de Demarcação e Regularização de Terras Indígenas, destinado a solucionar o principal problema com que se defronta a FUNAI, foram desenvolvidas ações em 24 áreas indígenas, abrangendo 4,8 milhões de ha. Foi firmado convênio com o Governo do Estado do Maranhão para a transferência de 1.200 famílias, ocupantes de terras indígenas, para o Projeto de Colonização de Buriticupu. No campo do desenvolvimento de comunidades indígenas, deu-se continuidade às ações voltadas para o fortalecimento da

base econômica dessas comunidades, acrescentando-se 24 novos projetos aos 30 já existentes, com investimentos da ordem de Cr\$ 80,0 milhões.

Por outro lado, a FUNAI intensificou sua atuação nos campos da saúde e da educação, merecendo referência a construção de várias escolas e a concessão de bolsas de estudo a alunos indígenas.

Integração do universitário ao processo de desenvolvimento regional e urbano e desenvolvimento de comunidade

A mobilização da juventude universitária com vistas à sua integração ao processo de desenvolvimento brasileiro, a cargo da Fundação Projeto Rondon, envolveu recursos da ordem de Cr\$ 340,0 milhões, no ano de 1979.

As diversas atividades desenvolvidas nos programas dessa entidade envolveram a participação de 90 mil universitários, abrangendo cerca de 600 municípios. Destacam-se as ações em áreas e projetos indicados pelo Ministério do Interior, através da SUDAM, SUDENE, SUDECO e SUDESUL, objetivando o desenvolvimento social em área de acentuada pobreza urbana e rural, projetos educacionais, desenvolvimento comunitário e a consolidação dos 22 Campi avançados.

No que concerne ao desenvolvimento comunitário, cabe ressaltar a criação, no âmbito do Ministério do Interior, da Comissão de Ação Comunitária, responsável pela implantação do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, de âmbito nacional, visando a uma maior participação da comunidade no processo de desenvolvimento nacional.

Defesa civil em situações de calamidade pública

A Secretaria Especial de Defesa Civil do Ministério do Interior, em coordenação com a SUDENE e os Governos dos Estados, atuou no combate aos efeitos da estiagem prolongada que assolou grande parte do Nordeste, em 1979.

Além do caráter assistencial imediato, as medidas postas em execução objetivaram, sobretudo, a fixação do trabalhador rural em suas áreas de origem, mediante a organização e o fortalecimento das pequenas e médias unidades de produção agropecuária, capacitando-as a suportar satisfatoriamente os efeitos das secas. O esforço voltou-se para a preparação dos agricultores, através da assistência direta e contínua, estimulando a utilização mais racional de suas propriedades, a formação de reservas mínimas de água através da perfuração de poços e construção de açudes e aguadas, a introdução de novas técnicas agrícolas, o fomento à agricultura seca, a intensificação da irrigação e a criação de linhas de créditos especiais.

Para o atendimento das populações atingidas no Nordeste foram comprometidos recursos federais no montante de Cr\$ 5.358,2 milhões, aplicados nos Estados do Ceará (Cr\$ 2.595,6 milhões), Rio Grande do Norte (Cr\$ 1.487,8 milhões), Paraíba (Cr\$ 502,4 milhões), Pernambuco (Cr\$ 392,2 milhões) e Piauí (Cr\$ 380,2 milhões). Adicionalmente, o programa de crédito subsidiado para assistência às propriedades atingidas pelas secas envolveu recursos no montante de Cr\$ 2.320,0 milhões.

As enchentes ocorridas no rio São Francisco obrigaram o Governo a mobilizar recursos da União no valor de Cr\$ 1.502,5 milhões, e a estabelecer um programa de crédito subsidiado no valor de Cr\$ 350,0 milhões, para o atendimento das propriedades afetadas. Foram atendidos os Estados de Minas Gerais (Cr\$ 926,0 milhões), Bahia (Cr\$ 416,5 milhões), Pernambuco (Cr\$ 80 milhões), Alagoas e Sergipe (Cr\$ 40 milhões, cada) e realizadas obras de recuperação a cargo da CODEVASF. Ainda com relação a cheias, merecem referência as ações executadas pelo Ministério do Interior nos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Territórios Federais

Um dos objetivos básicos da política de desenvolvimento seguida, em 1979, nos Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, foi o de assegurar, progressivamente, maior autonomia administrativa e financeira àquelas Unidades, inclusive com a revisão da atual legislação.

De conformidade com essa orientação, no decorrer de 1979 foram implementados, no Território Federal do Amapá, dentre outros, os projetos de construção da rodovia BR-156, nos trechos Calcoene / Oiapoque e Macapá / Jary, com extensão de 50 e 30 Km, respectivamente, e a rodovia Macapá / Mazagão, com 40 Km. Foi iniciada, durante o exercício, a construção do Distrito Industrial de Macapá, além de ter sido concluído o sistema de captação e a estação de tratamento de água de Vila Maia-Santana.

Em Rondônia, ficou concluída a versão preliminar do Plano de Desenvolvimento Integrado, ao mesmo tempo em que foi iniciada a

implementação dos projetos constantes do Plano de Ação Imediata de Porto Velho e do Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Vilhena. Mencione-se, ainda, a implantação de 1.500 Km de estradas rurais, construídas pelo processo de mutirão, a construção dos Centros Administrativos de Vilhena e Pimenta Bueno, o Projeto de Núcleos Urbanos de Apoio Rural e o Terminal Pesqueiro de Porto Velho.

Em Roraima, foram desenvolvidos, principalmente, projetos para produção de sementes selecionadas, visando ao desenvolvimento das atividades hortigranjeiras e agropecuárias e atividades de assistência técnica ao produtor rural e levantamentos de recursos minerais. De igual forma tiveram prosseguimento a construção do matadouro-frigorífico, fábrica de ração balanceada e usina de laticínios.

A partir deste ano, os recursos do Fundo Especial, de que trata o artigo 25 da Constituição Federal, serão também destinados aos Territórios Federais, bem como lhes foi assegurado, através do Decreto-lei nº 1.723, de 6 de dezembro de 1979, também a partir de 1980, participação na reserva do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios. Essas medidas permitirão significativa ampliação de recursos para os Territórios, a partir do corrente ano, ensejando a melhor execução de seus programas de desenvolvimento.

Cabe registrar, por outro lado, o empenho realizado pelo Ministério do Interior, junto ao Ministério da Justiça, para efetivação da reforma judiciária no âmbito dos Territórios Federais.

É, também, de significativa importância, para o desenvolvimento dos Territórios Federais, a autorização obtida através da Lei nº 6.758, de 17 de dezembro de 1979, para constituição, em cada Território, de um Fundo de Financiamento para Água e Esgotos, bem como para contrair empréstimos com agentes financeiros do Banco Nacional da Habitação (BNH), visando à melhoria e ampliação de sistema de água e de esgotos sanitários.

POLÍTICA SOCIAL

APRECIACÃO GERAL

O objetivo síntese da política social posta em prática pelo Governo é o de assegurar condições dignas de trabalho e de bem-estar a todos os brasileiros.

Para a consecução desse objetivo a estratégia da política social desdobra-se em dois segmentos principais: o primeiro, e mais importante, compreende um elenco de medidas destinadas a promover a criação de empregos; o segundo, voltado para a valorização do homem, abrange ações nos setores de educação, da saúde e da assistência e previdência social. Busca-se, dessa forma, superar a concepção de política social de cunho exclusivamente assistencial, partindo-se para um enfoque global, cuja solução requer a convergência de ações nos campos econômico, político e social.

A despeito das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira em 1979, decorrentes, em grande medida, de conjuntura internacional adversa, a política econômica foi administrada de sorte a evitar-se uma recessão, assegurando-se ritmo de crescimento compatível com a expansão da força-de-trabalho. Minimizaram-se, dessa forma, no País, as repercussões sociais da crise internacional.

Por outro lado, tratou o Governo de resguardar o poder aquisitivo dos salários, merecendo referência especial a promulgação da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, estabelecendo reajustes semestrais dos salários.

Como reflexo direto do clima de abertura política intensificou-se o movimento sindical, tendo sido criadas 216 novas entidades sindicais, em 1979.

No que concerne à integração social, teve prosseguimento a distribuição pelo PIS/PASEP do abono salarial, no valor de um salário mínimo regional, a todos os trabalhadores que recebem até 5 salários mínimos e que tenham, pelo menos, 5 anos de serviço. Em 1979, foram beneficiados cerca de 10 milhões de trabalhadores, mais de 35% dos participantes no sistema PIS/PASEP. A arrecadação deste fundo atingiu, em 1979, Cr\$ 67 bilhões. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) apresentou arrecadação bruta de Cr\$ 80 bilhões, enquanto os saques mantinham-se ao redor de 53%, percentual semelhante ao observado no ano anterior.

Dentre as iniciativas relacionadas com o atendimento às populações de baixa renda, especialmente aquelas que se encontram em situação de pobreza absoluta, destacaram-se, no decorrer de 1979, a criação do Programa de Erradicação de Submoradias nas Favelas do País (PROMORAR) e a decisão de concentrar as aplicações do Fundo de Assistência Social (FAS), em favor das regiões mais pobres do País.

Na área de educação e cultura iniciou-se uma significativa mudança de prioridade, visando a realizar o compromisso fundamen-

tal de educação com o desenvolvimento social e cultural da nação brasileira.

Reconhecendo que não basta expandir o número de escolas, mas sim melhorar a qualidade do ensino transformando-o em instrumento efetivo para integração social e promoção humana, foram definidas programações específicas para o atendimento das populações de baixa renda, nas áreas rurais e na periferia dos centros urbanos maiores, através de protocolos de cooperação do Ministério da Educação e Cultura com os Ministérios do Interior e da Agricultura.

A educação, considerada sob a ótica da política social, é recolocada em seu compromisso com a redução das desigualdades sociais, voltando-se preferencialmente para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora da participação política, para que se construa uma sociedade verdadeiramente democrática.

No âmbito dessa nova política setorial, cinco linhas programáticas foram definidas. As duas primeiras referem-se à educação, cultura e desporto no meio rural e às populações carentes da área urbana; a terceira linha valoriza o desenvolvimento cultural como forma de identificação nacional, através da qual o povo exprime suas características como sociedade e como nação; as duas últimas linhas referem-se à valorização dos recursos humanos e à questão do planejamento e da modernização técnico-administrativa.

Na área da saúde o Governo continua promovendo atuação interministerial, buscando sobretudo maior integração entre as ações dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, tendo por base a Lei nº 6.229/75, que instituiu o Sistema Nacional de Saúde.

O resultado mais importante desse esforço é o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), que vem sendo implantado em cidades de até 20 mil habitantes, no Nordeste, e que, por força do Decreto nº 84.219 de 14 de novembro de 1979, será progressivamente estendido às demais regiões do País.

No que concerne à alimentação e nutrição merece referência o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), no qual foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 1,8 bilhão, através dos seguintes subprogramas: Programa de Nutrição em Saúde (PNS), Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição no Nordeste e Projeto de Aquisição de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda.

Com relação à Previdência e Assistência Social, saliente-se que a ação do Governo esteve voltada para a universalização da proteção social e para o aperfeiçoamento e equalização dos planos de benefícios.

Ênfase especial foi conferida, em 1979, à busca do equilíbrio financeiro do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Este objetivo vem sendo gradualmente alcançado através de procedimentos administrativos que vêm proporcionando diminuição de despesas supérfluas e substancial redução na evasão de receitas, decorrente do não recolhimento da contribuição previdenciária por parte de muitas empresas.

Quanto à administração do serviço público, o Governo adotou uma série de medidas visando a utilização de sistemas adequados de formação de quadros; ao estabelecimento de sistema de mérito e antiguidade para promoção e acesso; à fixação de remuneração adequada para os ativos e de remuneração compensadora para os aposentados; à equalização dos regimes jurídicos de pessoal; à agilização da administração pública; à adoção de sistemas adequados de administração de obras e à revisão dos critérios que orientam a moradia funcional e a prestação de alimentos e serviços domésticos a servidores públicos.

Na área da desburocratização instituiu-se, em 18 de julho de 1979, o Programa Nacional de Desburocratização, sob a orientação e coordenação de um Ministro Extraordinário. Em poucos meses o Programa atingiu a consciência popular, obteve o apoio de vários segmentos da sociedade e dos meios de comunicação e conseguiu eliminar mais de 200 milhões de documentos supérfluos por ano, além de simplificar os procedimentos internos da Administração Pública.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na área da educação, cultura e desporto, os esforços realizados pelo Governo, no decorrer de 1979, orientaram-se, por um lado, para o desenvolvimento das políticas e estratégias fixadas pelo II Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC), em seu último ano de vigência, e por outro para a formulação das diretrizes setoriais que deverão nortear as ações no período 1980/85.

Prosseguiu em 1979 a expansão das oportunidades educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, procurando-se consolidar a ação preventiva e de atendimento à população pré-escolar, expandindo-se e melhorando-se a rede de ensino de 1º grau, aperfeiçoando e diversificando-se a rede de escolas de 2º grau, fortalecendo-se a infra-estrutura técnico-científica das instituições de ensino supe-

rior, ampliando-se as oportunidades de atendimento aos excepcionais, desenvolvendo-se ações supletivas profissionalizantes e prosseguindo-se no esforço de erradicação do analfabetismo.

A assistência ao estudante mereceu especial atenção do Programa de Bolsas de Estudo, do Programa do Livro Didático e da Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Nas áreas da cultura, da educação física e dos desportos deu-se continuidade aos projetos de capacitação de recursos humanos entre outros constantes do II PSEC.

Educação pré-escolar

Dando continuidade ao esforço de consolidação da educação pré-escolar, na linha de ação preventiva desenvolvida a partir de 1975, as ações do MEC, em 1979, concentraram-se em programas de ampliação, adaptação e reformas de ambientes e aquisição de material didático, para todas as unidades da federação.

Este esforço ampliou a oferta em 12.328 novas vagas e permitiu atendimento de 56.878 crianças.

As atividades abrangeram ainda o desenvolvimento de estudos visando à mobilização comunitária e à integração das ações educativo-culturais com outras iniciativas de política social voltadas para o menor.

Ensino de 1º grau

No ensino de 1º grau, foram mantidas e reforçadas, em 1979, ações que beneficiaram diretamente a expansão e melhoria das redes de ensino. Com o apoio financeiro do Governo Federal aos sistemas estaduais de ensino foram construídas 573 unidades escolares, abrindo 142.230 vagas para alunos de 1º grau. Outras 3.189 unidades escolares foram ampliadas ou recuperadas, beneficiando 688.134 alunos. Recursos do Salário-Educação da ordem de Cr\$ 1 bilhão foram alocados a esse programa.

Entre as atividades voltadas para a melhoria da qualidade do ensino merece destaque o projeto de Melhoria do Ensino de Ciências, que executou 22 cursos de treinamento e licenciatura parcelada, atingindo um total de 810 docentes e desenvolveu projetos de novos materiais para o ensino das ciências no 1º grau.

Ensino de 2º grau

No ensino de 2º grau objetivou-se promover a expansão e melhoria dos sistemas de ensino das unidades federadas, destacando-se os projetos de capacitação de recursos humanos, tanto a nível de licenciatura quanto de atualização, desenvolvidos através do CENAFOR, das Secretarias de Educação das Unidades Federadas e do PREMEX, atingindo um total de 4.626 docentes e 382 especialistas.

Paralelamente, como primeira iniciativa para implementação da programação para o período 1980/1985, foram realizados estudos com vistas à transformação das Escolas Agrotécnicas Federais em Centros de Desenvolvimento do Meio Rural, mediante prestação de assistência técnica à comunidade em sua área de influência. Na mesma linha, foi estimulada a diversificação dos tipos de estabelecimentos, na medida das necessidades regionais e locais.

Ensino superior

Na área do ensino superior os esforços concentraram-se no fortalecimento da infra-estrutura científico-pedagógica das instituições, dando-se continuidade aos programas de construção e instalação de campi universitários e suprimento de equipamentos de ensino e pesquisa, fabricados pela indústria nacional, aplicando-se recursos da ordem de Cr\$ 1 bilhão.

No âmbito da pós-graduação os programas orientaram-se para capacitação de docentes, em nível de mestrado e doutorado, no Brasil e exterior. Atualmente há 4.064 docentes estudando em cerca de 500 programas de pós-graduação no Brasil, e 1.331 bolsistas em 22 outros países, com dispêndios da ordem de Cr\$ 519 milhões. Foram ainda distribuídas 2.756 bolsas/ano, para atender à demanda social.

No programa de aperfeiçoamento e especialização foram treinados 705 docentes, e no de apoio ao desenvolvimento do ensino superior participaram 20 instituições.

Educação especial

Destaca-se o treinamento de 4.306 professores, sendo 11 a nível de licenciatura e 14 a nível de mestrado e doutorado. Foram beneficia-

das 244 instituições particulares, favorecendo atendimento às categorias que exigem assistência especializada, além dos projetos de reformulação de currículo, educação precoce e assistência aos superdotados.

Ensino supletivo

Na área do ensino supletivo foram desenvolvidos programas de habilitação de professores para o ensino de 1º grau, de suplência profissionalizante, de implantação de centros de estudos supletivos e de assistência educacional ao atleta profissional, além do conjunto de programas sob a responsabilidade do MOBRL.

Destacaram-se, na programação do MOBRL, a alfabetização funcional de 1 milhão de alunos, contribuindo significativamente para a erradicação do analfabetismo no Brasil. O Programa de Educação Comunitária para o Trabalho propiciou treinamento a 400 mil pessoas e o de Educação Comunitária para a Saúde atingiu um total de 700 mil participantes. Vale destacar que se encontram em funcionamento 3.151 postos culturais, implantados pelo MOBRL através do seu programa de Cultura.

Assistência ao estudante

A implantação dos Programas de Bolsas de Estudos vem merecendo atenção. Somando-se a outros projetos voltados para prestação de serviços a estudantes — restaurantes universitários, residências e cooperativas — tais atividades despenderam, em 1979, cerca de Cr\$ 580 milhões. Foram concedidas 370 973 bolsas nas diferentes modalidades — bolsas de trabalho, ensino de 1º e 2º graus, superior e especial e as decorrentes de convênios com instituições privadas.

No que se refere à alimentação escolar, foram atendidos 86% dos municípios brasileiros, com um total de 12,4 milhões de escolares. Os recursos alocados atingiram Cr\$ 4 bilhões, aproximadamente, inclusive contrapartidas estadual e municipal.

Através do Programa do Livro Didático vêm-se intensificando a produção e distribuição de livros e materiais didáticos, buscando-se paralelamente melhorar-lhes a qualidade e reduzir-lhes o preço, com vistas a facilitar o acesso sistemático a esses recursos de aprendizagem. Em 1979 foram dispendidos Cr\$ 638 milhões para consecução das metas estabelecidas para o programa.

Cultura

Entre as atividades desenvolvidas na área da Cultura destacam-se os projetos de Capacitação de Recursos Humanos, Preservação e Defesa de Bens de Valor Cultural e Incentivo à Criação e Difusão no Âmbito da Cultura, através dos quais se apoiaram as manifestações culturais nas artes plásticas (com um total de 247 eventos), da música (através de diferentes projetos de divulgação da música popular brasileira e da música erudita, perfazendo um total de 2 851 apresentações), além das áreas de folclore, teatro, dança e cinema.

Educação física e desporto

Na área da educação física e desporto deu-se continuidade ao projeto de Capacitação de Recursos Humanos, que atingiu 978 docentes, e ao projeto de Construção de Instalações Desportivas.

Pelo Projeto de Publicações Técnico-Desportivas foram editados 762 mil exemplares de publicações diversas. Merece destaque, ainda, o projeto de Instalação e Implantação de Laboratórios de Ciência da Atividade Física, tendo sido instalados 16 laboratórios junto às universidades.

Com o objetivo de proporcionar ao estudante universitário condições para o desenvolvimento da prática desportiva, bem como buscar integração das atividades desportivas universitárias com a comunidade, foram distribuídas 6 844 bolsas de trabalho/esporte aos estudantes universitários.

Prosseguiu também a implantação do projeto de Desenvolvimento de Campanhas de Mobilização Popular, que atingiu cerca de 8 milhões de brasileiros.

Foi elaborada programação para o período 1980/85, voltada especialmente para o atendimento da comunidade.

TRABALHO

A necessidade de reduzir as desigualdades sociais, meta prioritária do atual Governo, confere maior relevância às ações no campo de trabalho, já que implica, entre outros aspectos, ampliação da oferta de

postos produtivos de trabalho, em condições condignas e adequado nível de remuneração.

O processo de abertura política iniciado na administração anterior, continuado e aprofundado na atual, por sua vez resulta em maior liberdade de associação, organização e participação da classe trabalhadora, cujos órgãos de representação — os sindicatos — vêm assumindo cada vez maior representatividade, atuando de forma crescente na defesa dos interesses dos assalariados.

Paralelamente, a implantação de nova política salarial, resultado de estudos que envolveram no ano passado grande parte dos organismos do Governo, em especial no âmbito do Ministério do Trabalho, representou importante conquista para os trabalhadores. A recomposição semestral do poder de compra dos salários contribui para reduzir o impacto da inflação, sem contudo ensejar a ocorrência de reajustes desordenados, que colocariam em risco os ganhos obtidos e afetariam a ampliação — e mesmo a manutenção — do nível de emprego.

Por outro lado, o Governo, ciente de que os desequilíbrios regionais constituem grave obstáculo à consecução de mais justa distribuição da renda pessoal, e de que a desconcentração da geração de empregos é condição necessária ao desenvolvimento harmônico e equilibrado do país — contribuindo, ademais, para a redução dos fluxos migratórios que tornam cada vez mais congestionados os principais mercados de trabalho, vêm desenvolvendo, através do Ministério do Trabalho e dos Ministérios da área econômica, estudos e análises capazes de permitir a reorientação geográfica da mão-de-obra, segundo as necessidades e possibilidades do desenvolvimento local e regional.

Outro aspecto da ação governamental na área do trabalho refere-se à formação de recursos humanos, atividade que vem sendo intensificada quer através de programas do MTb, quer mediante estímulos concedidos, com esta finalidade, a associações de classe, empresas e outras entidades interessadas no aperfeiçoamento da mão-de-obra.

No que concerne à modernização da legislação, o Governo tomou a iniciativa de promover, através do Ministério do Trabalho, estudos com vistas à atualização e aperfeiçoamento da Consolidação das Leis do Trabalho.

Realizaram-se, além dessas, medidas complementares, como as que visaram ao restabelecimento das funções normativas da Justiça do Trabalho, as de estímulo à negociação de convenções coletivas e aquelas destinadas a favorecer a participação de empresas e empregados em programas de melhoria das condições de higiene e segurança nos locais de trabalho.

Emprego e salário

As medidas governamentais destinadas a ajustar o processo de crescimento econômico à necessidade de combater a inflação, levaram o Ministério do Trabalho a dedicar-se mais intensamente, em 1979, ao acompanhamento da evolução do nível de emprego no País. Sua participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico, institucionalizada pelo Decreto nº 83 367, de 25 de abril de 1979, contribuiu para melhor instrumentalizar o Governo neste particular, permitindo que as decisões de investimentos sujeitas à aprovação por esse Conselho considerassem, mais efetivamente, as repercussões sobre a geração de empregos e sua melhor distribuição pelo Território Nacional.

Foi também necessário aperfeiçoar o processo de obtenção de informações sobre as tendências do mercado de trabalho, e para isso consolidou-se o Sistema Nacional de Emprego (SINE), que se vem revelando eficiente instrumento de acompanhamento conjuntural; e complementam-se suas atividades com a divulgação de informações, como as constantes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da "Lei dos 2/3", da Lei nº 4.923/65, etc.

Outra iniciativa a se destacar é a elaboração de um índice de desemprego, a cargo do MTb e Secretaria de Planejamento, com vistas a subsidiar as decisões necessárias à gestão de curto prazo da economia.

Preocupa-se o Governo, por outro lado, com a parcela da força de trabalho que, constituída em sua quase totalidade por pessoal não-qualificado, ocupa-se no chamado "setor informal" da economia e coloca-se praticamente à margem da proteção regularmente estabelecida. Em seu benefício vêm-se desenvolvendo programas de educação e treinamento e procura-se, mediante intermediação entre oferta e demanda, incentivar o ingresso dessa mão-de-obra no "setor formal" — basicamente através da organização desses trabalhadores em microempresas, associações e cooperativas.

Tem idêntico objetivo programa elaborado pelo Sistema Nacional de Emprego, a ser implementado no ano em curso, que visa ao atendimento a microunidades de produção, ao apoio às diversas modalidades de artesanato, à criação de cooperativas de trabalhadores rurais, pescadores, garimpeiros, além de buscar o fortalecimento dos organismos oficiais que realizam, em todo o território nacional, intermedia-

ção entre oferta e demanda de mão-de-obra, com benefício para os trabalhadores, as empresas e a economia em seu conjunto.

Não menos relevante é a iniciativa de atualizar e reformular a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com vistas a melhor adaptá-la às condições atualmente vigentes no macrosistema social brasileiro. Realizou-se, durante o ano de 1979, amplo debate sobre a matéria, envolvendo diversos segmentos da sociedade, e o Governo vem-se dedicando ao estudo das cerca de 1 800 sugestões já recebidas, estando em pauta a elaboração de anteprojeto para a nova CLT em 1980.

No que se refere à política salarial, destacou-se em 1979 a elaboração de anteprojeto de lei de revisão sistemática de reajustes, visando a melhor defender os salários do desgaste proveniente da inflação. O novo mecanismo, em vigor com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, simplificou o mecanismo de reajustes salariais, assegurando correção automática e semestral de valor real dos salários, independentemente de negociações. Assegura-se, por outro lado, liberdade de decisão às partes envolvidas no que diz respeito aos ganhos de produtividade de cada categoria profissional estabelecidos mediante diálogo direto entre patrões e empregados.

A nova Lei da Política Salarial favorece, igualmente, a redistribuição de renda, em benefício dos assalariados de menor nível de remuneração, ao determinar que os reajustes dos salários até 3 salários-mínimos façam-se a taxas superiores em 10% às variações observadas no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fixado pelo IBGE.

Outro aspecto a ser destacado na Lei 6.708 é o que diz respeito à livre negociação, entre empregados e empregadores, de percentuais de aumento real, ademais dos reajustes automáticos, a depender dos ganhos de produtividade do trabalho, verificados em cada setor. Ressalte-se que tais aumentos não podem ser transferidos aos preços dos bens ou serviços produzidos pelas empresas.

Preparação do homem para o trabalho

As atividades que visam à preparação do homem para o trabalho intensificaram-se em 1979, seja através de programas do Governo, de entidades patronais e profissionais, seja de programas de treinamento nas empresas, via incentivos fiscais.

O Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), do Ministério do Trabalho, em convênio com vários Ministérios, implementou vários projetos de formação profissional, que alcançaram 213.548 treinandos (16.075 no setor primário, 86 070 no secundário e 111.403 no setor terciário), com dispêndio total da ordem de Cr\$ 114 milhões.

O treinamento realizado pelas empresas, através dos incentivos fiscais da Lei 6.297/75, com programas aprovados pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra, beneficiaram no ano de 1979 cerca de 2 milhões de empregados, o que representou acréscimo de 32% em relação ao ano anterior.

Coordenação das relações do trabalho

Reflexo do processo de abertura política, os movimentos reivindicatórios marcaram o ano de 1979, ocupando a atenção das Delegacias Regionais e Secretaria de Relações do Trabalho na intermediação e celebração de acordos e contratos coletivos. Observou-se notável incremento das atividades sindicais, registrando-se a criação de 216 novas entidades, além da regularização de problemas internos de diversas outras, com vistas a seu adequado funcionamento.

De outra parte, o ano de 1979 caracterizou-se nesta área por ampliação considerável de negociações diretas entre empregados e empregadores, na busca de soluções para os problemas inerentes às relações entre o capital e o trabalho. Em relação a esta questão, vale ressaltar a atenção dedicada à proteção do trabalhador, tendo sido visitadas mais de 282 mil empresas, no intuito de verificar a observância das normas que regem as condições de trabalho no País.

Promoção social

Na área de promoção social o Governo, através do Ministério do Trabalho, promoveu uma série de atividades assistenciais junto aos sindicatos, trabalhadores e dependentes de sindicalizados.

No que tange à atuação junto aos sindicatos, deu-se maior atenção ao projeto de capacitação de recursos humanos, tendo em vista habilitar pessoal para que as entidades sindicais administrem seus próprios recursos e caminhem para sua total independência.

O programa de alimentação do trabalhador continuou a merecer ênfase especial, através da concessão de incentivo fiscal às empresas, tendo beneficiado, durante o ano de 1979, cerca de 1,1 milhão de trabalhadores, em quase todos os Estados brasileiros.

O Serviço Especial de Bolsas de Estudo, atendendo a trabalhadores sindicalizados, empregados em entidades sindicais e seus dependentes, distribuiu cerca de 295 mil bolsas para o 1º e 2º graus, 16 mil bolsas para cursos prioritários de nível médio e 1 120 para cursos prioritários de nível superior, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 304,1 milhões.

Segurança e medicina do trabalho

No campo da segurança e medicina do trabalho, observou-se em 1979 tendência declinante dos percentuais de acidentes, em relação à massa segurada. No primeiro trimestre de 1979, para um total de 20,3 milhões de trabalhadores, registraram-se 754,8 mil acidentes — percentual de 3,71%, contra 4,18% em igual período do ano anterior.

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) ministrou cursos de formação frequentados por quase 8 mil profissionais da área, e cursos de reciclagem para cerca de 7 mil profissionais de nível médio e superior.

SAÚDE

Sistema Nacional de Saúde

Os esforços para a implantação do Sistema Nacional de Saúde, instituído pela Lei nº 6.229/75, tiveram continuidade em 1979, enfatizando-se a articulação e cooperação interministeriais especialmente entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência e Assistência Social e as relações com as unidades federadas. Neste sentido, recomendou-se aos estados a constituição de comissões interinstitucionais, sob coordenação das secretarias estaduais de saúde, para a elaboração de planos estaduais integrados de saúde, contemplando prioritariamente a regionalização dos serviços locais.

O Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS) foi estendido a todo o País, passando a constituir-se no primeiro componente de um novo programa, o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PROSAÚDE), cuja formulação completa deverá estar concluída até março de 1980.

A proposta conjunta, interministerial, do Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PROSAÚDE), deverá permitir a universalização da cobertura por serviços básicos de saúde, servindo de guia para a reorganização de todo o Sistema, que estará voltado ao atendimento das necessidades básicas de saúde da população, projetando-se, simultaneamente, como instrumento de mobilização comunitária.

O PROSAÚDE constitui-se-a, assim, no programa axial da Política de Saúde e virá a desempenhar papel fundamental na implantação do Sistema Nacional de Saúde. As secretarias estaduais de saúde atuarão como instituições do Sistema, e serão as responsáveis principais por sua ação.

Serviços básicos de saúde

A atuação do Ministério da Saúde nesta área, em 1979, significou uma tentativa de reversão da tendência observada na organização de serviços de saúde no Brasil, que tem acontecido de maneira mais ou menos espontânea e com nítido privilégio dos centros urbanos mais desenvolvidos, onde a pressão da demanda se faz efetiva, e que é dirigida principalmente para o aspecto assistencial-curativo.

Este reordenamento, voltado ao desenvolvimento da infraestrutura de saúde, implica em prestar serviços básicos às populações até então pouco favorecidas, capazes não só de atendê-las em suas necessidades terapêuticas, mas, principalmente, de realizar a prevenção em termos de promoção e proteção específica de saúde.

Com este propósito vem sendo implementado o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), com a participação do Ministério da Saúde, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério da Previdência e Assistência Social e Ministério do Interior.

Este Programa tem por objetivo implantar a estrutura básica de Saúde Pública em comunidades de até 20 mil habitantes. Sua atuação inicial dirigiu-se ao Nordeste, estando já prevista sua extensão progressiva às demais regiões do País, com base no Decreto nº 84 219, de 14 de novembro de 1979.

Em 1979, o número de Postos de Saúde em funcionamento chegou a 1.398, apoiados por 727 Centros de Saúde, propiciando ca-

pacidade de atendimento a 7,1 milhões de pessoas, com cuidados primários.

Estes Postos e Centros cobrem 719 municípios de um total de 1.257 — universo do PIASS no Nordeste — correspondendo, portanto, a 57% do total de municípios da área de atuação do Programa.

No que concerne a ações de saneamento básico registre-se a implantação, até 1979, de 179 sistemas de abastecimento d'água e a construção de 22 mil privadas de fossa seca.

Foram treinados, até 1979, 3.500 profissionais auxiliares para operação da rede básica.

Os recursos destinados ao PIASS, em 1979, somaram Cr\$ 329 milhões.

Vigilância sanitária

A vigilância sanitária, entendida como fiscalização e análise de alimentos, drogas, medicamentos e produtos congêneres e fiscalização sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, é campo de atividade dos mais importantes em Saúde Pública.

Para o desenvolvimento seguro da vigilância sanitária, foi necessário concentrar esforços para o aprimoramento das atividades laboratoriais de análise. Com tal finalidade o Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos (LCCDMA) foi reestruturado e transferido à Fundação Oswaldo Cruz. Vários laboratórios estaduais firmaram convênios com a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária para as ações pertinentes. A fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras foi atribuída às Delegacias Federais de Saúde, como medida de racionalização para melhor desempenho da ação fiscalizadora em grande escala, no Território Nacional.

Vigilância epidemiológica e imunizações

O Ministério da Saúde vem desenvolvendo esforços no sentido de dotar o País de um sistema de vigilância epidemiológica, com vistas a orientar e racionalizar o desenvolvimento de programas de controle de doenças transmissíveis.

Embora ainda com estrutura imperfeita, as secretarias estaduais de saúde estão aperfeiçoando seus sistemas de informações, o que tem permitido aumento do número de notificações de doenças transmissíveis e sua conseqüente investigação epidemiológica. Continuamos a não registrar ocorrência de cólera e varíola, não foi notificado nenhum caso de peste, enquanto que as notificações de febre amarela persistem a níveis muito baixos, com 8 casos em 1979.

No campo das doenças transmissíveis evitáveis por imunizantes aplicaram-se, em 1979, 9,3 milhões de doses de BCG intra-dérmico para proteger contra a tuberculose a população de menores de 15 anos, com prioridade ao grupo de 5 a 15 anos que frequenta escola. No grupo etário de menores de 4 anos, foram aplicados 4,0 milhões de doses de vacina contra sarampo, 14,5 milhões de doses de vacina Sabin, 6,2 milhões de doses de vacina tríplice, 4,9 milhões de doses de vacina antivaríola, com prioridade a pessoas não vacinadas anteriormente, e 3,9 milhões de doses de toxóide tetânico em escolares e gestantes.

Controle das grandes endemias

- Malária

A malária permanece como altamente prioritária nos programas de combate às grandes endemias no Brasil, dadas as facilidades de transmissão e propagação.

A área de erradicação a curto prazo, com 1,8 milhão de Km², representa 26% da área malárica do País e possui 36 milhões de habitantes, que correspondem a 79% da população total dessa área. Por sua vez, a área de erradicação a longo prazo, com 5,1 milhões de Km² e 9,2 milhões de habitantes, corresponde a 74% da superfície e a 21% da população dos totais da área malárica.

Foram borrifadas com DDT, em 1979, 3,2 milhões de casas, beneficiando diretamente uma população de cerca de 10,5 milhões de habitantes.

- Doença de Chagas

Esta doença constitui, pela vasta distribuição geográfica e altos níveis de prevalência, um dos maiores problemas de saúde pública no País.

A luta contra os insetos transmissores, através de borrifação com inseticidas de ação residual, e a melhoria de habitação, são as armas com que se conta para o controle da Doença de Chagas.

Em 1979, essas atividades foram desenvolvidas em 540 municípios de 15 unidades da Federação, atingindo 1,2 milhão de prédios. As atividades de controle do vetor da endemia desenvolveram-se nesses 15 estados abrangendo 22.260 localidades em 708 municípios, protegendo 1,3 milhões de habitantes.

- Esquistossomose

Doença de veiculação hídrica, a esquistossomose é uma das endemias de maior prevalência no País. A proliferação e cadeia de reinfecção dos indivíduos tratados está diretamente relacionada com as precárias condições de saneamento, principalmente no Nordeste, foco natural e principal da endemia.

O Programa Especial de Controle de Esquistossomose consiste no combate ao vetor, no tratamento dos doentes, na melhoria da habitação rural, no saneamento básico em zonas rurais e na educação sanitária.

Dentre os trabalhos desenvolvidos em 1979, podem ser destacados: atividades de saneamento básico em 27 regiões hidrográficas de 7 Estados do Nordeste; exame e tratamento de 2,7 milhões de portadores de esquistossomose em 200 municípios; construção de 83 sistemas de abastecimento d'água; construção de 29 conjuntos de lavanderias-chafariz-banheiros; bem como foi continuado o programa de melhorias sanitárias e domiciliares em 8 Estados do Nordeste, do Maranhão a Sergipe, em áreas contínuas.

Alimentação e nutrição

Dando continuidade à execução do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), que conta com participação de várias instituições governamentais sob coordenação do Ministério da Saúde, através do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), foram aplicados, em 1979, 1,8 bilhão nos principais subprogramas e projetos do PRONAN.

O Programa de Nutrição em Saúde (PNS), executado através de convênios com as secretarias de saúde de todos os estados, atendeu em 1979 2,4 milhões de beneficiários em 1.207 municípios, procedendo à distribuição gratuita de cerca de 91.500 toneladas de alimentos básicos — arroz, açúcar, farinha de mandioca, feijão, fubá e leite.

Objetivando implantar nova sistemática de fornecimento de alimentos à população de baixa renda, em áreas periféricas de grandes centros urbanos, desenvolveu-se o Projeto de Abastecimento Popular, que consiste na oferta de uma gama de 12 alimentos a preços reduzidos, mediante atuação integrada do sistema de vendas por atacado da COBAL com a rede varejista convencional das áreas abrangidas.

O Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição do Nordeste, no ano agrícola 1978-1979, assistiu 40.784 produtores em 141 municípios do Nordeste, através de suas 110 unidades operativas.

Através do Projeto de Aquisição de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda, houve garantia de mercado para a colocação de 150 mil toneladas de alimentos básicos no valor aproximado de Cr\$ 1,0 bilhão. Abrangendo 239 municípios da Região Nordeste foram beneficiados cerca de 500 mil produtores. A execução do projeto esteve a cargo das 5 Companhias Integradas de Desenvolvimento Agropecuário e de 20 Cooperativas de Produtores de Alimentos.

Dentre as atividades de complementação e apoio desenvolvidas para dar suporte às ações executivas, vale ressaltar os testes de exequibilidade em larga escala do modelo simplificado de atendimento a pré-escolares, realizado mediante convênio envolvendo a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco e a COBAL, com a supervisão do INAN.

Saneamento básico em áreas rurais

As ações de saneamento básico em áreas rurais são desenvolvidas pela Fundação SESP e têm por objetivo levar às populações de baixa renda a assistência governamental aos problemas imediatos, no sentido de reduzir a prevalência de enfermidades cujo controle é perfeitamente conhecido, evitar o impacto negativo da doença em suas economias, elevar a esperança de vida, aumentar a sua produtividade, ensinar hábitos higiênicos e concorrer para o desenvolvimento das condições sócio-econômicas da região em que vivem.

Os projetos de saneamento básico são desenvolvidos no interior de praticamente todas as unidades da Federação, concentrando-se maior esforço nas áreas de esquistossomose endêmica de estados nordestinos e em áreas de valorização econômica.

Foram construídos, no decorrer de 1979, 11 sistemas de abastecimento d'água, encontrando-se em construção 236 outros sistemas, assim como foram concluídos 3 sistemas de esgotos e estão em construção outros 32. Foram realizadas 70.240 melhorias sanitárias

em domicílios e 182 em escolas, beneficiando uma população de 358 mil pessoas.

Ciência e tecnologia

Aos projetos de Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Tecnológico a cargo da FIOCRUZ e da FSESP foram alocados, em 1979, recursos financeiros no montante de Cr\$ 290 milhões.

As pesquisas científicas desenvolvidas pela FIOCRUZ dirigem-se aos grandes problemas de saúde pública no País, entre eles a esquistossomose, doença de Chagas, leishmaniose, hanseníase e enterites bacterianas e viróticas.

A FSESP, por intermédio do Instituto Evandro Chagas, desenvolve cerca de 23 estudos e pesquisas relativos às doenças tropicais na Amazônia, objetivando conhecer a etiologia e epidemiologia de diferentes doenças de origem virótica, bacteriana e parasitária na Região.

No que concerne ao desenvolvimento tecnológico foram adotadas providências visando à progressiva redução da dependência estrangeira, mediante fortalecimento da empresa nacional, de sorte a assegurar condições de segurança social ao País, sobretudo na eventualidade de situações de emergência.

Para nortear a ação programática a ser desenvolvida na área do desenvolvimento tecnológico e produção de imunobiológicos e fármacos foi elaborado o Plano Básico de Tecnologia em Saúde, para o período 1980/85.

O Ministério aplicou recursos, através do INAN, em pesquisas e desenvolvimento tecnológico em alimentação e nutrição e através da Fundação das Pioneiras Sociais, em pesquisas e projetos de equipamentos médico-hospitalares.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A ação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) esteve voltada, no decorrer de 1979, para a consecução dos seguintes objetivos principais: ampliação da cobertura previdenciária ao maior número possível de trabalhadores, aumento da eficiência operacional e racionalização dos gastos das entidades que lhe são subordinadas, e combate sistemático às fraudes e à sonegação das contribuições previdenciárias.

Universalização da seguridade social

Dando continuidade ao esforço que se vem desenvolvendo para integrar todas as categorias profissionais na previdência social, foi promulgada a Lei nº 6.969, de 08 de outubro de 1979, ensejando correspondência plena entre trabalho e cobertura previdenciária.

À margem da previdência social, embora sob proteção da assistência social, estão apenas aqueles grupos que não dispõem da condição legal de beneficiários — mendigos e menores carentes.

Amparo previdenciário

A partir da instituição do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), coube ao Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) a administração dos benefícios previdenciários à população segurada e respectivos dependentes.

A previdência social urbana concedeu, em 1979, 3,3 milhões de benefícios, dos quais 1,0 milhão corresponderam a benefícios de prestação única e 1,7 milhão de prestação continuada. A previdência social rural concedeu 379 mil benefícios, sendo 285 mil de prestação continuada e 94 mil de prestação única.

Ao final de 1979 existiam 9,9 milhões de benefícios em manutenção, dos quais 6,8 milhões em áreas urbanas e 3,1 milhões em zonas rurais.

As despesas efetuadas pelo INPS com o pagamento de benefícios montaram, em 1979, a Cr\$ 197 bilhões.

Assistência médica

Em cumprimento das disposições da Lei nº 6.229/75, que instituiu o Sistema Nacional de Saúde, o Ministério da Previdência e Assistência Social deu prosseguimento, no decorrer de 1979, ao trabalho conjunto com o Ministério da Saúde tendo em vista as ações de saúde.

Essas ações compreenderam, basicamente, o fortalecimento da rede básica de saúde e a expansão do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), mantida a ênfase quanto ao atendimento preferencial às populações de menor renda.

Por outro lado, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) continuou prestando assistência médica e odontológica em áreas urbanas e em zonas rurais, diretamente ou através de contratos e convênios. Foram efetuadas 118,3 milhões de consultas médicas, das quais 12,6 milhões em áreas rurais, assim como foram realizadas 7,7 milhões de internações, sendo 1,4 milhão no meio rural. No que concerne à assistência odontológica, registre-se a realização de 23,8 milhões de consultas e de 33,2 milhões de serviços odontológicos, sendo que no meio rural ocorreram 0,7 milhões e 10,0 milhões, respectivamente.

Assistência social

A política nacional de bem-estar do menor e a política nacional de assistência social são executadas, no âmbito do MPAS, pela FUNABEM e pela LBA, respectivamente.

A FUNABEM, no decorrer de 1979, buscou primordialmente a expansão dos chamados programas abertos, em nível comunitário, revertendo a tendência ao internamento de menores carentes. Com este propósito foi desenvolvido amplo esforço de mobilização da opinião pública para a questão do menor abandonado. Foram reforçados, ainda, a ação normativa e a assistência técnica e financeira da FUNABEM junto às fundações estaduais de bem-estar do menor, tendo em vista a implementação de programas que dessem ênfase à atuação voluntária e às ações preventivas.

A LBA, por seu turno, desenvolveu programas de combate à pobreza absoluta, de assistência a gestantes, nutrízes e idosos, merecendo referência especial o Programa de Complementação Alimentar (PCA).

O Programa de Promoção Familiar pelo Registro Civil teve sua atuação intensificada, patrocinando 2 milhões de novos registros, o dobro dos assentamentos alcançados no ano anterior.

Atuação das demais entidades vinculadas

O Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) desenvolveu intensa campanha de recuperação dos créditos previdenciários, a partir da promulgação do Decreto-lei nº 1.683, de 29 de maio de 1979.

Essa campanha, a par de permitir o ingresso, no período de 90 dias, de Cr\$ 4,2 bilhões em atraso, teve a virtude de ensejar a reorganização da máquina fiscal-arrecadadora, a reidentificação da massa de contribuintes e um aperfeiçoamento das relações entre a Previdência Social os contribuintes e os segurados.

Cabe ressaltar a significativa modificação operada na sistemática de recolhimento das contribuições previdenciárias arrecadadas pela rede bancária. A partir de setembro de 1979, o prazo de permanência da receita na rede bancária, que era de 30 dias, passou a ser de oito e meio dias, com o que minimizaram-se os saques a descoberto junto aos estabelecimentos de crédito.

A Empresa de Processamento de Dados da Previdência e Assistência Social (DATAPREV), responsável pela execução desses serviços de âmbito do SINPAS, continuou a operar os sistemas anteriormente implantados. Iniciou a montagem de uma rede nacional de informações e controle, utilizando equipamentos de fabricação nacional, com o que facilitará o atendimento aos segurados e seus dependentes, implantará um controle eficiente sobre os contribuintes e desenvolverá um combate sistemático e organizado às fraudes que ocorrem na área da previdência e da assistência social.

A Central de Medicamentos — CEME, órgão autônomo integrado à estrutura do MPAS, incrementou sua atividade de produção e distribuição de medicamentos, em especial no atendimento às demandas do Ministério da Saúde, com vistas ao controle da poliomielite, do sarampo, da difteria, da coqueluche, do tétano, da meningite, da varíola, da febre amarela, da tuberculose, do tifo e da raiva humana.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Em consonância com as diretrizes presidenciais o programa de trabalho do DASP colimou os seguintes objetivos:

(a) adequação de sistemas adequados de formação de quadros, com o fim de prover o serviço público de recursos humanos suficientes e qualificados, envolvendo formação, seleção e aperfeiçoamento regular de servidores, inclusive condição de acesso funcional e provimento em funções de chefia;

(b) estabelecimento de sistema de mérito e antiguidade para promoção e acesso;

(c) provisões para rejuvenescimento dos quadros, observada a conveniência de desestimular a saída dos funcionários para o exercício de funções estranhas ao seu próprio quadro;

(d) mobilidade dos servidores, conforme as necessidades do serviço e o nível funcional atingido;

(e) fixação de remuneração adequada, exigindo-se dos servidores, em contrapartida, níveis de produtividade compatíveis com os do mercado privado de trabalho;

(f) equalização dos regimes jurídicos do pessoal — estatutário e contratado sob regime da CLT — de modo que benefícios e relações do trabalho sejam idênticos para todo o serviço público, e tão aproximados quanto possível aos do setor privado;

(g) fixação de remuneração compensadora da aposentadoria por tempo de serviço, por idade e por doenças mediante garantia de proventos próximos da remuneração da atividade;

(h) agilização da administração através da simplificação de métodos e rotinas, eliminando-se procedimentos desnecessários e burocratização dos processos, adotando-se a utilização efetiva e econômica dos equipamentos, instalações e espaços físicos;

(i) adoção de sistemas adequados de administração de obras e de serviços gerais necessários à melhoria da eficiência da máquina administrativa federal;

(j) revisão dos critérios que orientam a moradia funcional e prestação de alimentos e serviços domésticos a servidores públicos.

Para viabilizar seu Plano de Trabalho, o DASP procedeu à reformulação de sua estrutura, com o fim de concentrar esforços na área de pessoal.

REVISÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Enquadramento dos servidores disponíveis e em disponibilidade

Tal enquadramento beneficia cerca de 30 mil servidores, que serão incluídos no Plano de Classificação de Cargos, abrangendo o pessoal alcançado pelo art. 3º da Lei nº 6.184/74 (ex-DCT, RFFSA, IBGE etc.) e os servidores cujos cargos foram extintos ou declarados desnecessários pelo Poder Executivo.

Revisão do sistema de promoção

O DASP está realizando estudos para correção de falhas existentes no sistema de promoção, com finalidade de conjugar os critérios de antiguidade e juízos de valor e eliminar a subjetividade absoluta, para que os servidores mais antigos não sejam prejudicados. Para tanto, deverão ser considerados aspectos como cursos de treinamento, assiduidade, capacidade de assimilação, iniciativa, criatividade, participação em tarefas especiais, produtividade, espírito público, etc. O DASP firmou convênio com a Fundação Getúlio Vargas objetivando estabelecer novos critérios de promoção, segundo as diretrizes básicas fixadas pelo DASP.

Revisão do Plano de Classificação de Cargos

Está em curso a revisão do Plano de Classificação de Cargos e Empregos, objetivando aperfeiçoá-lo mediante correção de disfunções detectadas com a implantação do novo sistema, além de adequá-lo à realidade social. O trabalho foi confiado à Fundação Getúlio Vargas, com assistência do DASP.

Inclusão de novos cargos no PCC

O Decreto nº 84.248, de 28/11/79, regulamentou a inclusão dos cargos e empregos integrantes da categoria funcional de Tradutor e Intérprete, do Grupo "Outras Atividades de Nível Superior".

Ajustamento do Grupo «Polícia Federal»

O DASP procedeu a estudos visando ao ajustamento da categoria funcional de Agente de Polícia Federal com as de Escrivão de Polícia Federal e Papiloscopista Policial, integrantes do Grupo «Polícia Federal».

A medida foi concretizada através do Decreto-lei nº 1.732, de 20 de dezembro de 1979, alterando-se a composição da categoria funcional de Agente de Polícia Federal, que passou a constituir-se de 3 classes ao invés de 4, o que possibilitou nivelar a referida categoria com as de Escrivão de Polícia e Papiloscopista Policial, de modo a ter as mesmas referências de vencimento atribuídas à categoria de Oficial de Chancelaria, do Grupo «Serviços Auxiliares».

Inclusão da categoria de Agente de Vigilância

O DASP concluiu estudos para a inclusão da categoria funcional Agente de Vigilância no Plano de Classificação de Cargos com finalidade de corrigir distorções havidas quando da criação de categorias que compõem o Grupo «Outras Atividades de Nível Médio» e a de Agente de Portaria, além de proporcionar o atendimento de justa reindicação dos antigos Guardas do Serviço Público.

RECURSOS HUMANOS

Formação de pessoal

A criação do Fundo Especial de Formação de Pessoal (FUNFORPE), instituído pela Lei nº 6.661/79, dotou o DASP de recursos financeiros que possibilitam desenvolver atividades referentes a recrutamento, seleção, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal civil e da União.

Gratificação por encargo de curso ou concurso

Atualizou-se o percentual da gratificação por encargo de curso ou concurso, em até 3% do valor da referência do servidor, no limite dos recursos próprios, e alterou-se para 30 horas aula mensais, por reconhecer-se como mais proveitoso para o resultado do aprendizado.

CENSO DOS SERVIDORES

O DASP está empenhado na realização de censo sobre o funcionalismo, através do qual possa contar com um instrumento capaz de gerar decisões ágeis e seguras, uma vez que são precárias as informações existentes. A eficiência do processo decisório pressupõe o conhecimento de dados confiáveis postos à disposição do administrador.

MEDIDAS VINCULADAS AO PESSOAL ATIVO

Implantação da ascensão funcional

A aplicação da ascensão foi deflagrada, pela primeira vez, em junho do ano passado, mediante concurso aberto a todos os servidores possuidores de habilitação profissional ou escolaridade exigida para ingresso na categoria funcional a que concorrem.

Transferência e movimentação de pessoal

Ampliou-se o instituto da transferência e da movimentação de funcionários e empregados, através do Decreto nº 83.614/79 e da Instrução Normativa nº 108/79, possibilitando-lhes a mudança horizontal de um cargo ou emprego para outro de denominação diferente. O objetivo social é propiciar a satisfação profissional do servidor, com a eliminação de óbices à realização do homem público, assegurando-lhe o direito à busca cotidiana e incansável de melhoria no trabalho.

Desburocratização do processo de diárias

O sistema de concessão e controle de diárias revelou-se, na prática, de custo operacional elevado, comprovadamente superior ao risco, contrariando princípio básico da Reforma Administrativa. Assim, orientado pela diretriz governamental de racionalização do trabalho administrativo, o DASP, em abril de 1979, deu nova regulamentação à matéria, concretizada pelo Decreto 83.396/79, simplificando a rotina referente à concessão de diárias e, ao mesmo tempo, assegurando reajuste permanente e automático dos respectivos valores. Num único instrumento reproduziram-se os casos gerais e especiais de afastamentos e procurou-se, também, simplificar o controle das concessões.

Imóvel funcional

O Decreto nº 83.397/79 alterou os critérios de desocupação de imóvel funcional, tendo em vista a preocupação com o amparo e a proteção da família e o cuidado especial para com os dependentes (anteriormente os critérios de desocupação eram drásticos no que respeita a prazos). Dilatou-se o prazo de desocupação de 15 para 180 dias no caso de falecimento do ocupante do imóvel, permitindo-se inclusive a continuidade por prazo indeterminado desde que haja servidor co-residente. Passou-se também a permitir ao dependente estudante permanecer no imóvel até a conclusão do semestre letivo.

Gratificação por operações especiais

O Decreto-lei nº 1.714, de 21-11-79, instituiu gratificação por operações especiais para os integrantes do Grupo «Polícia Federal».

deterindo aos policiais civis complementação do respectivo vencimento-base.

Gratificação de produtividade

O Decreto-lei nº 1.709, de 31-10-79, dispôs que gratificação de produtividade será paga aos membros do Ministério Público da União, aos do Distrito Federal e dos Territórios e aos integrantes do Grupo «Serviços Jurídicos».

A providência adotada visou atender à necessidade de reavaliação dos cargos, cuja baixa remuneração dificultava o recrutamento de servidores para atividades de grande relevância para o País.

O Decreto-lei nº 1.710/79 estendeu a gratificação de produtividade aos funcionários integrantes das categorias funcionais de Fiscal de Tributos de Açúcar e Alcool e Fiscal de Contribuições Previdenciárias.

Cuidou-se ainda de definir o valor do limite para gratificação de produtividade, estabelecendo-se o símbolo DAS-5 acrescido da respectiva Representação Mensal.

Reajustamento do salário-família

A Lei nº 6.711, de 1979, elevou em 50% o valor do salário-família, o que possibilitou melhoria aos servidores públicos que fazem jus a essa modalidade de benefício.

Reabertura de prazo para aposentadoria voluntária

A Lei Complementar nº 36, de 1979, reabriu o prazo para que o servidor posto em disponibilidade ou incluído em quadro suplementar possa aposentar-se voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, garantindo-lhe, logo que passe à inatividade, revisão dos respectivos proventos com base no novo Plano de Classificação de Cargos.

APOSENTADORIA E PENSÃO

Extensão do Plano de Classificação aos aposentados

A Lei nº 6.703, 79 estendeu aos funcionários aposentados antes da implantação do Plano de Classificação de Cargos as vantagens financeiras deste Plano. Através dessa medida, de grande alcance social, esses inativos, a partir de 1980, terão seus proventos atualmente calculados à base da classe inicial, revistos com base no vencimento correspondente à classe da categoria funcional em que seriam incluídos os cargos efetivos em que se aposentaram.

Nova sistemática de aposentadoria

A Lei nº 6.732/79 estabeleceu novo mecanismo de cálculo abrangendo todos os cargos ou funções em comissão exercidos num período de 30 anos, além de possibilitar a incorporação ao vencimento da atividade, de forma gradual, da gratificação de função (DAI) ou da diferença entre o vencimento do cargo em comissão, da função de confiança inclusive FAS, ou do cargo de natureza especial, e o vencimento do cargo efetivo.

Reajustamento de proventos

A Instrução Normativa DASP nº 105/79 disciplinou o reajustamento dos proventos da aposentadoria dos inativos amparados pela Lei nº 1.050/50, tomando por base o valor do vencimento correspondente à referência em que o inativo seria posicionado se estivesse em atividade. Esta providência tem grande alcance social, pois proporciona aos inativados, em decorrência de doenças graves especificadas em lei, a revisão dos seus proventos, aplicando-lhes o novo Plano de Classificação de Cargos na base das classes e referências da categoria funcional a que pertenciam, como se ainda estivessem no serviço ativo.

Reajustamento de pensões especiais

A Instrução Normativa DASP nº 106/79, em sintonia com a Instrução 105/79, estendeu o reajustamento às pensões especiais previstas nas Leis nºs 1.711/52 (art. 242) 3.768 e 5.057/60. A medida também de grande alcance social beneficiou a família dos funcionários falecidos, em atividade ou já aposentados antes do seu enquadramento no novo Plano, promovendo a atualização das respectivas pensões, quando decorrentes de acidente de serviço, doença profissional ou doenças graves especificadas em lei com base nas situações que teriam se vivos fossem.

Fixação do critério de pagamento de proventos

A Instrução Normativa DASP nº 107/79 elidiu as controvérsias relativas à aplicação do artigo 184 da Lei nº 1.711/52, que permite ao funcionário que contar 35 anos de serviço aposentar-se com proventos correspondentes ao vencimento da classe imediatamente superior ou aumentados de 20%, quando ocupante da última classe ou de cargo isolado. Registre-se que a administração concedia a vantagem com base na Referência padrão-salarial criada pelo Decreto-lei nº 1.445/76, enquanto que o Tribunal de Contas da União entende como Unidade-padrão a própria classe. Desse modo, ajustaram-se os critérios da administração com os do Tribunal de Contas da União.

Extensão de benefícios a aposentadorias especiais

A Lei nº 6.701, de 1979, estendeu os benefícios da aposentadoria com proventos da classe superior ou acrescidos de 20% (art. 184 da Lei nº 1.711/52) aos funcionários que, em decorrência de lei específica, se aposentam com tempo de serviço inferior a 35 anos. Neste caso se encontram, por exemplo, o ex-pracinha e a mulher, que podem se aposentar, voluntariamente, com 25 e 30 anos de serviço, mas não usufruíam dos benefícios do art. 184 da Lei nº 1.711/52, que exige 35 anos de serviço.

Grupo «Diplomacia» — vantagens do Art. 180

Cuidou-se de estender as vantagens do art. 180, da Lei nº 1.711/52, aos funcionários designados para o exercício, no exterior, das funções diplomáticas de caráter permanente. Com essa medida complementou-se a Lei 6.732/79.

Modernização administrativa

O Decreto nº 83.395/79 transformou a Secretaria de Unidades Residenciais (SEURI) em órgão autônomo, passando a denominar-se Superintendência de Construção e Administração Imobiliária (SU-CAD), o que concedeu ao órgão o grau de flexibilidade necessária às suas atividades. Através do mesmo decreto incluíram-se na estrutura básica do DASP a Coordenadoria de Assuntos Legislativos e a Coordenadoria de Comunicação Social, objetivando acompanhar e agilizar os processos relativos a pessoal, em tramitação no Legislativo, bem como manter o funcionalismo informado do andamento da política de pessoal adotada pelo Governo.

Atualização da legislação básica do servidor

O Estatuto do Funcionalismo, em vigor há mais de 27 anos, está sendo reexaminado, com vistas a sua atualização. O projeto já está em fase de exame e uma de suas inovações é a pretendida aproximação dos dois regimes de trabalho vigentes — estatutário e da CLT — de maneira a permitir uniformidade de direitos, vantagens e obrigações.

Construção e administração de imóveis

Entre as obras públicas de grande vulto concluídas em 1979 destacam-se o edifício-sede do MPAS, o anexo do Palácio do Planalto, o anexo do Tribunal Superior do Trabalho e o Complexo Administrativo do IBDF.

Encontram-se em andamento obras dos anexos do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Agricultura, serviços de terraplenagem e trecho de pavimentação na área destinada à expansão dos Ministérios, do Tribunal Federal de Recursos, dos Ministérios da Aeronáutica, Educação e Cultura, Trabalho, Marinha, Agricultura, Saúde, Comunicações, Fazenda, Exército, a reforma do Palácio do Planalto, a praça de esportes e auditório do anexo do Palácio do Planalto, auditório do MPAS, impermeabilização do espelho d'água do Ministério das Relações Exteriores, impermeabilização do edifício-sede do Superior Tribunal Militar, impermeabilização da cobertura e pintura do brise do STF e instalação de elevadores no Ministério da Previdência e Assistência Social.

No que se refere a obras públicas programadas para o ano de 1980 destacam-se a construção do anexo do Ministério da Indústria e do Comércio do MINTER do EMFA, do Ministério dos Transportes do Ministério da Justiça da SEPLAN os edifícios do Ministério Público do D.F. e Territórios, do Arquivo Nacional e do DNAEE.

No que concerne a habitações urbanas, as principais realizações foram a construção de 1.560 apartamentos localizados nas SQN 108, 307 e 308 com urbanização e infra-estrutura geral, 3 blocos de

apartamentos no SHCE—SUL; execução de galerias de concreto armado no núcleo «A» Sul, reforma dos blocos J e K da SQS 104; reformas em diversas unidades funcionais do Lago Sul; serviços de urbanização da SQS 213; obras de perfuração de poços tubulares profundos, em caráter pioneiro no núcleo «A» Sul. Paralelamente, foram realizadas reformas em vários blocos de apartamentos, além da administração dos imóveis funcionais.

A par disso encontra-se em construção bloco com 12 apartamentos na SQS 313, destinados a Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Com relação a obras programadas, com início até março/80, tem-se a construção de 1.092 apartamentos localizados no Plano Piloto e Cruzeiro.

A SUCAD está encarregada, ainda, de cadastrar e controlar a ocupação de imóveis residenciais e respectivas benfeitorias, estando sob sua administração 9 mil residências.

Serviços gerais

O DASP deu apoio ao Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), contactando freqüentemente com a STI/MIC e o CNP/MME, do que têm resultado fluxogramas de orientação aos órgãos sistêmicos quanto à aquisição e conversão de veículos para uso do etanol hidratado. Concernentemente à renovação da frota oficial de veículos, instituiu, no final do exercício de 1978, com vigência em 1979, um «caderno de controle» que vem possibilitando melhor avaliação dos custos operacionais, especialmente quanto ao consumo de combustível, objetivando minimizá-los. Ao final de 1979 baixou instrumento que reduz a potência motora de veículos de representação a gasolina, assim como a cota mensal desse combustível a eles destinada.

Na área de edifícios públicos e instalações, a realização de Licitação de Melhor Técnica, trabalho pioneiro no Distrito Federal, objetivou investigar o solo com vistas a definir tipos adequados de fundações e respectivas cargas admissíveis, no sentido de maior segurança nas edificações públicas. Quanto a prevenção contra incêndios, estabeleceram-se normas que cuidaram também da manutenção dos equipamentos para sua detecção e combate, visando a uniformizar procedimentos pelos órgãos sistêmicos. Cuidou, também, de orientar os referidos órgãos sobre programas e fiscalização dos serviços de limpeza e conservação.

Com a finalidade de fixar critérios de julgamento adequados, vem analisando estatisticamente os resultados de licitações de obras de engenharia. Acresce lembrar que estudos estão em andamento para definir a estrutura básica que comporá o «Caderno de Encargos de Obras».

No tocante a material, normas que haviam sido estabelecidas acerca de bens suscetíveis de alienação foram reformuladas, e estudos vêm sendo realizados para orientar as repartições integrantes do sistema no que diz respeito à gestão de estoque, ao controle do material permanente em uso, à especificação e padronização daquele rotineiramente utilizado.

DESBUROCRATIZAÇÃO

O PROGRAMA NACIONAL DE DESBURCOTIZACÃO, instituído em 18 de julho de 1979, funciona sob a orientação e coordenação de um Ministro Extraordinário e tem os seguintes objetivos: a) melhorar o atendimento do usuário do serviço público, legítimo destinatário da atividade da Administração; b) conceder prioridade especial ao pequeno, assim entendido o pequeno usuário, isto é, o de menor nível de renda, o pequeno empresário e o pequeno servidor, cujo trabalho será valorizado; c) reduzir a interferência excessiva do Governo na atividade do cidadão e do empresário; d) agilizar a execução dos programas federais para assegurar o cumprimento dos objetivos prioritários do Governo; e) intensificar a execução dos trabalhos da Reforma Administrativa de que trata o Decreto-lei nº 200; f) fortalecer o sistema de livre empresa, favorecendo a pequena e média, que constituem a matriz do sistema, e consolidando a grande empresa privada nacional, para que esta se capacite, quando for o caso, a receber encargos e atribuições que se encontram hoje sob a responsabilidade de empresas do Estado; g) impedir o crescimento desnecessário da máquina administrativa federal, mediante estímulo à execução indireta, utilizando-se o contrato com as empresas privadas capacitadas e o convênio com os órgãos estaduais e municipais; h) velar pelo cumprimento da política de contenção da criação indiscriminada de empresas públicas, promovendo o equacionamento dos casos em que for possível e recomendável a transferência do controle para o setor privado, respeitada a orientação do Governo na matéria.

Trata-se, como se vê, de Programa de inegável significado social e econômico, visto que, ao reduzir o peso excessivo da burocracia, tem o duplo propósito de humanizar o relacionamento do público com a Administração e dinamizar a iniciativa privada.

Em seus primeiros meses, o Programa atingiu a consciência popular e granjeou o apoio de vários segmentos da sociedade e dos meios de comunicação, o que é fundamental para o êxito de um trabalho que implica em substancial mudança de mentalidade, envolvendo inclusive o estabelecimento do princípio da presunção da veracidade das declarações do público e do servidor perante a Administração.

Nesse período inicial, o Programa já possibilitou a eliminação de mais de duzentos milhões de documentos supérfluos por ano e a deflagração de um importante processo de simplificação dos procedimentos internos da Administração Pública. Já foram expedidos, no âmbito do Programa, quinze decretos e sete decretos-leis, além de inúmeras portarias e resoluções normativas nos vários níveis administrativos. Ao mesmo tempo, expandiram-se extraordinariamente as delegações de competência, com o objetivo de acelerar as decisões. Buscando estimular a descentralização executiva, o próprio Presidente da República já delegou aos Ministros de Estado a competência para a prática de atos que correspondem a quase 50% das matérias objeto de decreto presidencial.

É propósito do Executivo ampliar o campo de simplificação dos processos burocráticos, para o que tem manifestado aos demais Poderes a sua disposição de assegurar-lhes a cooperação do Ministro Extraordinário, na medida em que for solicitada. É importante, finalmente, assinalar que, conquanto se trate de Programa Federal, vem ele encontrando ampla acolhida por parte dos Estados e dos Municípios de maior densidade demográfica, muitos dos quais já iniciaram a execução de Programas semelhantes.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República — SECOM, é o órgão público incumbido de formular e aplicar a política capaz de promover ampla divulgação dos projetos governamentais, de modo a informar a população nacional sobre os fundamentos e objetivos da ação administrativa e estimular a participação da comunidade nos eventos cívicos, contribuindo para a valorização da cultura nacional e para o maior conhecimento da realidade brasileira no próprio País e no exterior.

A decisão de criar a SECOM-PR foi definida nos seguintes pontos:

- (a) a abertura política altera profundamente as relações entre o Estado e a sociedade;
- (b) no regime democrático, o povo tem direito de saber o que fazem seus mandatários; porque o fazem; que ônus e benefícios decorrem dos atos do governo;
- (c) a participação voluntária do público é indispensável à solução dos grandes problemas nacionais;
- (d) conseqüentemente, é dever do Estado motivar os cidadãos para sua participação ativa na vida comunitária, social e política da Nação, bem assim promover o civismo e a identificação dos cidadãos com a história e a cultura nacionais;
- (e) por outro lado, a eficácia de qualquer ato, obra ou realização dos administradores depende, em larga escala, de que o povo os compreenda. E, com base nessa compreensão, possa avaliar a ação do Governo;
- (f) inversamente, esforços e objetivos perder-se-ão, na medida em que ausente ou insuficiente a participação de todos.

A SECOM foi criada pela Lei nº 6.650, de 23 de maio de 1979, ficando a ela vinculadas a Empresa Brasileira de Radiodifusão — RADIOBRAS e a Agência Nacional, mais tarde transformada na Empresa Brasileira de Notícias — EBN (Decreto nº 93.993, de 19 de setembro de 1979).

Pelo Decreto nº 83.539, de 4 de junho de 1979, foi reorganizado o Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, que se tornou integrado pela SECOM e pelas unidades de comunicação social dos Ministérios, dos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República e das entidades da Administração Indireta.

O exercício de 1979 foi em grande parte dedicado aos trabalhos de implantação da SECOM, de acordo com a estrutura básica aprovada pelo Decreto nº 83.559, de 7 de junho de 1979. Essa estrutura prevê, além dos órgãos-meio tradicionais, duas Secretarias finalísticas, que são a Secretaria de Imprensa e a Secretaria de Projetos Especiais.

Não obstante a intensa atividade de implantação, a SECOM desenvolveu amplo programa finalístico através de suas duas Secretarias especializadas e das empresas públicas que lhe são vinculadas: a RADIOBRAS e a EBN.

Secretaria de Imprensa

Cabe à Secretaria de Imprensa da SECOM promover a divulgação de atividades da Presidência da República, coordenar a área de imprensa do Sistema de Comunicação Social: manter relacionamento com os representantes da imprensa nacional e estrangeira, fornecer-lhes informações e coordenar o seu crescimento e acesso a locais onde ocorram eventos de que participe o Presidente da República.

Em 1979, a Secretaria de Imprensa desenvolveu intensa atividade no campo de suas atribuições, inclusive dando cobertura às viagens do Presidente da República a diversos Estados brasileiros e a Venezuela.

Secretaria de Projetos Especiais

A Secretaria de Projetos Especiais da SECOM tem por finalidade elaborar projetos de Comunicação Social do Poder Executivo e coordenar sua execução com o apoio das unidades setoriais do Sistema de Comunicação Social.

Além de uma série de importantes programas em cumprimento às suas atribuições, a Secretaria de Projetos Especiais realizou, em 1979, o I Seminário Nacional do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, com cerca de 300 participantes, para o encontro de formulas efetivas de coordenação, articulação, integração e operacionalização das atividades de Comunicação Social.

Empresa Brasileira de Notícias — EBN

Ao mesmo tempo que se adaptava a sua nova condição de empresa pública, a EBN deu prosseguimento à atividade implícita nas atribuições que lhe competem.

Consistiu essa atividade, em articulação com os órgãos competentes da SECOM e com a RADIOBRÁS, na distribuição de noticiário e material fotográfico ou eletrônico sobre atos e fatos da administração pública federal e outros de natureza política, econômico-financeira, cívica, social, desportiva, cultural e artística; na colocação da publicidade legal da administração direta e indireta e no fornecimento ao Ministro de Estado Chefe da SECOM dos meios necessários à formulação e implantação da política de Comunicação Social do Poder Executivo.

Empresa Brasileira de Radiodifusão — RADIOBRÁS

Durante o exercício de 1979, a RADIOBRÁS esteve empenhada em aparelhar-se para o pleno exercício de suas atribuições reformuladas, que incluem a cobertura radiotônica de regiões de baixa densidade demográfica e reduzido interesse comercial, e de áreas estrategicamente importantes para a integração nacional, como a Amazônia, além da transmissão de programas em línguas estrangeiras, dirigidos ao exterior.

Como integrante do Sistema de Comunicação Social, coube-lhe divulgar as realizações do Governo Federal nas áreas econômica, política e social, visando a estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento e, no exterior, ao melhor conhecimento da realidade brasileira.

Continuou a RADIOBRÁS a operar suas emissoras próprias e a explorar serviços de radiodifusão do Governo Federal, realizando também a difusão de programação educativa e recreativa.

POLÍTICA EXTERNA**RELAÇÕES EXTERIORES****AS GRANDES LINHAS DE AÇÃO***América Latina*

Em março esteve em Brasília o Chanceler argentino Carlos Washington Pastor, chefiando missão especial de seu país às cerimônias de posse do Presidente da República.

A realização da X Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC), em Buenos Aires, de 10 a 12 de setembro, permitiu examinar sob nova ótica assuntos de interesse econômico recíproco, em particular a ampliação do comércio bilateral, que já supera a expressiva marca de 1 bilhão de dólares.

A assinatura a 19 de outubro, do Acordo de Cooperação Técnico-Operativa entre os Aproveitamentos Hidrelétricos de Itaipu e Corpus constitui o ato de maior expressão nas relações do Brasil com a Argentina e o Paraguai. Esse ato trilateral dá forma e substância a amizade e cooperação que tem orientado nossa política com os países latino-americanos, representando o encontro de efetiva convergência de interesses para a obtenção de benefícios comuns.

No âmbito dos contatos entre autoridades dos dois países, registraram-se as visitas a Buenos Aires do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e do Ministro da Fazenda do Brasil.

O Presidente da República recebeu e aceitou convite oficial do Presidente argentino para visitar aquele país no transcurso de 1980.

As relações com o Chile desenvolveram-se dentro do espírito de cooperação, cabendo papel destacado ao campo econômico, no qual se revela crescente intercâmbio comercial.

Na qualidade de chefe da missão especial do Chile às solenidades da posse presidencial, em 15 de março, esteve no Brasil o Ministro da Defesa Nacional chileno; visitaram também o Brasil o Comandante-em-Chefe e o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea Chilena. Viajou a Santiago, a fim de participar das comemorações da Data Nacional do Chile, o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Realizou-se, em Santiago, a V Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena (CEC).

O Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, esteve em Brasília, na qualidade de hóspede oficial do Governo Brasileiro, por ocasião da posse do Presidente da República, acompanhado pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Ministro das Relações Exteriores. Foi firmado, em maio, significativo convênio de crédito entre o Banco do Brasil, através da CACEX, e o Governo paraguaio para o financiamento de usina siderúrgica no Paraguai, no valor de US\$77.500.912 00. O Governador de Santa Catarina visitou oficialmente o Paraguai para os festejos da Data Nacional paraguaia. Durante a realização da III Exposição Brasileira em Assunção, o Governador do Estado de São Paulo também visitou o Paraguai, e o Vice-Presidente da República participou dos festejos do aniversário de fundação da cidade de Assunção. No campo da integração física entre os dois países, foi celebrado acordo por troca de notas para estudar e formular as bases de um entendimento sobre interconexão ferroviária.

As relações com o Uruguai transcorreram em clima de cordialidade. Sobressaem o elevado volume das transações comerciais e as atividades sobre a área da bacia da Lagoa Mirim, onde os dois países desenvolvem importante projeto de irrigação e produção de energia elétrica no trecho limítrofe do Rio Jaguarão. O Chanceler uruguaio esteve em Brasília chefiando Missão Especial de seu País às cerimônias de posse do Presidente da República, e o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica do Brasil visitou o Uruguai.

No âmbito do Tratado da Bacia do Prata, o Brasil continuou colaborando para o desenvolvimento e a integração física da região. Realizaram-se reuniões das Áreas Básicas de Trabalho em que se agrupam as atividades do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), como a do Grupo de Trabalho sobre Transportes em seus diferentes meios e modos, em Assunção; do Grupo de Trabalho sobre cooperação em setores sociais (saúde e educação), em Montevideo; de Especialistas para a elaboração de um projeto de organização de um centro de documentação e dados hidrometeorológicos da Bacia do Prata, em Buenos Aires.

Com o Suriname e a Guiana sobressaem os entendimentos para a importação de alumina através de operação a ser compensada por exportações de bens e serviços. Prosseguem os estudos tendentes ao aumento das frequências e aperfeiçoamento dos transportes marítimos e aéreos e das comunicações postais e à interligação dos sistemas rodoviários com aqueles países. Deu-se início à cooperação técnica em matéria de álcool combustível, óleos comestíveis, saúde, pesquisas geológicas, etc.

A visita oficial a Brasília do Presidente do Peru deu ensejo à subscrição, pelos dois mandatários, da Declaração Conjunta Brasil-Peru e da Ata de Brasília. Durante a visita presidencial, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Peru assinaram o Tratado de Amizade e Cooperação, e o Governo peruano fez o depósito do Instrumento de Ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica. Da Ata de Brasília consta convite para que o Chanceler brasileiro se reúna com o Conselho de Ministros das Relações Exteriores dos países do Grupo Andino.

Aceitando convite do Presidente da Venezuela, o Presidente da República efetuou sua primeira viagem ao exterior visitando Caracas, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 1979, marcando o ponto mais elevado do processo de aproximação entre os dois países. O Ministro das Relações Exteriores visitara anteriormente a Venezuela — ocasião em que foi instalada a Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana — e a visita do Presidente Figueiredo contribuiu significativamente para implementar possibilidades do relacionamento bilateral. O «Encontro de Cooperação para o Desenvolvimento: Brasil-Venezuela», que congregou centenas de empresários dos dois países, propiciou exame da complementaridade das duas economias e novas modalidades de cooperação industrial e comercial.

As relações do Brasil com a Colômbia, o Equador e a Bolívia foram caracterizadas pelo desejo de intensificar os laços de amizade e entendimento nos planos econômico, comercial e cultural.

O Governo brasileiro recebeu visita oficial do Chanceler da Costa Rica; fez-se representar às solenidades da Independência de Santa Lúcia; e adotou medidas no sentido de prestar cooperação à Nicarágua, devastada pela guerra civil, bem como à República Dominicana, assolada por catástrofe natural.

A convite do Governo brasileiro visitou oficialmente o Brasil o Secretário de Relações Exteriores do México que, juntamente com o Ministro brasileiro das Relações Exteriores, inaugurou os trabalhos da Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Mexicana. Nos encontros realizados entre os dois Chanceleres foram examinados os meios e modos de serem ampliadas e intensificadas as relações bilaterais. A I Reunião da Comissão Mista apresentou resultados altamente satisfatórios para o estreitamento das relações bilaterais, sobretudo no que tange à análise do notável incremento do intercâmbio comercial e a projetos de interesse comum apresentados na área de cooperação científica e técnica.

África

Aprofundou-se substancialmente em 1979 a cooperação entre o Brasil e a África, sobretudo com relação aos países de língua comum, para os quais o Brasil é hoje importante fornecedor de bens, serviços e assistência técnica. Como expressão desse estreitamento de relações, ressaltam as visitas de personalidades africanas, como a da Delegação angolana à posse do Presidente da República; a do Ministro dos Petróleos de Angola; a do Presidente da Zâmbia; e a do Ministro do Comércio de Angola.

A presença do Ministro do Comércio Exterior de Angola à investidura do novo Governo brasileiro constituiu o primeiro passo concreto desse país para estabelecer relações privilegiadas com o Brasil.

A vinda do Presidente da Zâmbia a Brasília lançou as bases para maior cooperação econômico-comercial. Da visita do Ministro dos Petróleos de Angola resultaram acordos entre a empresa angolana SONANGOL e a PETROBRAS. A missão do Ministro do Comércio de Angola não somente ampliou as perspectivas para o comércio recíproco como definiu mais concretamente as conveniências do pronto restabelecimento da linha aérea comercial Rio-Luanda.

Em setembro, para as exéquias do Presidente Agostinho Neto, o Brasil enviou a Luanda missão de alto nível, chefiada pelo Ministro da Educação e Cultura.

As primeiras reuniões das Comissões Mistas Brasil — Guiné-Bissau e Brasil — Cabo-Verde realizaram-se naqueles países, sendo a delegação brasileira chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

Foi criada a Embaixada do Brasil na República Unida da Tanzânia, com sede em Dar-Es-Salaam.

Visitou também o Brasil o Ministro das Minas e Energia da Nigéria. Ao todo, o Brasil recebeu em 1979 dezoito delegações nigerianas, o que ressalta a amplitude nas relações com aquele país.

Em setembro realizou-se em Brasília a II Reunião da Comissão Mista Brasil — Costa do Marfim, com a presença dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Juventude, Esporte e Educação Popular daquele país. Visitaram ainda o Brasil, no correr desse ano, os Ministros marfinianos da Agricultura e da Produção Animal.

Estiveram no Brasil os Ministros dos Negócios Estrangeiros, do Urbanismo e da Informação da República do Senegal. O Secretário-Geral das Relações Exteriores realizou visita oficial ao Senegal, dando continuidade ao diálogo iniciado entre os dois Governos quando da visita do Chanceler senegalês.

Estiveram presentes à posse do Presidente da República delegações representando os Governos do Alto Volta, Costa do Marfim, de Gana, da República Popular Revolucionária da Guiné, da Libéria, do Mali, da Mauritânia, do Niger, da Nigéria, do Senegal, do Togo e do Zaire.

No mês de dezembro foi instalada a Embaixada do Brasil em Lomé, capital da República do Togo.

Oriente Próximo

O Brasil acolheu importantes delegações oficiais dos países da África Setentrional e do Oriente Próximo, ressaltando-se as comitivas chefiadas pelo Vice-Presidente da República do Iraque e pelo Ministro da Agricultura do Reino da Arábia Saudita, e enviou Missões, em nível ministerial, à Arábia Saudita, Argélia, Iraque e delegações de caráter diplomático ou técnico a esses e outros Estados da Região.

Reuniram-se durante o ano de 1979 as Comissões Mistas Brasil — Arábia Saudita, Brasil — Coveite e Brasil — Iraque, quando se passaram em revista os principais aspectos do intercâmbio econômico e cultural bilateral e foram estudadas medidas tendentes a estimular e diversificar as relações entre o Brasil e aqueles países.

Nos diversos organismos internacionais continuou o Brasil a propagar uma paz justa e duradoura no Oriente Próximo, tendo presente as recomendações das Nações Unidas no sentido da desocupação dos territórios ocupados pela força e do reconhecimento do direito que assiste a todos os povos da região, inclusive o palestino, a viver dentro de fronteiras negociadas e internacionalmente reconhecidas.

Estados Unidos e Canadá

O Vice-Presidente dos Estados Unidos da América visitou oficialmente o Brasil, entrevistando-se com o Presidente da República; foi então reafirmada a disposição de ambos os Governos de manterem consultas estreitas e freqüentes.

Visitou igualmente o Brasil o Conselheiro Científico e Tecnológico do Presidente dos EUA, acompanhado de comitiva integrada pelos representantes de alto nível de várias agências governamentais e do setor universitário norte-americano.

Realizou-se, em Washington, a VI Sessão do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil — EUA, no contexto do Memorando de Entendimento de 1976. As partes efetuaram exame das relações comerciais bilaterais e passaram em revista os assuntos econômicos internacionais de interesse mútuo. Ainda no âmbito do referido Memorando foi realizada em Washington a Segunda Reunião do Subgrupo de Agricultura.

Em setembro de 1979 reuniu-se pela primeira vez, em Ottawa, o Grupo de Trabalho Conjunto sobre Agricultura, criado pelo Memorando de Entendimentos, assinado pelos Ministros da Agricultura do Brasil e do Canadá em 1977. A reunião teve por objetivo exame de mecanismo permanente de consulta e troca de informações e de identificação de áreas de interesses comuns, com vistas à expansão agrícola.

Europa Ocidental

Em 1979 destacaram-se as visitas do Chanceler Federal da República Federal da Alemanha e do Presidente do Conselho de Ministros espanhol.

O Chanceler da RFA foi o primeiro Chefe de Governo alemão a visitar oficialmente o Brasil. Na ocasião, foram assinados Acordo de Transporte Marítimo e seu Protocolo Complementar, bem como dois Protocolos de Cooperação Financeira. Foi examinada a cooperação bilateral no campo da energia nuclear para fins pacíficos e considerados satisfatórios seus resultados.

A visita do Presidente do Conselho de Ministros da Espanha também foi a primeira de um Chefe de Governo espanhol ao Brasil. No plano político, avulta a criação de mecanismo especial de consultas anuais, em alto nível, entre os dois países.

Outras visitas de relevo ao Brasil foram a do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália — realizada no âmbito do mecanismo de consultas periódicas; do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica; do Diretor-Geral para as Relações Econômicas Exteriores do Ministério de Assuntos Econômicos dos Países Baixos — quando foi rubricado o Acordo de Cooperação Econômica e Industrial; de delegação de parlamentares da Assembléia da União da Europa Ocidental; do Ministro da Economia e de dois deputados da RFA.

Registraram-se ainda as seguintes reuniões de Comissões Mistas: em Oslo, a I Reunião da Comissão Intergovernamental para Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica entre o Brasil e a Noruega; em Brasília, a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha; em Paris, a II Reunião da Comissão Econômica Franco-Brasileira de Indústria e Comércio; em Bonn, a VI Sessão da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica.

Europa Oriental

A ampliação das relações comerciais continuou a ser a tônica do relacionamento com os países da Europa Oriental. Realizaram-se reuniões das Comissões Mistas com a URSS e a Tchecoslováquia, ampliando-se a cooperação entre o setor público e a iniciativa privada para melhor aproveitamento das oportunidades comerciais. Foram prorrogados até 1982 acordos de fornecimento de máquinas e equipamentos soviéticos ao Brasil e o de produtos brasileiros à URSS.

Realizou-se na União Soviética a II Reunião de Consulta sobre Transportes Marítimos entre o Brasil e a URSS.

Merecem realce também as visitas ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior e Economia Marítima da Polónia, Jerzy Olszewski; do Secretário de Estado do Ministério do Comércio Exterior da República Popular da Hungria, Béla Szalai; do Vice-Ministro do Comércio Exterior da URSS, Alexei Manjulo; do Vice-Ministro do Comércio Exterior e Economia Marítima da República Popular da Polónia, Ryszard Karski; e do Vice-Ministro do Comércio Exterior da RDA, Wilhelm Bastian.

Visitaram o leste europeu missões comerciais de companhias estatais brasileiras e de firmas privadas, entre as quais deve ser ressaltada missão à Romênia, pelos resultados alcançados.

Em abril, foi assinado novo acordo de comércio e pagamento com a República Popular da Hungria, em substituição ao de 1961.

Como uma forma de apoiar o incremento e a diversificação do intercâmbio comercial com a área, foram assinados acordos de cooperação, em nível empresarial, pela Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Câmaras de Comércio Exterior com a Câmara de Comércio da República Popular da Hungria e a Câmara de Comércio e Indústria da URSS.

O Brasil participou das feiras de Salina, Leipzig, Brno, Poznan, Zagreb, Plovdiv, Budapeste, além de terem sido organizadas mostras especiais de produtos brasileiros em Budapeste e Moscou. Por Acordo por Troca de Notas foram regulamentados os Escritórios comerciais da Tchecoslováquia e da RDA em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O esforço de ampliação das relações comerciais com o leste europeu, do lado brasileiro, teve na visita do Ministro das Minas e Energia à Romênia, em julho, seu ato mais significativo. Sendo a primeira visita oficial de um Ministro de Estado a Bucareste desde 1974, os resultados obtidos e as perspectivas que abriu indicam o grau de importância política a ela atribuída pelo lado romeno.

Ásia e Oceania

Realizou-se em agosto a II Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão. Nessa ocasião verificou-se, pela primeira vez, a visita conjunta ao Brasil dos Ministros Japoneses da área econômica, para uma troca de pontos de vista sobre a situação e perspectivas da economia dos dois países e a identificação de possíveis áreas de interesse para a cooperação bilateral.

Foi examinado o estágio de execução dos projetos binacionais aprovados durante a visita do Presidente Ernesto Geisel ao Japão, em 1976, e foram identificados novos empreendimentos conjuntos para o desenvolvimento da produção e das exportações agrícolas brasileiras, da exploração de minério de ferro e outros empreendimentos similares do projeto Carajás, dos transportes ferroviários, e ainda, a conveniência da intensificação das relações nos setores financeiros, da ciência e tecnologia e de cooperação técnica.

Os entendimentos realizados durante a Reunião Consultiva Ministerial foram aprofundados, ao nível empresarial, durante a visita realizada ao Brasil, em novembro, por comitiva de membros da Federação das Organizações Econômicas do Japão (Keidanren), integrada por diretores das maiores *tradings* e empresas industriais daquele país; manteve contatos com oito Ministros de Estado brasileiros e com diretorias das empresas públicas com interesses exponenciais na cooperação econômica Brasil-Japão.

Em maio, visitou o Brasil o Vice-Primeiro-Ministro chinês, Kang Shien, membro do Conselho de Estado que em seus contatos com a administração pública e com o empresariado, teve ensejo de verificar a relevância da experiência de desenvolvimento industrial brasileiro para diversos programas em execução no seu país. Na oportunidade foi assinado Acordo de Transporte Marítimo, que veio somar-se ao Acordo Comercial concluído em 1978 para disciplinar o crescente fluxo de trocas entre os dois países.

A Sessão Inaugural da Comissão Mista Brasil-Austrália, realizada em julho, permitiu constatar o grande avanço realizado no intercâmbio comercial bilateral em anos recentes, sobretudo do ponto de vista das exportações brasileiras. Por outro lado, a Comissão, estabelecida pelo Acordo Comercial firmado entre os dois países em 1978, identificou a perspectiva de criação de novos fluxos de comércio bilateral, bem como áreas de interesse para o estabelecimento de crescente cooperação econômica, industrial e tecnológica entre os dois países.

A vinda ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Malásia constituiu a primeira visita de um Chanceler dos países da ASEAN, Associação das Nações do Sudeste Asiático. Esse grupo de países (Malásia, Filipinas, Indonésia, Tailândia e Cingapura), com população conjunta de cerca de 250 milhões de pessoas, é uma das áreas de economia mais dinâmica do mundo assumindo importância cada vez maior para as atividades comerciais brasileiras na Ásia.

Em vista do grande interesse que desperta no exterior o Programa Nacional do Alcool, estiveram no Brasil em 1979 os Ministros da Energia da Nova Zelândia e das Filipinas, países que se dedicam, a exemplo do Brasil, ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia em substituição aos derivados de petróleo.

Realizou visita ao Brasil o Chanceler de Sri Lanka, que analisou com as autoridades brasileiras a possibilidade de intensificação das relações econômicas e comerciais bilaterais. Para aprofundar os contatos iniciados em Brasília, será enviada, proximamente, a Colombo, missão brasileira, que visitará também a Índia.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ONU

No âmbito do sistema das Nações Unidas, merece destaque a participação do Brasil na XXXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização, realizada de setembro a dezembro, cujos debates foram abertos pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, Chefe da Delegação Brasileira.

O Brasil participou igualmente das reuniões da Comissão de Desarmamento e do Comitê de Desarmamento das Nações Unidas, bem como da Conferência das Nações Unidas sobre Proibição ou Restrição ao Uso de Certas Armas Convencionais; das duas sessões anuais do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, principal órgão do sistema dedicado à promoção do progresso e bem-estar sociais, bem como da 35ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas; da VIII Sessão da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar; da VII Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente; da XXVIII Reunião da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas e, a nível regional, da Iª Conferência do Acordo Sul-Americano de Entorpecentes e Psicotrópicos; da XXII Sessão do Comitê das Nações Unidas sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior; da XVIII Sessão da Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL) e, no âmbito da mesma Comissão, da II Conferência Regional para a Integração da Mulher no Processo de Desenvolvimento da América Latina.

No que se refere a organismos internacionais especializados, o Brasil se fez representar na XXXII Assembleia Mundial de Saúde; na LXV Conferência Internacional do Trabalho, nas três sessões de 1979 do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, a nível regional, da XI Conferência dos Estados das Américas membros da OIT, na XX Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), bem como na I Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural promovida pela FAO; no VIII Congresso Meteorológico Mundial, da Organização Meteorológica Mundial.

O Brasil compareceu, ainda, na qualidade de observador e conforme praxe que data da criação do Movimento Não-Alinhado, à VI Reunião de Cúpula dos Países Não-Alinhados, realizada em Havana.

O Brasil foi eleito para os Conselhos Executivos da Organização Mundial de Turismo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental; para os Conselhos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental; para o Comitê Executivo da Organização Meteorológica Mundial e para os Conselhos Executivo e Consultivo para Assuntos Postais da União Postal Universal.

Vale notar ainda a realização, no Rio de Janeiro, do XVIII Congresso da União Postal Universal, sob a presidência do Brasil.

ALALC

Em 1979 o Brasil participou ativamente dos trabalhos relativos à reestruturação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) processo que se deveria encerrar no curso de 1980.

O Governo brasileiro recebeu, em visita oficial, a Junta do Acordo de Cartagena, oportunidade em que foram trocadas informações sobre as respectivas posições quanto à reestruturação da Associação, a situação atual do Grupo Andino e às perspectivas de cooperação mais íntima entre o Brasil e o Grupo.

Como nos anos anteriores o Brasil enviou Delegação composta de representantes dos órgãos governamentais e de setores comercial e industrial interessados a Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideo. Nas negociações relativas a Acordos de Complementação, que se realizaram paralelamente ao XIX Período de Sessões da Conferência, o Brasil firmou vinte e três Protocolos Adicionais a Sete Acordos.

OEA

A Organização dos Estados Americanos deliberou, já no início do ano, sobre a grave crise político-militar da Nicarágua. Em junho, a XVII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA aprovou Resolução que condenava o regime somozista e propunha sua imediata substituição, como solução para a crise. Em 25 do mesmo mês, em coerência com a Resolução adotada, o Governo brasileiro suspendeu relações com o Governo de Somoza.

O Brasil aderiu à mobilização internacional para ajuda à reconstrução da Nicarágua, através do envio de alimentos. Com vistas à cooperação a médio e longo prazo, o Brasil está examinando as solicitações recebidas daquele país e vem participando dos trabalhos do Comitê de Ação de SELA para a Reconstrução da Nicarágua.

Durante a IX Assembléia Geral Ordinária da OEA, realizada em La Paz, em outubro passado, foram aprovadas inúmeras iniciativas de importância para a cooperação hemisférica, dentre as quais mais se destaca a Resolução que recomenda o início de negociações com vistas a dar à Bolívia uma saída livre e soberana ao Oceano Pacífico e a Declaração de La Paz.

Registre-se a adesão do Brasil, na V Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, ao Comitê de ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, com sede no Rio de Janeiro.

Temas econômicos

O Brasil participou da V Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada em Manila, Filipinas. Na agenda destacaram-se temas como protecionismo, produtos de base, assuntos monetários e financeiros, tecnologia e cooperação econômica entre países em desenvolvimento. Dada a amplitude e a complexidade do temário e as profundas divergências de posição entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, muitos dos principais temas não chegaram a ser objeto de acordo, enquanto outros tiveram seu significado diluído em resoluções de conciliação.

No âmbito do GATT concluíram-se as Negociações Comerciais Multilaterais; sendo que na área normativa, foram negociados códigos sobre subsídios e medidas compensatórias, valoração aduaneira, licenças à importação, compras do setor público, barreiras técnicas ao comércio, comércio de laticínios e de carne bovina. As expectativas dos países em desenvolvimento não se concretizaram inteiramente, em grande parte devido à inflexibilidade dos países desenvolvidos e a seu maior interesse na liberalização do comércio mútuo.

Prosseguiu, também em nível bilateral, o esforço diplomático brasileiro para atenuar e superar a imposição de medidas protecionistas sobre as exportações. Nos Estados Unidos da América enfrentaram-se três investigações sobre prática de subsídios e no campo dos têxteis decidiu-se pela prorrogação, por troca de notas, do Acordo Bilateral de Têxteis Brasil-EUA, em vigor desde 1976. No âmbito europeu, as relações comerciais Brasil-CEE continuaram a sofrer efeitos nocivos de protecionismo comunitário, em detrimento do interesse exportador brasileiro, sobretudo nos setores das indústrias têxtil e siderúrgica. Entendimentos potencialmente positivos foram mantidos entre as partes, por ocasião da III Reunião da Comissão Mista Brasil-CEE, realizada quando da visita a Brasília do Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Econômicas Europeias.

A tendência declinante das cotações internacionais do café foi modificada pela suspeita de retração da oferta brasileira em função da geada que atingiu nossas plantações em meados de 1979. Envidaram-se esforços, junto com os países produtores, para implementar as cláusulas econômicas do Convênio Internacional, fortalecer e aperfeiçoar mecanismos de sustentação dos preços internacionais do produto.

No caso do açúcar — cujas baixas cotações prevaleceram durante a maior parte do ano de 1979 — os países produtores, com participação destacada do Brasil, trabalharam no sentido de obter recuperação dos preços, promovendo reuniões no âmbito do Acordo Internacional do Açúcar, do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar e do Conselho Interamericano Econômico e Social.

As três sessões de 1979 da Conferência de Cacau das Nações Unidas — cujo objetivo é concluir o Terceiro Acordo Internacional do Cacau, em substituição ao Acordo de 1975 — embora servissem para marcar o consenso entre países produtores e consumidores sobre grande parte das cláusulas do projeto do novo Acordo, não produziram o entendimento necessário à fixação dos níveis de preços que acionam o mecanismo regulador de preços no mercado internacional do cacau.

No quadro do Programa Integrado de Produtos de Base, encerraram-se, com êxito, as negociações do Acordo Internacional de

Borracha Natural, o primeiro concluído no âmbito daquele Programa e que prevê utilização de mecanismo de estoque regulador para ordenar os preços do mercado. Para a sua administração foi criado o Conselho Internacional de Borracha Natural. A constituição do Fundo Comum para o Programa Integrado de produtos de Base foi objeto de consenso durante a Terceira Sessão da Conferência Negociadora das Nações Unidas. Desenvolveram-se, em consequência, trabalhos de elaboração de convênio constitutivo do Fundo.

As negociações do novo Acordo Internacional sobre Trigo, Cereais Secundários e Ajuda Alimentar, que deveria substituir o Convênio de 1971, foram suspensas em fevereiro de 1979 sem que fosse possível chegar-se a entendimento quanto às cláusulas relativas a preços e mecanismos reguladores do mercado. Em consequência, o Acordo Internacional do Trigo de 1971 foi prorrogado até 30 de junho de 1981 na sua versão atual, sem dispositivos econômicos.

Foram concluídas, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), negociações para a Convenção sobre Proteção Física do Material Nuclear, cujo texto final atende aos interesses do Brasil. Ainda sob a égide da AIEA e a presidência do Brasil, realizaram-se mais duas reuniões do Grupo de Consultores para o estabelecimento de um regime internacional de armazenamento de plutônio.

No âmbito da cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha, cabe destacar o prosseguimento das obras da Central Nuclear de Angra-II, bem como a implementação dos demais aspectos do Acordo de Cooperação Nuclear, incluindo a transferência da tecnologia que nos permitirá o domínio do ciclo completo do combustível nuclear.

Por ocasião da visita ao Brasil do Chanceler da República Federal da Alemanha decidiu-se que os dois países envidariam esforços para sensibilizar a comunidade internacional sobre o problema da segurança de reatores nucleares. Em consequência, por iniciativa dos dois países, estabeleceu-se grupo de trabalho para considerar esse importante setor para o desenvolvimento de energia nuclear.

Também no plano bilateral iniciaram-se conversações sobre cooperação nuclear para fins pacíficos com a Venezuela e o Iraque, sendo o Brasil a parte fornecedora de assistência técnica e de equipamentos no setor nuclear.

O ano de 1979 foi difícil para os países importadores de petróleo. Os preços do produto foram aumentados a cada reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Foi, contudo, possível manter os fornecimentos necessários ao consumo brasileiro, graças a vigorosa ação diplomática e comercial.

Realizou-se em São José da Costa Rica reunião ministerial extraordinária da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), com objetivo de debater a atual conjuntura energética mundial bem como as possibilidades de cooperação latino-americana em matéria de energia. A reunião aprovou por unanimidade a chamada "Declaração de São José", pela qual se recomenda aos governos dos Estados-membros medidas para efetivar a cooperação energética regional.

Foi assinado em Brasília, por ocasião da visita do Vice-Primeiro-Ministro da República Popular da China, acordo que estabelece o princípio da preferência por navios de bandeira nacional no transporte do intercâmbio comercial entre os dois países e disciplina as várias atividades e operações relacionadas com o transporte marítimo.

Na área de transporte aéreo o Brasil concluiu acordo sobre rotas com o Suriname — o primeiro negociado por aquele país no âmbito latino-americano — e acordo com a Venezuela para evitar a dupla tributação da renda das empresas de transporte aéreo dos dois países.

Ademais, foram realizadas reuniões bilaterais sobre transporte aéreo com a República Federal da Alemanha, Argentina, Chile, França, Iraque, Panamá, Paraguai e Peru.

No setor dos transportes terrestres cabe ressaltar a IX Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes do Cone Sul, realizada em Cochabamba, na qual foi alcançado consenso sobre a justa compensação pelo uso da rede viária dos países transitados.

A X Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasil-Argentina de Coordenação estabeleceu acordo sobre a questão de peso e dimensões de veículos, confirmou a habilitação do ponto de fronteira Dionísio Cerqueira-Bernardo Irigoyen e ratificou o aumento da capacidade nominal de carga das frotas dos dois países de 12 para 16 mil toneladas.

O Brasil fez-se representar nas reuniões dos órgãos responsáveis pela aplicação do Convênio Internacional de Transportes Terrestres de 1966 e do Comitê Permanente de Fronteira Foz do Iguaçu-Puerto Presidente Stroessner.

O Brasil foi sede do XVIII Congresso da União Postal Universal, evento máximo da União, que se realiza a cada cinco anos, e apresen-

tuou proposta de inclusão, no texto da Convenção da UPU, do serviço de correspondência agrupada, atividade na qual o Brasil é pioneiro no mundo.

Ao término de seu mandato na presidência da Conferência Interamericana de Telecomunicações, na III CITEI, realizada em Buenos Aires, o Brasil foi eleito para a presidência da Comissão Técnica Permanente II (Radiodifusão). Além disso, foi intensa a participação do País na Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações, realizada em Genebra, com a finalidade de rever e atualizar o regulamento mundial sobre a matéria.

Atuou o Brasil nas XXXIV Reuniões Anuais das Assembléias de Governadores do Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, na XX Assembléia Anual de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e VI Reunião Anual da Junta de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento. Além disso, tornou-se o Brasil membro do Banco Africano de Desenvolvimento e do Grupo de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico do Caribe.

Em 1979 prosseguiram os esforços para a implantação do Sistema de Informações Econômicas (SIE), com o objetivo de criar uma rede eficaz de informações entre as missões diplomáticas, o Itamaraty e outros órgãos públicos da área econômica no Brasil. O SIE ativou e uniformizou o fluxo de informações econômicas provenientes de 100 postos no exterior, submeteu-as a processo de análise e seleção e retransmitiu-as a aproximadamente 120 usuários no Brasil. Além do processamento das informações econômicas, foram elaboradas 12 resenhas mensais e o trabalho de fundo. Diagnósticos sobre Política Comercial e Comércio Exterior, Transportes e Comunicações. Energia e Recursos Minerais, Economia Brasileira e Produtos de Base.

Promoção comercial

As atividades de promoção comercial foram consubstanciadas no Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE), documento que consolida os programas singulares de 114 setores de Promoção Comercial em Embaixadas e Consulados brasileiros. O PPCE está estruturado em cinco Subprogramas de atividades: Subprograma de Operações de Promoção Comercial, Subprograma de Informação Comercial, Subprograma de Mostras e Turismo, Subprograma de Estudos e Pesquisas de Mercado e Subprograma de Organização e Modernização. Durante o ano de 1979, na execução do PPCE foi dada ênfase ao aperfeiçoamento dos meios promocionais e organização do Sistema, com vistas a tornar possível um substancial aumento na produtividade dos recursos financeiros, materiais e humanos à sua disposição.

Merecem especial destaque na execução do Programa de Promoção Comercial no Exterior as atividades do Subprograma de Operações de Promoção Comercial, em razão das profundas alterações que se vêm processando no comércio internacional, com crescente presença do Estado induzindo e orientando fluxos, oportunidades e situações. Tal fenômeno se apresenta ainda em maior grau nos países em desenvolvimento, onde o Estado é o principal cliente.

As atividades de apoio a empresas brasileiras no mercado dos países em desenvolvimento mereceram tratamento prioritário em 1978, os países em desenvolvimento absorveram 25,8% das exportações totais brasileiras e 42,3% das exportações de produtos manufaturados. Cabe registrar que foram concluídas com sucesso várias operações referentes à prestação de serviços de engenharia e consultoria, com países em desenvolvimento.

Na área do Subprograma de Informação Comercial foram distribuídas a 7.950 empresas exportadoras, até o mês de novembro, 2.818.865 peças de informação acerca de oportunidades específicas de negócio no exterior para produtos brasileiros, seja pela venda direta de produtos e serviços, seja pela participação em concorrências públicas.

A Revista «Comércio Exterior», bimensal, alcançou em 1979 tiragem de 13 mil exemplares, tratando de temas de interesse geral para o exportador brasileiro. O Caderno de Projetos do Boletim da Revista «Comércio Exterior» comprovou sua valia na divulgação precoce de projetos de engenharia a serem realizados nos países em desenvolvimento. A Revista «Brasil — Comércio e Indústria», em cinco idiomas (português, inglês, espanhol, alemão e francês), tem-se revelado um poderoso instrumento para a divulgação de produtos brasileiros no exterior.

No âmbito do Subprograma de Mostras e Turismo, o MRE promoveu, em 1979, a participação de empresas brasileiras em 87 amostras de produtos manufaturados no exterior, nas Américas, Europa, África e Ásia.

No quadro do Subprograma de Estudos e Pesquisas de Mercado deu-se continuidade ao trabalho de identificação de produtos exportáveis não-tradicionais, para a elaboração de nova tabela básica de oferta, no quadro do Subprojeto Diretor, que constitui a base me-

todológica para a elaboração de pesquisas de mercado da série «Mercados para o Brasil», da qual já foram editados, até o final de 1979, 93 títulos.

Na execução das atividades do Subprograma de Organização e Modernização, que supre o Sistema de Promoção Comercial do MRE com recursos financeiros, gerenciais e humanos, especial atenção foi atribuída em 1979 ao aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais. Na área da formação de recursos humanos para o Sistema realizou-se processo de seleção de participantes ao V Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial, com 970 candidatos inscritos para 40 vagas oferecidas. O Programa objetiva treinar, por um período de dois anos, nos Setores de Promoção Comercial de Embaixadas e Consulados brasileiros no exterior, profissionais de nível superior que, uma vez concluído o estágio, serão reintegrados no mercado nacional de trabalho.

Cooperação científica, técnica e cultural

O MRE, em consonância com as diretrizes gerais da política externa, ampliou seletivamente sua atuação nos campos da cooperação intelectual, da divulgação, da difusão cultural, da cooperação técnica e da ciência e tecnologia.

Foram oferecidas 1.390 novas vagas em 1979 para o início de cursos de graduação em universidades brasileiras a estudantes de países da América Latina e da África, de onde procedem cerca de dez mil de um total já superior a doze mil estudantes que, a cada ano, freqüentam as diversas séries dos cursos universitários no País. No mesmo período foram concedidas 90 bolsas de estudo para cursos de pós-graduação e especialização a graduados de 33 países em desenvolvimento. O DCT subvencionou as atividades de 16 Centros de Estudos Brasileiros no continente americano, dedicados ao ensino de português e civilização brasileira, e de 40 leitores de português e literatura brasileira em universidades da América, África e Europa.

Tiveram início em 1979, a título experimental, as transmissões internacionais em ondas curtas da Radiobrás, cuja programação definitiva daquela vem sendo especificada em entendimentos da direção daquela empresa com o Itamaraty. Dentre os projetos do setor de televisão destaca-se o que está prestes a ser definido entre a Fundação Padre Anchieta e a Rádio Televisão Portuguesa, para a co-produção de filmes e programas. No campo do cinema, adquiriram relevância os projetos de co-produção, dentre os quais longa-metragem «Bachianas Brasileiras» produzido no contexto das comemorações do 20º aniversário da morte de Heitor Villa-Lobos.

As homenagens a Villa-Lobos foram incluídas entre as atividades de difusão cultural em 1979, sob a forma de concertos, conferências e programas de rádio em diversos países. Foram patrocinadas exposições coletivas de gravadores e desenhistas contemporâneos e difundidos trabalhos de outros artistas brasileiros. Na área do cinema, esteve o Brasil presente nos festivais de Cannes, Berlim, Veneza e Nova York, e realizaram-se semanas de divulgação do cinema brasileiro em 5 capitais latino-americanas e 3 africanas. As obras literárias de autores brasileiros foram objeto de edições patrocinadas em 5 países.

No plano da cooperação técnica multilateral, aumentou-se em 14% a contribuição voluntária do Brasil ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Foram implementados diversos projetos no âmbito da cooperação técnica entre países em desenvolvimento. No que concerne à cooperação bilateral recebida, deu-se continuidade aos programas em execução com 6 países desenvolvidos. A cooperação técnica concedida, por sua vez, teve expansão sem precedentes, registrando-se sensível aumento das iniciativas brasileiras no Caribe e na América Central, paralelamente ao crescimento da cooperação com países africanos e à execução de projetos pioneiros em nações asiáticas.

O ano de 1979 registra expressivo incremento das atividades na área da ciência e tecnologia. Consolidou-se a implantação do Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior, cujos usuários, que hoje superam a casa de um milhão, foram atendidos em cerca de 800 consultas, das quais resultou a remessa de 4 mil informações e 13.500 documentos de interesse permanente. No campo da cooperação bilateral merecem registro os ajustes complementares de cooperação científica e tecnológica em fase adiantada de negociação com a Bolívia, o Chile, a França, a Índia e a Itália, assim como importantes reuniões, entre outros países, com o México, a Argentina e a Venezuela. Revestiu-se de êxito o I Simpósio Nipo-Brasileiro de Ciência e Tecnologia, organizado na Universidade de Tóquio. No plano multilateral o Itamaraty coordenou a participação brasileira nas reuniões da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, do Programa Hidrológico Internacional, do Programa Geral de Informação e do UNISIST-II, além da importante conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.

No que diz respeito à informática, foram significativas as reuniões promovidas pelo IBI (Bureau Internacional de Informática), que contaram com a participação ativa do Itamaraty e ensejaram a solicitação, por parte daquele Bureau, do concurso do Brasil na assistência a países da América Latina e da África.

JUSTIÇA

Na área do Ministério da Justiça foram levadas a termo numerosas realizações, dentre as quais merecem um primeiro destaque três projetos de lei da maior importância para a evolução política do País:

Pela mensagem 103/1979, submeteu o Governo ao Congresso Nacional o projeto de reforma partidária, convertido em lei após amplo debate em que se envolveram os mais diversos segmentos da sociedade. Objetivou-se, com o projeto, regulamentar a Emenda Constitucional nº 11 e abrir novos caminhos no que tange à fundação, à organização e ao funcionamento das instituições partidárias. Foram, assim, estabelecidas as condições legais para que as diversas correntes de pensamento possam, sem obstáculos, constituir-se em partidos aptos a suscitar participação autêntica e democrática a todos os níveis da comunidade nacional.

Projeto propondo anistia aos punidos com base nos atos revolucionários foi transformado em lei, que teve sua aplicação regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979. Ato eminentemente político, a anistia manteve a boa tradição brasileira, ao fazer clara opção de evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade; ao mesmo tempo que assegurou a integral defesa desta, pela exclusão de seu benefício aos condenados pela Justiça Militar em razão da prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

Estes últimos foram ulteriormente contemplados pelo indulto natalino, concedido através do Decreto nº 84.223/79, como fator já integrante de tradição cristã que norteia os destinos de nosso povo. O indulto, bastante abrangente, beneficiou os condenados a penas privativas de liberdade não superiores a quatro anos, incluindo os sentenciados por crimes políticos e excluindo aqueles em cujas sentenças tenha sido reconhecida a condição de traficantes de entorpecentes ou substâncias que criam dependência física ou psíquica.

Essas três realizações, além de favorecerem a compreensão e o convívio entre brasileiros, contribuíram para tornar irreversível o processo de aperfeiçoamento institucional em que se empenham o Governo e o País.

Nesta mesma orientação, vale salientar o revigoramento de três Conselhos cuja ação é indispensável à textura do convívio democrático.

Foi reativado o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que desde maio de 1979 vem realizando regularmente reuniões com vistas a examinar providências, averiguações e atos administrativos que de outro modo ficariam carentes de tratamento racional e objetivo.

A reconvocação do Conselho está a proporcionar o exercício indispensável de um saudável diálogo com importantes segmentos da sociedade civil que nele encontram campo de entendimento com os setores governamentais mais diretamente relacionados à proteção dos direitos da pessoa humana.

Ao Conselho foi confiado o estudo da violência e da criminalidade que afetam de modo preocupante os grandes centros urbanos. Para tanto constituíram-se dois grupos de trabalho, com a participação de especialistas nas áreas das ciências jurídicas e sociais.

O relatório dos trabalhos e pesquisas, desenvolvidos pelos grupos, foi enriquecido com as contribuições dos Secretários de Justiça e de Segurança Pública do País, reunidos em encontro nacional, de 22 a 24 de outubro, na sede do Ministério da Justiça.

Evidentemente, não se pensou erradicar o fenômeno da criminalidade violenta a partir de estudos e considerações teóricas, mas procurou-se conjugar as reflexões dos cientistas sociais às experiências dos Secretários de Justiça e Segurança na formulação de medidas específicas, destinadas a restituir às famílias e às cidades uma qualidade de vida fundada em um relacionamento humano mais seguro e confiante.

Foi reestruturado e transferido para Brasília o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com os meios necessários à execução de seu objetivo legal de contenção dos abusos do poder econômico em matéria de domínio do mercado, eliminação da concorrência

e aumento arbitrário dos lucros. Cabe destacar o apoio do DASP ao plano de classificação de cargos e funções de direção e assessoramento do Conselho.

Foi também implantado o Conselho Superior de Censura, cuja criação remonta a 1968. Tem por tarefa elaborar normas e critérios que orientem a atividade censória, bem como rever, em grau de recurso, as decisões tomadas com relação à censura de espetáculos e diversões públicas.

Contando com a participação de diferentes setores da cultura brasileira, o órgão se reúne mensalmente e sua atuação está permitindo não apenas fixar parâmetros censórios uniformes, mas levar em conta as exigências e as aspirações culturais da sociedade como um todo.

A ação cultural do Ministério da Justiça traduziu-se, no período, em diversas iniciativas no campo das ciências jurídicas, com vistas a preservar o acervo histórico do País e a fomentar o mais amplo acesso às obras de cunho científico e às fontes fundamentais.

Nesse sentido foram concebidas três coleções de livros: «Memória Jurídica Nacional», «Pensamento Jurídico Contemporâneo» e «Biblioteca Jurídica Nacional». As duas primeiras deram origem à edição das obras «História do Direito Nacional», de Martins Júnior e «Tópica e Jurisprudência», de Theodor Viehweg.

Está previsto para os próximos cinco anos a edição, nas três séries, de cerca de 300 obras relacionadas aos diversos campos do Direito que, por sua importância e raridade, merecem ser colocadas ao alcance do público.

Deve-se sublinhar ainda a reformulação da revista «Arquivos», cujo 152º volume já está aparecendo com feição gráfica nova e conteúdo mais abrangente.

Todas essas iniciativas no campo histórico-cultural serão reforçadas e enriquecidas com o projeto de criação da Fundação Teixeira de Freitas, voltada para a organização jurídica nacional, a consolidação da Legislação Brasileira, o programa editorial na área do Direito e a preservação da memória jurídica nacional.

O Poder Executivo contará, assim, com o concurso de um centro de alto nível para organizar, divulgar e estudar não só a lei como também a jurisprudência e a doutrina, em harmonia com os demais poderes da República.

Com o objetivo de ampliar as garantias indispensáveis ao exercício das atribuições constitucionais do Poder Judiciário e de contribuir para dotá-lo dos instrumentos que tornam a justiça mais rápida e acessível a todos os brasileiros, estão em andamento os trabalhos da Reforma Judiciária preconizados pela Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977.

Particular atenção estão a merecer os problemas relativos à modernização administrativa dos órgãos do Poder Judiciário; oficialização da serventia; mais condigna remuneração dos magistrados e compatibilização dos quadros de pessoal da Magistratura e dos Serviços Auxiliares à necessidade dos jurisdicionados.

Neste sentido foi redigido o anteprojeto de Lei Complementar nº 37/79, que alterou a Lei Complementar nº 35/79, Lei Orgânica da Magistratura; preparou-se projeto sobre organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios; elaborou-se proposta relativa à equiparação dos Procuradores Militares de 3ª categoria aos de 2ª e preparou-se anteprojeto para a criação de órgãos e cargos da Justiça Federal e do Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.

A política de nacionalidade, cidadania, direitos políticos e garantias constitucionais foi bastante dinamizada com a transferência do Departamento Federal de Justiça para Brasília. Estudos de racionalização administrativa demonstraram a necessidade de atualizar as diretrizes governamentais em matéria de política migratória.

Neste sentido, ficou caracterizada a exigência de reunir em um só órgão os serviços de seleção, entrada, distribuição, fixação e fiscalização de estrangeiros, coordenando-os com os de naturalização e colonização. Tais providências simplificarão a burocracia e melhorarão a qualidade de atendimento aos estrangeiros.

Na área de segurança de trânsito, medidas normativas têm permitido modificar o Código Nacional de Trânsito no sentido de facilitar o atendimento ao público e simplificar os trabalhos dos órgãos do Sistema.

Alterações específicas foram introduzidas no que se refere à habilitação dos condutores, ao registro e licenciamento dos veículos, à adaptação das regras de circulação às normas da Convenção de Viena, de 1968.

Quanto às medidas executivas, desenvolvem-se trabalhos de educação para o trânsito, de aparelhagem dos órgãos técnico-administrativos do Sistema, de pesquisas sobre acidentes e diferentes aspectos relacionados à segurança dos usuários.

Um programa especial de aumento da capacidade, segurança e fluidez das vias urbanas está sendo implantado em 27 cidades de grande e médio portes.

A aplicação das diretrizes do Plano Nacional de Segurança do Trânsito constitui objeto de trabalho integrado e permanente do Departamento Nacional de Trânsito, em colaboração com outras entidades do Sistema Nacional de Trânsito e os órgãos locais responsáveis pela execução dos projetos.

A administração penitenciária é orientada pelas diretrizes da Política Penitenciária Nacional, tendentes a uniformizar as condições de execução das penas.

Estão sendo edificados estabelecimentos em conformidade com os ditames da moderna arquitetura prisional, e devidamente equipados.

Todos os estabelecimentos estão recebendo cursos de alfabetização do Mobral e cerca de 4 mil presos seguiram o treinamento profissionalizante promovido através de convênio com o Ministério do Trabalho.

Recursos alocados à Polícia Federal possibilitaram intensificar as obras da Academia Nacional de Polícia, cuja conclusão está prevista para 1980. As novas instalações permitirão ampliar, diversificar e aprimorar a formação dos recursos humanos indispensáveis à execução das tarefas confiadas ao Departamento de Polícia Federal.

Foi implantado, no âmbito do DPF, o projeto SINPI — Sistema Nacional de Procurador e Impedidos — com a finalidade de reunir todas as pessoas procuradas, por motivos diversos, por familiares ou autoridades, assim como aquelas impedidas de entrar ou sair do País.

Resultados excelentes foram obtidos na área de Polícia Fazendária, com redobrada atuação no que tange ao contrabando de café. A colaboração dos órgãos de Segurança dos Estados e de frações das Forças Armadas possibilitou progressos consideráveis na identificação e anulação de fontes e agentes do tráfico de tóxicos.

As atividades do Departamento de Imprensa Nacional desenvolvem-se com o objetivo de racionalizar os custos de produção industrial, acelerando o processo de transferência de suas instalações para Brasília. Está sendo melhorado o padrão gráfico e editorial, tanto dos Diários Oficiais quanto das publicações para os órgãos públicos. Estudos em via de realização permitirão conhecer a melhor alternativa de modernização do Departamento, tendo em conta as atuais exigências editoriais do serviço público.

FORÇAS ARMADAS

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Durante o ano de 1979 o Estado-Maior das Forças Armadas, dentro de sua atribuição precípua, prosseguiu estudos para a fixação da política, da estratégia e da doutrina militares; ao mesmo tempo em que elaborou e coordenou planos e programas delas decorrentes.

Sem perder de vista as peculiaridades e a autonomia das Forças Singulares, atuou o EMFA, de maneira intensa, na busca de solução para os problemas comuns às Forças Armadas, fortalecendo o entrosamento cada vez maior entre estas e o EMFA.

Nesse sentido, está em vias de consolidar a Doutrina Militar Brasileira para as operações combinadas e conjuntas e instituir um Sistema Nacional de Mobilização, procurando estimular o desenvolvimento harmônico do Poder Nacional.

Entre as atividades e trabalhos mais importantes desenvolvidos em 1979 incluem-se:

(a) exame de planos e programas apresentados pelas Forças Singulares, particularmente dos referentes ao preparo do Poder Militar; pôde, assim, coordenar os Planos de Aprestamento elaborados pelas Forças Singulares, os quais, após consolidados, foram submetidos à apreciação do Conselho de Chefes de Estado-Maior e encaminhados à consideração do Presidente da República;

(b) elaboração de diretriz para reformulação da Lei de Remuneração dos Militares e preparação de projeto de alteração da lei, apreciado pelo CONCEM e remetido posteriormente à Presidência da República;

(c) elaboração de diretriz e projeto de atualização da Lei de Pensões Militares, submetidos às Forças Singulares, que os estudaram e sugeriram alterações; já compiladas, essas sugestões aguardam apenas apreciação final;

(d) elaboração de anteprojeto de lei para alteração do Estatuto dos Militares, com intensa participação das Forças Singulares objetivando ajustar a atual lei básica e geral de pessoal à dinâmica de cada Força;

(e) realização de viagem de estudos à Amazônia, o que permitiu atualização das informações nos campos econômico e psicossocial de

interesse comum às Forças Armadas, apresentadas pelos Governos dos Estados e Territórios, pela SUDAM e pelos diretores de projetos mais importantes visitados naquela área; no campo militar foram avaliados os principais problemas relacionados com os planos de segurança externa e interna, aspectos da logística, comunicações, transportes e mobilização militar, apresentados pelos grandes Comandos Militares da região;

(f) estímulo à indústria bélica nacional, com o propósito de prover as necessidades das Forças Armadas, obter independência tecnológica no setor e incrementar as exportações;

(g) realização de estudos para a coordenação dos planos de pesquisa e desenvolvimento nas Forças Armadas, evitando-se duplicação de esforços e de gastos;

(h) direção superior do Serviço Militar; e

(i) estímulo e direção de competições esportivas entre as Forças Singulares e entre as Forças Armadas Brasileiras e as de países amigos.

Foi também relevante, durante o ano de 1979, a participação dos oficiais que representam o EMFA no Conselho de Desenvolvimento Industrial, no Conselho Nacional de Transportes, na Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, no Grupo Executivo de Indústria e Mineração, nos Conselhos Deliberativos das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, da região Centro-Oeste, do Nordeste, da região Sul e outras Comissões também relevantes.

Através da Comissão de Alimentação das Forças Armadas e em convênio com a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, o EMFA vem participando de pesquisas para aproveitamento da soja, alimento de elevado valor protéico, no preparo de rações operacionais para as Forças Armadas, incentivando a indústria na busca de alimentação de baixo custo para a população, com aproveitamento racional dos recursos naturais disponíveis.

A Escola Superior de Guerra, órgão subordinado ao EMFA, desempenhou com êxito importante tarefa na formação de novos quadros de assessoramento de alto nível, civis e militares, pertencentes aos principais setores representativos do País. Destaque-se também a prolicua atividade da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra que, através de seus ciclos de estudos, difunde com oportunidade conhecimentos nas mais diversas regiões do País, colaborando para o aperfeiçoamento das elites dirigentes.

O Hospital das Forças Armadas, também subordinado ao EMFA, vem prestando intenso atendimento à comunidade e dando especial apoio a organizações de saúde da área, no campo da medicina especializada, no setor de cirurgia e de terapia intensiva, além de manter convênios com diversas entidades civis.

EXÉRCITO

O ano de 1979 foi marcado por relevantes acontecimentos nos campos político, econômico e social que repercutiram com intensidade, nas principais atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro.

Ao iniciar-se a atual administração, o Ministro de Estado do Exército realizou análise da conjuntura nacional, objetivando orientar os altos órgãos da administração do Exército nos estudos e providências a serem postos em prática no curso de sua gestão. Tal exame considerou a situação política e a necessidade do acompanhamento das medidas projetadas e implantadas pelo Governo nesse campo, as dificuldades econômicas do País, os limitados recursos orçamentários disponíveis, as restrições ao consumo de combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo, e a obtenção prioritária no parque fabril nacional de todo material e equipamentos necessários.

As medidas e providências julgadas imprescindíveis e mais urgentes foram determinadas à alta administração do Exército e, posteriormente, consubstanciadas em nota ministerial que visava atenuar ou eliminar os óbices assinalados e permitir ao Exército continuar atuando com eficiência e operacionalidade no cumprimento de suas obrigações constitucionais.

O documento elaborado foi expedido aos órgãos de direção geral, órgãos setoriais e comandos militares de área, e abarcou os campos de estrutura, pessoal, material, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, instrução e adestramento do Exército.

Foram estabelecidos como objetivos da Força Terrestre:

(a) prosseguir na reorganização e no reaparelhamento do Exército, com vistas a racionalizar sua estrutura administrativa e operacional;

(b) prosseguir na execução do Plano para a Implantação da Infra-Estrutura Física de Apoio à Instrução e ao Adestramento do Exército Brasileiro (PAIEB);

- (c) melhorar o preparo dos quadros e da tropa;
- (d) incrementar a pesquisa científica e tecnológica dos materiais e equipamentos de interesse militares;
- (e) coordenar e integrar, nos diferentes níveis, as atividades de seleção, formação e aperfeiçoamento dos quadros permanentes e motivá-los, apesar de todas as dificuldades, para o exercício da profissão;
- (f) assegurar o bem-estar do homem, mediante assistência social de maior amplitude e efetividade; e
- (g) buscar maior economia no consumo dos derivados de petróleo, sem prejuízo da instrução e do adestramento.

As ações desenvolvidas pela alta administração do Exército, em obediência à orientação fixada na nota Ministerial, proporcionaram, ainda durante o ano de 1979, a concretização de algumas das medidas preconizadas. Os resultados positivos já obtidos permitem avaliação do acerto das providências adotadas e convicção de que serão atingidos, nos anos subseqüentes, os objetivos estabelecidos.

Organização e aparelhamento

Os trabalhos de reorganização e reaparelhamento do Exército prosseguiram durante o ano de 1979, tendo sido atingidas as metas estabelecidas nos diferentes projetos e programas.

O período caracterizou-se pelo esforço e pertinácia na consecução dos objetivos fixados, apesar das dificuldades de ordem econômica e de novos desafios para a solução de problemas surgidos, decorrentes da imposição de compatibilizar a aplicação dos recursos financeiros disponíveis com a necessidade de obtenção de maior operacionalidade.

Destacaram-se três importantes providências adotadas:

(a) implantação do Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) e do Sistema de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército da Ativa, Inativos, Pensionistas e seus Dependentes (SAMMED);

(b) criação do Centro Tecnológico do Exército; e

(c) diretriz ministerial à Indústria e Material Bélico do Brasil (IMBEL) relativa à fabricação de viaturas blindadas e carros de combate.

A implantação do Sistema de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército da Ativa, Inativos, Pensionistas e seus Dependentes teve-se a dois instrumentos principais:

(a) o Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército da Ativa, Inativos e os Pensionistas e seus Dependentes (SAMMED), utilizando recursos orçamentários destinados às despesas de capital e de administração das Organizações Militares de Saúde e à assistência médico-hospitalar, em função do fator de custos; e

(b) o Fundo de Saúde do Exército (FUSEX), empregando recursos extra-orçamentários obtidos mediante contribuição mensal dos militares e pensionistas e das indenizações hospitalares previstas.

O Centro Tecnológico do Exército (CTEx) destina-se a executar, no campo científico-tecnológico, a pesquisa, o desenvolvimento, o fomento industrial, a capacitação de recursos humanos, a informática, a normalização, a certificação de qualidade e as provas de equipamentos de interesse do Exército.

A diretriz à IMBEL definiu o pensamento do Ministério do Exército relativo à política de fabricação de blindados e viaturas militares, podendo ser sintetizada em:

(a) montagem final do produto a cargo de empresas genuinamente brasileiras;

(b) participação da IMBEL em empresas nacionais, através de composição ou estímulos às mesmas; e

(c) associação com empresas de capital estrangeiro, tão-somente visando à produção, no País, de conjuntos e componentes de tecnologia complexa, desde que não se faça concorrência predatória a empresas nacionais existentes e se estabeleçam planos de nacionalização progressiva dos produtos, realizáveis a curto prazo e com o máximo possível de aproveitamento de componentes fabricados no País.

Além das providências anteriormente destacadas vale ainda ressaltar:

(a) no campo do patrimônio imobiliário jurisdicionado ao Ministério do Exército, a continuação dos trabalhos de regularização de imóveis, com base na Lei 5.972/73; e

(b) no que se refere aos trabalhos desenvolvidos pela Diretoria de Obras Militares, a construção de 3 novos quartelamentos e o início de mais 3, a construção de 160 residências e o início de outras 130, melhoramentos na rede hospitalar, ampliações em 60 quartelamentos e recuperação de 350 prédios diversos; deve ser realçado, também, o estabelecimento de projeto, em fase final de programação, para a

construção de 10 mil Próprios Nacionais Residenciais (PNR) em todo o Brasil, com recursos extraordinários, o que permitirá diminuir o déficit existente.

Com a preocupação voltada para o reaparelhamento da Força Terrestre, o Exército empenhou-se no prosseguimento da política de modernização do equipamento, que pôde ser adotada graças aos recursos oriundos do Orçamento Programa, do Plano Especial de Reaparelhamento do Exército (PERE) e do Fundo do Exército.

Neste particular e de acordo com o Plano de Remanejamento, Distribuição e Adaptação de Viaturas Blindadas (PREDAB), merece enfoque especial a modernização de carros de reconhecimento e de combate já existentes, mediante substituição dos seus motores e sistemas de armas por motores mais econômicos e armamento de maior calibre e poder de destruição, de fabricação nacional.

O Exército adquiriu na indústria nacional aproximadamente 230 viaturas sobre rodas, 10 carros de combate X1A2, equipamentos diversos e armamento leve de dotação das unidades. Para equipar as Unidades de Engenharia de Combate foram adquiridos 13 botes pneumáticos de assalto, grande quantidade de redes de camuflagem e seis pontes tipo Bailey Uniflote. Foi melhorada a capacidade de coordenação e controle, através da aquisição de equipamentos de comunicações fabricados pela indústria nacional.

Ainda em 1979 foi distribuído o restante do material do Programa Especial de Reequipamento das Polícias Militares, que constituiu o auxílio da União aos Estados, em caráter complementar, com aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 200 milhões na aquisição de armamento, munição, material de motomecanização, comunicações e material de controle de tumulto.

Desenvolvimento científico e tecnológico

Em obediência ao Plano de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército, deu-se continuidade aos projetos de pesquisa que visam à obtenção de tecnologia genuinamente nacional para o material de interesse e emprego militar. Deu-se ênfase à implantação definitiva do Sistema de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que terá como órgão central o Departamento de Ensino e Pesquisa.

Alguns projetos de pesquisa, na área de blindados e armamento, mereceram especial atenção por parte do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Entre esses podem ser destacados o da metralhadora 7,62mm, o de tubos redutores de calibres para as armas coletivas e o da repotencialização dos carros de combate M-41. Todos esses projetos foram submetidos a testes e já se acham aprovados. Ressalte-se que a metralhadora 7,62mm é um projeto genuinamente nacional, iniciado no Instituto Militar de Engenharia, cuja fabricação é possível mediante a utilização de maquinaria também nacional. Recentemente, foram realizados com êxito os primeiros testes de tiro de canhão para carro de combate 76mm, reusinado para 90mm.

A significação do sucesso obtido em tais projetos, todos ligados ao carro de combate M-41, poderá ser avaliada não só do ponto de vista interno como também externo, pois há exércitos de vários outros países equipados com esse tipo de carro de combate. A posse dessa tecnologia permitirá que as indústrias nacionais realizadoras dos projetos possam executar as modificações e adaptações nos carros de combate M-41 daqueles países.

Foi mantido intercâmbio de cursos e outras atividades com exércitos de nações amigas, visando à assimilação de conhecimentos técnicos e militares no exterior. Oficiais brasileiros realizaram cursos ou estágios em países amigos, abrindo-se, por outro lado, as escolas do Exército a grande número de oficiais estrangeiros de países da Europa e da América. A par desse intercâmbio, recebeu o Exército visitas de oficiais-generais e de comitivas de oficiais de várias nacionalidades, interessados, particularmente, em conhecer as escolas militares e a indústria de material bélico instalada no Brasil.

Coube ao Instituto Militar de Engenharia a formação de pessoal técnico de alto nível. Foram graduados oitenta engenheiros (sendo 38 militares e 40 civis brasileiros, além de 2 estrangeiros) nas especialidades de Fortificações e Construções, Geodésia e Topografia, Mecânica e Armamento, Mecânica e Automóveis, Metalúrgica, Química, Eletrônica, Eletricidade e Comunicações.

A formação de recursos humanos e as atividades de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvidas no âmbito do Ministério do Exército, realizaram-se graças a recursos financeiros próprios e àqueles captados em fontes como FINEP, CNEN, CAPES, STI, CNPq, GEI-POT e BNDE, resultantes de convênios. Podem ser destacados, entre outros, os convênios referentes a estudos de decomposição catalítica dos percloratos de amônia e lítio, auxílio para implementação de atividades de pós-graduação, apoio ao curso de mestrado em Engenharia Nuclear, aquisição de tecnologia em teledireção e materiais-mísseis,

projeto de implantação do Centro de Controle Tecnológico para motores a álcool no Instituto Militar de Engenharia, implantação do Centro de Informações Científico-Tecnológicas e apoio ao curso de mestrado em Engenharia de Transportes.

Colaboração no desenvolvimento econômico do País

A colaboração que o Exército vem prestando neste setor tem sido intensificada e pode ser sob dois aspectos: o primeiro deles especificamente ligado ao campo militar; o segundo, relacionado com as atividades complementares desenvolvidas pelo Exército.

Do ponto de vista militar, a colaboração é traduzida pelo estímulo, orientação e aquisição de materiais e equipamentos produzidos por indústrias nacionais. Ressalte-se a cooperação prestada ao desenvolvimento dessas empresas quando o Exército, através do seu Campo de Provas de Marambaia, testa, homologa e concede certificado de qualidade elementos indispensáveis para que essas empresas possam competir no mercado internacional de venda de equipamentos militares. Merece também destaque a exportação de material bélico realizada pela IMBEL, cujos valores em dólares já são significativos.

No que se refere às atividades complementares desenvolvidas pelo Exército, destacam-se aquelas realizadas nos setores de transportes e cartografia. No primeiro, através de convênios com o Ministério dos Transportes, foram realizadas implantação de 295 Km de rodovias, pavimentação de 234 Km e construção de 42 m de obras de arte. Quanto a ferrovias, foram implantados 54 Km e lançados 38 Km de trilhos. Assinaram-se convênios com o DNER para projeto final de Engenharia, implantação e pavimentação da BR-163 (trecho Santarém-entroncamento BR-163/BR-230) e para projeto final de engenharia, implantação e pavimentação da BR-220 (Trecho Teresina-Presidente Dutra).

No setor de cartografia a DSG imprimiu 364 documentos cartográficos correspondendo a 1.1 milhão de Km², o equivalente, em área, aos Estados de Goiás e Bahia, juntos. Executou trabalhos de campo na região Amazônica, em área aproximada de 200 mil Km². Procedeu ao levantamento de mais de 66 áreas patrimoniais e campos de instrução. Executou, no campo, e imprimiu cartas militares de transitabilidade de viaturas blindadas, cartas hidrográficas e pontos de água, assim como carta-imagem radar e Land Sat de estrito interesse das operações militares, obtendo e desenvolvendo tecnologia necessária para em 1980 executar, em áreas prioritárias, trabalhos sistemáticos.

Colaboração no desenvolvimento social do País

Já constitui tradição a contribuição do Exército para o desenvolvimento social do País, particularmente nos setores da educação e cultura, saúde, ação comunitária etc.

Na educação, milhares de jovens de todas as classes frequentam os oito Colégios Militares, a Escola Preparatória de Cadetes, o Instituto Militar de Engenharia, a Escola de Educação Física e outros estabelecimentos de ensino do Exército.

A formação e o aperfeiçoamento da qualificação profissional, realizados pelos Batalhões de Engenharia de Construção, muito contribuíram para atenuar a escassez e a deficiência de mão-de-obra especializada na região Amazônica e no Nordeste.

No campo da cultura é oportuno realçar o importante papel que a Biblioteca do Exército continuou a desempenhar com sua programação editorial.

Ainda na área de educação e cultura, foram realizados convênios entre o Ministério do Exército e as seguintes entidades:

- (a) Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do MEC (SEPS/MEC), para a realização de Curso de Técnica de Ensino no CEP;
- (b) MOBRAL, para o Programa de Educação Comunitária para a Saúde, na área de fronteira do Amazonas; e
- (c) Ministério do Trabalho, para a complementação do Centro de Formação Profissional em Tabatinga (AM), e o prosseguimento do Projeto Caxias, em colaboração com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra (PIPMO) daquele Ministério.

No setor de saúde, o Exército vem prestando assistência médico-hospitalar ao seu pessoal da ativa, aos inativos, pensionistas e dependentes através do Serviço de Saúde do Exército ou de entidades privadas com as quais foram assinados convênios. A simples inspeção de saúde, nos contingentes masculinos que se apresentam para o Serviço Militar, propicia um exame médico gratuito de grande alcance social.

O evento marcante, nessa época de colaboração, foi a assinatura do importante convênio entre o Ministério do Exército e o Ministério da Previdência e Assistência Social, através do Instituto Nacional de

Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e Departamento-Geral de Serviços (DGS), para fins de mútua colaboração na prestação de assistência médica. Estendeu-se, assim, a todo Brasil, em especial às áreas carentes de recursos médicos, o que já vinha sendo feito pelo Comando Militar da Amazônia, através de convênios com entidades estaduais e federais, em toda a faixa de fronteira.

O convênio tem por objetivo o estabelecimento de programação conjunta de ações de saúde e de assistência médica e sua execução, com a finalidade de ampliar a prestação de serviços aos segurados do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e seus dependentes, aos militares da ativa, inativos e pensionistas do Exército e seus dependentes. A assistência médica prestada será indenizada pelas partes convenientes, de acordo com tabela de preços estipulada no convênio e termos aditivos ao mesmo. Criou-se dessa forma uma rede de assistência médica aos segurados do INAMPS e aos militares que, utilizando as organizações de saúde do Exército e aquele Instituto, irá cobrir todo o País.

No campo da ação comunitária, o ano de 1979 foi caracterizado por dois eventos que permitiram, mais uma vez, cooperar de maneira efetiva no auxílio às populações do Nordeste e do Pantanal Matogrossense, atingidas pela seca e pelas enchentes.

No Nordeste, assolado por intenso período de seca, foi criada uma Zona de Ação de Emergência e, através da realização de um convênio entre o Exército e o Ministério do Interior (SUDENE), tornou-se possível a assistência às populações flageladas das Regiões de Paulistana, no Piauí, Campos Sales e Vázea Alegre, no Ceará, e da BR-020, entre Picos (PI) e Tauá (CE). Caracterizou-se essa atividade pela construção de açudes, de poços artesianos, melhoramentos e conservação de rodovias (com emprego de mão-de-obra ociosa), ao mesmo tempo em que se realizava a distribuição de alimentos e se prestava a necessária assistência médica.

Ainda como parte de sua colaboração no desenvolvimento da ação comunitária, são dignas de citação as Ações Cívico-Sociais realizadas em diversas áreas do território nacional, objetivando o atendimento e a assistência das camadas da população mais carentes; o funcionamento de Colônia de Férias para crianças, proporcionando-lhes a prática de esportes, passeios educativos e recreativos, campanha de preservação da natureza, etc; a ajuda propiciada à população de localidades distantes na obtenção de documentos de identidade, carteiras de trabalho, títulos de eleitor e demais instrumentos legais necessários à atividade do homem.

MARINHA

Apesar de escassez de recursos — principalmente no que se refere a combustíveis — a Marinha vem logrando executar um número mínimo de exercícios essenciais à manutenção das Forças Navais em um nível de prontificação adequado ao atendimento de suas tarefas na manutenção da Segurança Nacional.

No decorrer do ano de 1979 deu-se maior ênfase ao programa de adestramento das guarnições. Destacam-se, entre os exercícios realizados, as Operações Unidas XX, com participação da Marinha Americana; Brasex/79, com a participação da Marinha Inglesa; Dragão XV, exercício de desembarque anfíbio na costa brasileira; e a 21ª Viagem de Instrução de Guardas-Marinha, no Navio-Escola «Custódio de Melo» que incluiu visitas a portos estrangeiros na América do Norte, Europa e África.

Além destas, as Forças Navais efetuaram adestramento de incursões anfíbias, guerra anti-submarino, guerra submarina, guerra eletrônica, operações de minagem e varredura, operações especiais, ações de supérsticie e controle do tráfego marítimo.

A Força de Transporte da Marinha, além de tomar parte nas operações anfíbias, efetuou viagens de transporte logístico de pessoal e material da Marinha, de apoio à instrução e participou do transporte nacional de cabotagem.

As Forças Distritais, incumbidas da patrulha do mar territorial e das bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai, realizaram 114 missões de patrulha costeira, em conjunto com aeronaves da Força Aérea Brasileira, e 36 missões de patrulha fluvial.

As ações destinadas a coibir a pesca ilegal no mar territorial brasileiro resultaram no apresamento de 26 embarcações estrangeiras de pesca.

O Serviço de Busca e Salvamento realizou 41 missões de socorro e salvamento e 4 reboques contratados.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação deu continuidade ao programa de campanhas hidrográficas e oceanográficas destinadas à navegação e à obtenção de dados de oceanografia, prospecção geofísica, climatologia e meteorologia marinha. Encarregou-se, ainda, dos serviços de manutenção da rede de faróis e do balizamento costeiro, fluvial e lacustre.

Foram elaborados pelo Ministério da Marinha os anteprojetos da Lei do Salvamento Marítimo e do Decreto do Regulamento para o Tráfego Marítimo, que há muito necessitavam de atualização.

A Marinha participou das delegações brasileiras às IV e V Conferências da Comissão Mista Brasileira-Francesa de Demarcação da Fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa e da primeira e segunda partes do 8º período de sessões da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), coordenada pelo Ministro da Marinha, durante o exercício de 1979, participou, entre outras, das atividades de coordenação da revisão do decreto que dispõe sobre a exploração e pesquisa na plataforma submarina; de coordenação dos estudos sobre a política nacional para os recursos do mar, nos aspectos da poluição industrial do mar como fonte de alimentos e de minerais; e da coordenação dos trabalhos de elaboração das normas sobre a política governamental da atividade pesqueira na região Nordeste.

Organização e aparelhamento

Visando à modernização e à reorganização da Estrutura Básica do Ministério da Marinha, foram criados no setor de apoio os seguintes órgãos: Hospital Naval Marcílio Dias; Centro de Análise Acústica Submarina da Esquadra; Centro de Instrução «Almirante Cunha Moreira»; Agências da Capitania dos Portos do Estado do Pará e Território Federal do Amapá, em Monte Dourado (área do Projeto Jari) e Porto Trombetas (área do Projeto Trombetas); Agência da Capitania dos Portos do Estado do Amazonas e do Acre e Territórios Federais de Rondônia e Roraima, em Parintins; e Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Pará e Território Federal do Amapá, em Santarém. Foi criada também a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Em 1979 foi adquirida, com verbas do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, a embarcação «Arapapa», com a finalidade de, como Agência Flutuante sediada em Manaus, proporcionar a ampliação do ensino profissional marítimo ao longo da calha do rio Amazonas. Além disso, iniciou-se processo de aquisição de meios de transportes para a Agência da Capitania dos Portos do Pará e Amapá, em Porto Trombetas, com o intuito de dinamizar os serviços da Capitania dos Portos na Bacia Amazônica.

Está em andamento a transferência da sede do Comando do Quinto Distrito Naval da cidade de Florianópolis (Santa Catarina) para a cidade de Rio Grande (Rio Grande do Sul).

No setor operativo, foi incorporada ao Serviço Ativo da Armada a Fragata «Independência», estando prevista para breve a incorporação da Fragata «União»; foram recebidos pelo Corpo de Fuzileiros Navais canhões de 106mm e material de combate específico.

Concluíram-se as obras de modernização do NAEL «Minas Gerais», ora em final de provas de mar e início de operação normal.

Visando a prover meios adequados ao cumprimento da missão da Marinha, tiveram prosseguimento os estudos para identificar suas necessidades de material, efetuando-se em 1979 revisão do Programa de Reparelhamento da Marinha, tendo como meta a obtenção de meios flutuantes, aéreos e anfíbios, ampliação e reequipamento das instalações de apoio e baixas de material obsoleto. Continuaram, dentro deste Programa, estudos sobre a construção de um Navio-Escola, um Navio de Apoio Fluvial, Corvetas, Rebocadores de Alto-mar, Navios Balizadores e embarcações para os serviços de porto e de patrulha e polícia, bem como sobre a aquisição de helicópteros e meios orgânicos para o Corpo de Fuzileiros Navais.

No setor de desenvolvimento de bases, a Estação Naval do Rio Negro está, de acordo com seu plano-piloto, montando as infra-estruturas de apoio aos navios sediados em Manaus e aos helicópteros que operam com os navios de patrulha fluvial. Estão em andamento as obras da Estação de Medidas Magnéticas de Navios, na baía de Todos os Santos. Continuaram, também, as obras de ampliação e modernização das Bases Navais de Aratu, Almirante Ary Parreiras (Natal) e Val-de-Cães (Belém), bem como as de melhoramentos da Base Fluvial de Ladário e da Estação Naval do Rio de Janeiro. Todas estas obras têm por finalidade o aumento da produtividade das bases e a facilidade de manutenção e apoio aos meios flutuantes da Marinha.

Desenvolvimento científico e tecnológico

A Marinha vem estruturando o seu Sistema Setorial de Ciência e Tecnologia dentro do preconizado pelo II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT).

Diversas pesquisas vêm sendo desenvolvidas nos campos da ciência do mar, eletrônica, telecomunicações, construção naval, engenharia mecânica, biologia, tecnologia dos alimentos, energia, acústica submarina e atividades espaciais.

Entre elas podem-se destacar:

(a) realizadas pelo Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM):

Projeto Cabo Frio — o de maior relevância — tem objetivo de criar no campo da ciência do mar infra-estrutura para apoiar e executar estudos do mar e seus diversos recursos oceanográficos, químicos e biológicos. Em 1979 executaram-se, entre outros, os seguintes eventos: incremento na produção primária de produtos do mar; estudos do fenômeno da ressurgência; incremento da produção de mexilhões; estudo hidrológico da lagoa de Araruama; controle da mineralização da matéria orgânica para permitir a reutilização das águas dos tanques de aquacultura; determinação meteorológica para emprego na previsão das condições de pesca; estudo do sistema de geração de energia por gradientes térmicos na costa do Brasil; e estudos sobre a técnica para desova do camarão.

Além do Projeto Cabo Frio, o Instituto de Pesquisas da Marinha vem desenvolvendo projetos relativos a desenvolvimento de terminal para comunicações marítimas via satélite; conversor de FSK para recebimento de sinais de teletipo; terminais para comunicações em HF; transceptor de salvamento; receptor «Omega» de navegação; receptor de navegação por satélite; codificador telegráfico; radar terrestre de busca aérea; desenvolvimento de armamento; concentrado protéico de pescado; tecnologia de pesticidas; síntese de drogas importadas; obtenção de metano através da digestão anaeróbica da planta Baronesa («aguapé»); estação acústica submarina, engenhos pirotécnicos e propelentes; e alvo aéreo teledirigido.

Foi ainda complementado o projeto sobre o uso de digestores para tratamento de esgotos e geração de biogás em agrovilas;

(b) realizado pelo Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV):

O CASNAV vem desenvolvendo pesquisas sobre áreas de propagação e interferência de ondas eletromagnéticas, avaliação do desempenho operativo e da confiabilidade dos sistemas de radiocomunicações navais, avaliação do desempenho operativo e da confiabilidade de sistemas de máquinas de bordo;

(c) pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN):

Os Navios Oceanográficos «Almirante Saldanha» e «Almirante Câmara» realizaram, na costa Norte do País, pesquisas de oceanografia física, química e biológica em apoio ao programa de oceanografia do Experimento Mundial de Meteorologia, em colaboração com a Universidade de São Paulo.

O Navio Oceanográfico «Almirante Câmara» realizou também as Operações Geocosta Rio I e Geomar XII, de pesquisa na área de oceanografia geológica e biológica, na costa Sudeste do Brasil.

Nos campos da oceanografia e da meteorologia, houve também intercâmbio de dados, eletronicamente arquivados, com instituições nacionais e internacionais.

No campo da ciência do mar destaca-se a participação no Programa de Sensoriamento Remoto dos Recursos do Mar, no Instituto de Pesquisas Espaciais.

Colaboração ao desenvolvimento econômico do País

Na área econômica a Marinha mantém, como seu objetivo principal, a substituição de importações de meios flutuantes e equipamentos pela aquisição no mercado interno, procurando incentivar a indústria nacional interessando-a na nacionalização do material de uso naval e no desenvolvimento de projetos aqui concebidos.

Em paralelo, a aquisição de tecnologia no exterior e seu repasse para a indústria nacional vêm-se realizando com grande economia de divisas, principalmente no que diz respeito aos sistemas de armas, munição e equipamentos dos navios.

Merecem destaque especial as atividades de construção e reparação naval desenvolvidas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, com o apoio de vários setores da indústria nacional, já tendo sido prontificada a Fragata «Independência», efetuada a modernização do Navio-Aeródromo «Minas Gerais» e estando em conclusão a construção da Fragata «União».

As bases navais colaboraram com a prestação de apoio a indústrias privadas através de serviços diversos, sendo os mais comuns os de docagens de navios e embarcações, reparos de dragas e chatas, usinagens e balanceamentos.

A Marinha, através da Diretoria de Hidrografia e Navegação, manteve a colaboração direta nos empreendimentos de ampliação e modernização do sistema portuário nacional, na manutenção do balizamento dos canais de acesso aos portos, bem como na disseminação de informações cartográficas, meteorológicas, de marés e correntes essenciais à navegação e às atividades de prospecção petrolífera no mar.

Colaboração ao desenvolvimento social do País

Por intermédio de seu setor de ensino profissional marítimo a Marinha, dentro de suas responsabilidades de instrução e adestramento, vem propiciando à Marinha Mercante nacional contingente humano altamente qualificado, dentro da melhor técnica existente. Foram ministrados, em todo território nacional, 187 cursos, tendo sido inscritos 6.460 marítimos, fluviais, pescadores e portuários, dos quais 4.328 foram aprovados. Encontram-se ainda em andamento outros 126 cursos.

A rede de organizações militares da Diretoria de Portos e Costas cadastrou, no ano de 1979, 4.410 profissionais da Marinha Mercante e expediu 1.594 cartas de habilitação profissional referentes aos diversos cursos e exames realizados nos Centros de Instrução «Almirante Graça Aranha» e «Almirante Brás de Aguiar».

Foram realizados estágios para universitários na área de interesse do Centro de Análise de Sistemas Navais e cursos diversos sobre recursos do mar para universitários, em especialidades de interesse do Projeto Cabo Frio, na Universidade do Mar.

No âmbito interno, através de suas Escolas de Formação, Escolas de Aprendizes-Marinheiros, Escolas Técnicas, Centros de Instrução e Núcleos de Formação de Reservistas, a Marinha tornou um considerável número de militares, colaborando com a meta de valorização do homem, estabelecida pelo Governo Federal.

No setor médico-hospitalar a assistência prestada, através do Sistema de Saúde da Marinha, ao pessoal militar, dependentes e pensionistas, consubstanciou-se em 365.413 consultas médicas, 209.409 atendimentos odontológicos, 8.289 hospitalizações, 1.487 cirurgias e partos, 88.605 radiografias e abnegrafias, 518.113 exames de laboratórios e 6.807 inspeções de saúde.

Com a inauguração, prevista para o início de 1980, das instalações do Centro Médico Naval do Rio de Janeiro, prevê-se aumento e melhoria do atendimento médico.

Ainda no setor da assistência médica, foi instituído na Marinha o Programa Nacional de Imunização para Militares, Civis e dependentes.

A execução da assistência social na Marinha foi levada a efeito pelos Núcleos de Assistência Social dos Distritos, comando Naval de Brasília e dos Comandos de áreas sob a forma de auxílio financeiro, empréstimo, prestação de serviços e orientação nas áreas educacional, financeira jurídico-judiciária recreativa desportiva, religiosa e previdenciária.

As unidades navais empenhadas no serviço de patrulha costeira e fluvial prestaram assistência médico-odontológica e social às populações ribeirinhas menos favorecidas no litoral Norte-Nordeste e nas bacias dos rios Amazonas e Paraguai.

Prosseguiram os entendimentos interministeriais, dos quais fazem parte também os Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social, dos Transportes (SUNAMAM) e a SEPLAN, para a construção de dois navios-hospitais para apoio às populações ribeirinhas da Amazônia.

AERONÁUTICA

Em 1979, ano ainda marcado pela crise mundial decorrente das elevações do preço do petróleo, o Ministério da Aeronáutica foi obrigado a empreender esforço adicional para racionalizar suas atividades de modo a reduzir custos operacionais e administrativos, sem perda de eficácia.

Organização e aparelhamento

A estrutura organizacional do Ministério da Aeronáutica é oriunda do Decreto nº 60.521, de 31 de março de 1967. No decorrer dos anos, até a presente data, esta estrutura tem sido modificada com o propósito de adequá-la ao grande desenvolvimento atingido pelo Brasil e a fim de permitir melhor utilização dos recursos materiais, humanos e financeiros.

Foram iniciados, em 1979, estudos para a estruturação do Comando e do Estado-Maior da Força Aérea Brasileira, dentro do contexto do Ministério da Aeronáutica o que permitirá, entre outras vantagens, a separação nítida dos recursos aplicados em atividades militares daqueles aplicados em atividades notadamente voltadas para a área civil.

Uma das modificações introduzidas na atual estrutura organizacional refere-se à criação do Centro de Instrução Especializada (embrão da futura Universidade do Ar), órgão aglutinador de diversos cursos de especialização dentre os quais o de Adaptação de Oficiais Engenheiros, o Curso de Medicina Aeroespacial e os Cursos de Adaptação de Oficiais Dentistas e Farmacêuticos.

Considerando as necessidades de economia de divisas, o desenvolvimento de tecnologia nacional e a luta pela menor dependência do mercado exterior, vem-se dando prioridade à indústria aeronáutica brasileira, da qual foram adquiridas as seguintes aeronaves: 110 aviões *Bandeirante*, fabricados pela EMBRAER, sendo 60 unidades da versão para passageiros, 30 para carga, 12 de esclarecimento marítimo, o de reconhecimento fotográfico e 2 da versão laboratório; 172 aviões *Xavante*, também da EMBRAER, para treinamento militar, ataque e reconhecimento fotográfico; 12 aviões *Seneca* (EMBRAER), versão transporte executivo militar; o avião *Xingu* (EMBRAER) também para transporte executivo militar; 3 *Ipanema* (EMBRAER), para reboque de planadores; 150 *Universal*, fabricados pela Neiva, versão treinamento básico militar; 100 *Uirapuru*, da Aerotec, para treinamento primário militar e civil; e 80 *Regente*, da Neiva, para ligação e observação — perfazendo um total de 633 unidades, todas recebidas ou encomendadas de fábricas brasileiras.

Colaboração ao desenvolvimento científico e tecnológico do País

Colaborando para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, o Ministério da Aeronáutica lançou vários programas, dos quais são apresentados, a seguir, os de maior importância.

Programa de Desenvolvimento de Aeronaves

(a) Projeto de avião militar turbohélice para treinamento avançado.

(b) Projeto de avião planador Urubu, destinado a intensificação da mentalidade aeronáutica e considerado como instrumento dos mais econômicos para a formação de pilotos; o protótipo foi voado, com sucesso, em 24 de outubro de 1979.

(c) Projeto e desenvolvimento de aeronave de emprego múltiplo nas seguintes versões: transporte de carga e/ou passageiros (30 a 40), aeronave de patrulha e guerra anti-submarino e aeronave de busca e salvamento.

(d) Projeto e desenvolvimento de aeronave a jato de combate nas versões de ataque superioridade aérea e reconhecimento tático.

Programa Produção de Ligas Leves

Aproveitamento de resíduo de salinas no Rio Grande do Norte para garantir todo o suprimento de magnésio metálico necessário ao País.

Programa Radar

(a) Projeto, desenvolvimento e industrialização de radar meteorológico.

(b) Projeto, desenvolvimento e construção de protótipo de radar de terminal.

Programa Combustíveis Renováveis

(a) Ensaio e homologação de motores convertidos para uso de álcool etílico.

(b) Projeto de motor específico para uso de etanol, com futura e ampla possibilidade de aplicação em transportes coletivo e de carga.

Programa Espacial Brasileiro

(a) Subprograma *Sonda III* — em 23 de agosto de 1979 voou a maior e mais pesada de todas as cargas úteis já lançadas no Brasil. A carga, transportada por um veículo *Sonda III*, teve por missão voar autocontroladamente, desde a separação de seu veículo propulsor até sua reentrada na atmosfera, apontada para o sol. Após atingir o apogeu de 250 Km, a carga foi recuperada a uma distância de 205 Km da costa brasileira. Foi a primeira carga «inteligente», desenvolvida e fabricada no Brasil, sem utilização de tecnologia externa. Completando o ciclo, um veículo (*Sonda III*) totalmente projetado, fabricado e desenvolvido no País, tanto em termos de estrutura quanto de propulsão, pode transportar, agora, uma carga útil sofisticada, capaz de se constituir em laboratório espacial para a comunidade científica e tecnológica brasileira.

(b) Subprograma *Sonda IV* — foi concluído o anteprojeto do foguete *Sonda IV*, cujo lançamento está previsto para 1982. O *Sonda IV* será o primeiro foguete «piloto» da série foguetes *Sonda*, cujo desenvolvimento possibilitará a construção de veículo lançador de satélites no Brasil, que poderá ser lançado em meados do próximo decênio. Esta conquista, terá proporcionado aos setores industrial, científico, tecnológico e estratégico desenvolvimento à altura das necessidades do setor espacial. O lançamento de um satélite brasileiro permitirá colocar o Brasil em lugar destacado no mundo pois somente

os EUA, a URSS, o Japão, a França, a Índia e a China já colocaram satélites em órbita.

O Brasil é o único participante sul-americano do Programa Espacial Europeu que se propõe o desenvolvimento de um lançador com capacidade de colocar um satélite em órbita geo-estacionária, do tipo «satélite e comunicações» ou de outros tipos. Por suas instalações na Barreira do Inferno, no Estado do Rio Grande do Norte, o Brasil é peça fundamental desse programa, tendo conseguido sucesso em todos os treinamentos de lançamento dos foguetes Ariane, de fabricação francesa, que serão lançados na Base do Kourou, na Guiana Francesa.

O estágio de desenvolvimento tecnológico do Brasil, em termos de rastreamento de satélites, teve sua maior comprovação em 1979, quando da integração do Centro de Lançamentos de Foguetes da Barreira do Inferno (CLFBI) no esquema da NASA, com a finalidade de rastrear a espaçonave Skylab. As posições finais e mais críticas deste engenho foram rastreadas, do Brasil, por brasileiros.

(c) Subprograma Meteorologia — graças às aplicações no campo espacial, já é possível fazer previsões meteorológicas a longo prazo. O Ministério da Aeronáutica mantém equipe no Centro Técnico Aeroespacial dedicada a esses estudos. As pesquisas, nesse campo, levaram a equipe ao estabelecimento de um modelo cíclico das secas na região Nordeste. Na área da previsão meteorológica subjetiva a longo prazo foram publicados dois relatórios técnicos contendo a previsão do tempo, para o polígono das secas, entre os anos de 1985 e 2004. O primeiro relatório, devidamente analisado, permitiu a alocação de recursos da ordem de Cr\$ 9,9 bilhões no programa apresentado pelo Ministério do Interior, programa este que sugere, antecipadamente, as providências para enfrentar as adversidades climáticas esperadas no polígono das secas.

(d) Subprograma Lançamento e Controle de Foguetes — O Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno realizou um total de 68 lançamentos e 145 rastreamentos. Dos 68 lançamentos, 49 foram intensamente nacionais, 16 realizaram-se em cooperação com os Estados Unidos, através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e 3 referem-se a operações conjuntas com a República Federal da Alemanha. Entre os rastreamentos, 51 foram nacionais, referindo-se a foguetes ou cargas úteis, e os demais fizeram-se mediante cooperação internacional, em operações de rastreamento de foguetes ou cargas úteis (18), satélites (69) e de passagens simuladas do foguete Ariane.

Programa Telecomunicações e Proteção ao Voo

O Ministério da Aeronáutica participou com quatro representantes do grupo de trabalho que preparou a posição brasileira com a Conferência Internacional de Telecomunicações, considerada da mais alta importância para o País, na qual será decidida a nova distribuição do espectro de radiofrequências que deverá vigorar até o final do século.

Elaborou o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Proteção ao Voo, a ser aplicado nos próximos dez anos. Já como consequência da implantação desse plano foi assinado contrato de abertura de crédito com o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo/Agência Especial de Financiamento Industrial, destinado à fabricação nacional de equipamentos de telecomunicações e de auxílios à navegação, perfazendo 415 equipamentos de telecomunicações, 20 estações de auxílios à navegação (frequência muito alta omnidirecional) e 125 estações de auxílio à navegação (emissor não-direcional).

Colaboração ao desenvolvimento econômico do País

O Ministério da Aeronáutica vem reformulando os procedimentos de tráfego aéreo de chegada em áreas terminais, com a finalidade de reduzir o tempo de espera e, em consequência, o consumo de combustíveis de aviação e os custos operacionais das empresas de transporte aéreo.

Utilizando a vetorização do tráfego por radar, associada ao uso de modernos auxílios ao pouso por instrumentos («ILS — Instrument Landing System»), os novos procedimentos, já introduzidos nas áreas terminais de São Paulo e do Rio de Janeiro, propiciaram, em 1978, economia de combustíveis de 25 milhões de litros e economia total, no custo de horas de voo, de Cr\$ 300 milhões, cálculos esses realizados somente para as quatro empresas de transporte aéreo regular. Para o ano de 1979 estima-se economia superior a 30 milhões de litros de combustível de aviação e de quase meio bilhão de cruzeiros em custo total de horas de voo.

Ainda em 1979 iniciou-se Programa de Cartografia Aeroportuária e de Proteção ao Voo, inserido no Programa Nacional de Dinamização da Cartografia (DINCART). O programa prevê confecção de cartas precisas e atualizadas de áreas circunvizinhas de 60 aeródromos,

com finalidade de permitir planejamento para expansão da infraestrutura aeroportuária e de proteção ao voo. Além disso o Ministério da Aeronáutica dedicou parcela considerável ao esforço aéreo de suas unidades aéreas a missões de aerolevantamentos e de transporte aéreo de equipes de campo, em apoio ao IBGE e DSG, na execução de programas de cartografia sistemática.

No setor de inspeção em voo dos auxílios à navegação e aproximação ao pouso, além das inspeções realizadas no País, foram realizadas inspeções em voo dos auxílios à navegação no Uruguai e no Paraguai.

Na aquisição de equipamentos e na prestação de serviço de revisão de material aeronáutico vem-se procurando permitir maior participação da indústria e das empresas de serviços de manutenção nacionais. Nos setores que pelo grau de sofisticação ou pela pequena quantidade, torna-se desinteressante ou antieconômica a participação da empresa privada, buscou-se preparar os parques de material aeronáutico para, paulatinamente, absorver o serviço de recuperação daqueles itens que, rotineiramente, eram enviados ao exterior, objetivando economia de divisas e redução de dependência, bem como aquisição da tecnologia.

Visando a incentivar as atividades relacionadas com a nacionalização de material aeronáutico no País, foi ativada, em julho de 1977, a Comissão de Nacionalização que, neste curto espaço de tempo, já nacionalizou 971 itens, no valor de aproximadamente US\$ 1 milhão. A economia efetiva e de maior significado far-se-á na renovação de estoque e na aquisição do material em projetos compatíveis, além do desenvolvimento técnico que vai se sedimentando na produção de itens aeronáuticos, seja pela qualidade, seja pela fabricação de novos produtos.

O Ministério da Aeronáutica, encarregado de controlar, coordenar e estimular as atividades da aviação civil brasileira, apresenta um quadro alentador do desempenho das citadas atividades. Durante o ano de 1979 o transporte aéreo civil brasileiro atendeu satisfatoriamente às necessidades econômicas e sociais do País, apresentando expansão dos serviços, com aumento de produtividade das frotas, cuja média de utilização passou de 6,97 para 7,27 horas/aeronave/dia. A oferta de assentos/quilômetros apresentou aumento de 12,48 para 14,2 milhões, atingindo crescimento de 13,81%. O aproveitamento médio de ocupação dos assentos, da ordem de 68%, manteve-se elevado.

A judiciosa política de controle e de distribuição dos serviços disponíveis e o esforço produtivo das empresas permitiram dominar circunstâncias adversas decorrentes dos elevados aumentos de custos, especialmente os de combustíveis e de material aeronáutico. Assim, a despeito da elevação dos pontos de equilíbrio (*break even point*) para 60% no tráfego doméstico e para 66% no internacional, pôde a indústria absorver considerável parcela de aumentos — não repassada à tarifa — e, ainda assim, apresentar lucratividade.

A lucratividade, no transporte doméstico, caiu de um terço em relação a 1978, mas, mesmo assim, continua sendo positiva. O coeficiente de 10% permite manutenção da qualidade dos serviços, sendo realizados investimentos na expansão das frotas de modo a ampliar-se a capacidade na medida necessária a continuar atendendo a demanda. Assim sendo, considerando as importações já autorizadas, a frota utilizada para voos internacionais (DC-10, B-707, e Air Bus A-300) aumentou de 20 para 29 aeronaves (45%), enquanto que a frota nacional teve acréscimo de 30 para 38 aeronaves B-727, correspondente a 6,7% da frota.

No setor internacional manteve-se elevada a participação das empresas brasileiras, apresentando ganhos significativos em produtividade e recuperando a lucratividade, que passou para 5,6%. Embora insuficiente, esta lucratividade é expressiva, caso analisada comparativamente às médias internacionais e diante da difícil conjuntura que atravessa o transporte aéreo internacional.

Compete, ainda, ao Ministério da Aeronáutica, direta ou indiretamente, a implantação, construção, manutenção e exploração comercial e industrial da infra-estrutura aeroportuária.

De acordo com o Plano de Absorção Gradativa de Encargos (PAGE), o Ministério vem transferindo para a administração da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) aeroportos públicos de interesse federal. Encontram-se sob a administração direta do Ministério da Aeronáutica 86 aeroportos, enquanto 33 estão sob a administração indireta (empresas INFRAERO e ARSA) e outras gestões sob administração estadual (Departamento Aeroviário de São Paulo).

Embora sejam da União os investimentos necessários aos projetos, construção e implantação da infra-estrutura aeronáutica (aeroportos e proteção ao voo), procura-se transferir aos usuários os custos de ope-

ração e manutenção, através de tarifas aeroportuárias e do uso das telecomunicações e auxílios à navegação.

Através da Comissão de Estudos e Coordenação da Infra-Estrutura Aeronáutica, o Ministério da Aeronáutica prossegue no desenvolvimento dos estudos e do planejamento estratégico da infraestrutura aeronáutica adequada à demanda do transporte aéreo nos próximos dez anos, definindo obras, equipamentos e recursos necessários para investimentos. O planejamento de investimentos elaborado abrange dez anos (até 1988) e contém a parte relativa à proposta do Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND).

Colaboração ao desenvolvimento social do País

Entre os diversos objetivos do Ministério da Aeronáutica podemos citar alguns que, além de estarem voltados para outras áreas de interesse nacional, também contribuem para o desenvolvimento social, tais como:

(a) desenvolvimento, controle e coordenação da aviação civil de modo a satisfazer as necessidades econômico-sociais, com sua eventual mobilização assegurada;

(b) desenvolvimento da infra-estrutura aeronáutica, com toda sua abrangência sócio-econômica;

(c) operação do Correio Aéreo Nacional (CAN) atendendo, prioritariamente, as áreas geoeconômicas menos favorecidas e as longínquas regiões de fronteiras;

(d) ensino, com sua grande variedade de escolas de ensino especializado ou de ensino em geral; e

(e) programa habitacional.

Aviação civil

O transporte aéreo regular é muito sensível a crises econômico-financeiras, pois as tarifas, geralmente, não são reajustadas rapidamente e na mesma proporção da elevação dos custos operacionais e administrativos. A rentabilidade do capital investido é menos atraente do que em outros campos de atividades: menos complexos e de lucros mais compensadores. Mesmo assim, a política adotada pelo Ministério da Aeronáutica tem sido contrária às subvenções, o que exige reformulações no sentido de conservar o transporte aéreo em seu papel de bem servir à população brasileira. Criou-se o Sistema Integrado de Transporte Aéreo Regional, mais conhecido sob a denominação de «aviação de terceiro nível», para cobrir a grande lacuna que passou a existir em decorrência da entrada em serviço dos grandes jatos; das 354 cidades servidas, anteriormente por linhas regulares, utilizando aviões convencionais e turbohélices, somente 80 continuavam a ser atendidas no final de 1975.

O sucesso da aviação de terceiro nível foi grande, inclusive por ter-se constituído em novo mercado para a indústria aeronáutica brasileira, além de tornar possível o atendimento a inúmeras cidades do território brasileiro.

Intra-estrutura aeronáutica

Procurando atender às exigências da expansão do transporte aéreo e às inovações tecnológicas das modernas aeronaves, o Ministério da Aeronáutica está empenhado em ampliar a infra-estrutura aeronáutica, tanto através de melhoramentos da rede aeroportuária quanto através da modernização da rede de proteção ao voo. A maior parte dos recursos financeiros é aplicada na construção de instalações vitais para a aviação comercial.

A criação da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), vinculada ao Ministério da Aeronáutica, foi a solução encontrada para gerir, racional e economicamente, diretamente ou através de subsidiárias, os aeroportos brasileiros. Compete-lhe, como grande tarefa, as atividades de implantação, administração, exploração comercial e industrial da infra-estrutura aeroportuária do país.

Hoje, esta empresa já administra a maioria dos aeroportos brasileiros e o sucesso do empreendimento é evidente, haja vista a melhoria imediata dos terminais aéreos. Entretanto, há um grande número de aeroportos cuja rentabilidade não permite que sejam explorados comercialmente, esses aeródromos continuam sob jurisdição e administração do Ministério da Aeronáutica.

Na região Amazônica, interesses da segurança e da integração nacional ditaram a necessidade da criação de um organismo destinado a planejar e executar um programa de construção de aeródromos. Este órgão vem funcionando há vários anos na região, tendo sido iniciado

com um convênio entre o Ministério da Aeronáutica e a antiga Superintendência do Projeto de Valorização da Amazônia (SPVEA).

Atualmente, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) conta com apreciável acervo de realizações, dentre as quais destaca-se a construção de 25 aeródromos.

Operação do Correio Aéreo Nacional

O Correio Aéreo Nacional (CAN), com suas linhas-tronco, serve às localidades em melhores condições de apoio e de infra-estrutura aeroportuária, enquanto que suas linhas regionais garantem fluxo rápido e econômico em atendimento às áreas geoeconômicas menos favorecidas.

O Correio Aéreo Nacional, em missões de apoio à região Amazônica, traz benefícios de grande relevância à população dos Estados, Territórios e às missões religiosas, assistindo a 85 localidades.

O Ministério da Aeronáutica, através do seu Correio Aéreo Nacional, reafirma a consciência do seu papel no processo de desenvolvimento do País. O apoio às áreas geoeconômicas menos favorecidas, bem como o sentido de participação nas iniciativas dos organismos regionais e a assistência permanente às guarnições de fronteiras, já justificariam o grande papel do Correio Aéreo Nacional no contexto do País. Criando condições de fixação do homem ao solo em regiões inóspitas, também propicia o despertar econômico e social das regiões por ele assistidas.

Ensino

A larga diversificação dos campos de atividades do Ministério da Aeronáutica, todos eles bastante especializados, inclusive envolvendo tecnologia de ponta, evidencia que, tanto no setor militar como no civil, os efetivos devem primar mais pela qualidade do que pela quantidade. Por isso, o Ministério encarrega-se de formar seus próprios técnicos especializados, contando, entre outros, com os estabelecimentos de ensino abaixo:

Escola Preparatória de Cadetes do Ar — Sediada em Barbacena (MG), é um estabelecimento de ensino onde os alunos recebem instrução do 2º grau e instrução militar. Após a diplomação, uma parte retorna ao meio civil, o que caracteriza a significativa contribuição do Ministério da Aeronáutica ao ensino do País.

Academia da Força Aérea — Localizada em Pirassununga, é estabelecimento de ensino onde é ministrado currículo de nível universitário, com iniciação científica, fundamentada no aprendizado das ciências físicas e matemáticas, além da cultura humana que se desenvolve no conhecimento das línguas e ciências sociais, que dá ao Cadete-do-Ar um cabedal de educação e conhecimento básicos, procurando incentivar e aprimorar seus atributos intelectuais e morais, bem como suas qualidades pessoais de liderança.

Instituto Tecnológico de Aeronáutica — Destina-se à formação de pessoal nos campos da ciência e da tecnologia, bem como da extensão universitária, pesquisa básica e pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado. O ITA já formou mais de dois mil engenheiros civis e militares nos ramos de engenharia aeronáutica, eletrônica, infra-estrutura aeronáutica e mecânica aeronáutica, o que constitui respeitável torça de trabalho colocada a serviço não só da indústria aeronáutica mas de vários outros setores de produção.

Além de outras escolas normais da carreira militar, o Ministério da Aeronáutica, com sua contribuição social, e para compensar o afastamento de muitas organizações dos centros urbanos, preocupa-se, também, com o ensino dos 1º e 2º graus, num programa dinâmico e atualizado de assistência educacional.

Na maioria das Bases Aéreas existem escolas de 1º grau funcionando mediante acordo com as Secretarias de Educação Estaduais.

Em convênio com o SENAI, o Ministério da Aeronáutica mantém cursos para aprendizes nos seus estabelecimentos industriais — os parques de material.

Já no 2º grau são mantidos, pela Aeronáutica, seis colégios, onde se proporciona ensino gratuito a cerca de 10 mil alunos.

Programa Habitacional

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica constitui um dos instrumentos de intervenção do Governo Federal no setor habitacional e integra, no que diz respeito às atividades imobiliárias propriamente ditas, o Sistema Financeiro de Habitação.

Tem como objetivo, entre outros, produzir unidades habitacionais para venda a seus beneficiários, proporcionar, a esses beneficiários, re-

cursoz financiados para aquisição de unidades habitacionais e produzir unidades habitacionais para uso oficial do Ministério da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Declaro cumprida a finalidade da presente sessão e comunico aos Srs. Congressistas que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados farão realizar suas sessões ordinárias, nos horários regimentais, a partir de segunda-feira.

Agradeço às autoridades, civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-as para uma recepção no salão nobre do Senado Federal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície		Via-Aérea	
Semestre	Cr\$ 400,00	Semestre	Cr\$ 1 200,00
Ano	Cr\$ 800,00	Ano	Cr\$ 2 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 3,00	Exemplar avulso	Cr\$ 5,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície		Via-Aérea	
Semestre	Cr\$ 400,00	Semestre	Cr\$ 1 200,00
Ano	Cr\$ 800,00	Ano	Cr\$ 2 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 3,00	Exemplar avulso	Cr\$ 5,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S A — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/75, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70 160

LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL

- Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 — anotada
- Histórico da Lei (tramitação legislativa)
- Regimento Interno do Conselho Nacional da Magistratura
- Índices sistemático e analítico-remissivo

Preço:

Cr\$ 100,00

À venda no Senado Federal — 22º andar do Anexo I
Pedidos pelo reembolso postal para

Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — Brasília, DF — CEP 70 160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 62

Esta circulando o nº 62 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Este número, com 326 páginas, apresenta as seguintes matérias

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO	Pág.
Os enfoques universalista e regionalista no Direito Internacional — Pela Justiça Social Internacional — <i>Haroldo Valladão</i>	5
A denegação de justiça no Direito Internacional — doutrina, jurisprudência, prática dos Estados — <i>Antônio Augusto Cançado Trindade</i>	23
Democracia e representação — <i>A. Machado Pauperio</i>	41
Comunicação Estado e Sociedade — <i>R. A. Amaral Vieira</i>	49
Trabalho e sistemas políticos — <i>Paulo A. N. Figueiredo</i>	55
Da responsabilidade do Prefeito pela não-promulgação das leis — <i>Rubem Nogueira</i>	101
Evolução das Leis do Inquilinato — <i>Luis Antonio de Andrade</i>	107
Índio — <i>Antônio Chaves</i>	117
Direito patrimonial de família no Projeto do Código Civil brasileiro e no Direito português — <i>Clóvis V. do Couto e Silva</i>	133
Estudo comparativo entre o Código Civil e o Projeto de Código Civil de 1975 em matéria de regime de bens entre os cônjuges — <i>Fábio Maria de Matur</i>	169
Alguns aspectos da obrigação alimentar — <i>Marco Aurelio S. Viana</i>	191
Da necessidade de nova intervenção do legislador para restabelecer a harmonia entre o Direito Civil e o Processo Civil — <i>Alcino Pinto Falcão</i>	211
Interpretação no Direito de Autor — <i>Carlos Alberto Bitar</i>	219
Algumas considerações sobre o capital estrangeiro (ilegalidade das discriminações sem base na lei federal) — <i>Arnoldo Wald</i>	259
Teoria finalista da ação — <i>Everardo da Cunha Luna</i>	265
Contencioso administrativo — <i>Edylcéa Nogueira de Paula</i>	271
Funcionário público — <i>Raimundo Viana</i>	281
Princípios gerais de Direito Agrário — <i>Igor Tenorio</i>	289
Breves notas sobre as origens da regra de inamovibilidade dos juizes no Direito francês — <i>Carlos Alberto Provenciano Gallo</i>	297
INFORMATICA JURÍDICA	
Uma visão atualizada dos sistemas computadorizados de informações jurídicas	305
PUBLICAÇÕES	
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas	319

A Revista pode ser adquirida na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar, Brasília — DF ou pelo REEMBOLSO POSTAL

Preço: Cr\$ 30,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Está circulando o nº 61 da REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

Este número contém as teses e conclusões do 1º Congresso Latino-Americano sobre Meios de Comunicação e Prevenção do Delito, realizado na Colômbia, extensa pesquisa sobre a problemática do menor (*Luiz Otávio de Oliveira Amaral*), o histórico da Emenda Constitucional nº 12/78 e trabalhos doutrinários sobre: a regulamentação do art. 106 da Constituição (*Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*); a arguição de relevância da questão federal (*Iduna W. Abreu*), desenvolvimento do direito autoral (*Antônio Chaves*), o orçamento-programa e suas implicações (*Janes França Martins*), a recente evolução jurisprudencial na interpretação da Lei nº 4.121 (*Arnoldo Wald*), legislação previdenciária (*Sully Alves de Souza*), tributação urbana (*Fides Angélica Ommati*), Lei das S.A. (*Otto Gil e José Reinaldo de Lima Lopes*), o princípio da probidade no Código de Processo Civil (*Alcides de Mendonça Lima*) e o "certiorari" americano e a advocacia no STF (*Igor Tenório*).

A revista, contendo 330 páginas, pode ser obtida ao preço de Cr\$ 30,00, pelo sistema de reembolso postal, dirigido o pedido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*** QUADRO COMPARATIVO ***

Foi lançada a 3ª edição revista e atualizada da Constituição da República Federativa do Brasil — Quadro Comparativo, obra da SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

A publicação apresenta a comparação, dispositivo por dispositivo, do texto constitucional vigente à Constituição do Brasil de 1967 e à Carta de 46, com 123 notas explicativas e índices sistemático e analítico-remissivo.

A obra, com 348 páginas, pode ser obtida pelo reembolso postal ao preço de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), devendo o pedido ser dirigido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

REPRESENTAÇÕES POR INCONSTITUCIONALIDADE DISPOSITIVOS DE CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Acórdãos do STF (íntegras) em Representações por inconstitucionalidade de dispositivos de Constituições estaduais. Resoluções do Senado Federal, suspendendo a execução de dispositivos julgados inconstitucionais pelo STF

EDIÇÃO 1976
2 tomos

PREÇO:
Cr\$ 150,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 3,00